

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O LENINE MARANHENSE: FUZILAMENTOS E
CULTURA HISTÓRICA NO INTERIOR DO MARANHÃO
(1921)**

Giniomar Ferreira Almeida

Orientador: Prof. Dr. José Jonas Duarte da Costa

Linha de Pesquisa: História Regional

JOÃO PESSOA – PB
JULHO - 2010

O LENINE MARANHENSE: FUZILAMENTOS E CULTURA HISTÓRICA NO INTERIOR DO MARANHÃO (1921)

Giniomar Ferreira Almeida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. José Jonas Duarte da Costa

Linha de Pesquisa: História Regional

JOÃO PESSOA - PB
2010

A4471 Almeida, Giniomar Ferreira.

O Lenine Maranhense: fuzilamentos e cultura histórica no interior do Maranhão(1921) / Giniomar Ferreira Almeida. - - João Pessoa: [s.n.], 2010. 113f.

Orientador: José Jonas Duarte da Costa.

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.

1.História regional. 2.Memória. 3.Cultura histórica 4. História oral.
5.Socialismo.

**O LENINE MARANHENSE: FUZILAMENTOS E
CULTURA HISTÓRICA NO INTERIOR DO MARANHÃO
(1921)**

Giniomar Ferreira Almeida

Dissertação de Mestrado avaliada em 16 / 07 / 2010 com conceito Aprovada

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Jonas Duarte da Costa
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientador

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Examinador Externo

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Suplente Externo

Prof. Dr. Damião de Lima
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Suplente Interno

“Não tenho horizontes,
tenho barcos à vela
e a tempestade da
história”

Lúcio Lins

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível porque eu tive a ajuda, sobretudo, de amigos e entre estes eu incluo meus familiares, colegas de trabalho, amores.

Uma pessoa fundamental nesta empreitada foi Roni César. Quando eu disse que estava procurando um mestrado ele disse: “- Vá para João Pessoa, eu arrumo um lugar pra você ficar.” Ou seja, ele foi o empurrão necessário. Muito obrigado.

Agradeço aos professores com quem tive a honra de estudar, especialmente ao meu orientador, prof. Jonas, que conseguiu arrumar tempo para me ajudar e depositou confiança em mim, ao prof. Paulo Giovani, pelas instruções valiosas, aos professores Barroso, Mozart, Damião, às professoras Cláudia, Serioja, Monique e Carla Mary, especialmente pela paciência.

Agradeço a Virgínia Kyotoku pela gentileza e dedicação.

Aos amigos que conheci neste curso, poderia citar quase todos os estudantes, mas destaco um quarteto: Guanambi, Bruno, Memel e Fabrício, pelas conversas, cervejas e jogos de xadrez.

Aos amigos que conquistei nesta cidade, inicialmente tão desconhecida e tão parecida com São Luís, Hérick Dayan e Cristina, que me abrigaram em sua casa e tiveram dedicação familiar comigo, todo agradecimento do mundo é pouco para esta dupla. Aos meus vizinhos Alexandre, pelas conversas que distraíam a saudade da Ilha Magnética, dona Zeza e seu Nildo, pela dedicação paternal.

Aos meus colegas de trabalho que sempre fizeram de tudo para que eu pudesse crescer, em especial ao Soares, Iracema, Karina, Aline, Creusa, Raimunda, Liziane, Celso Lago, José Gomes, Gisele, Hertz, Pavão, Keli...

Aos meus amigos Nilton, Kelly, Moisés, Rodrigo, Segundo, Marise, Ana Cláudia, Milena, Karla e demais frequentadores do “Quintal Eventos”. Além de serem amigos, agradeço, especialmente, por saberem o momento de me condenar ao “ostracismo”, para que eu pudesse estudar e escrever, e o momento de comemorar.

Um agradecimento imensurável aos moradores da cidade de Dom Pedro que se dispuseram a narrar suas lembranças durante as entrevistas. Aos meus amigos Roberto, pela amizade de sempre, e Torres que me carregou na garupa de sua moto por estradas de terra dos povoados de Dom Pedro em busca de antigos moradores, à sua esposa Irene, sempre prestativa e educada, à secretária de Cultura de Dom Pedro, Edilene e ao

seu esposo Lafe Jadão, sempre valorizando a cultura da cidade. Aos meus tios Rodrigues e Janete, aos primos e primas, especialmente a Janilda.

Agradeço a todas as mulheres que me acompanharam nesta jornada intelectual de alegrias e estresses, mas tenho especial apreço e agradecimento agigantado àquela que se apossou feito uma sem-terra de meu latifundiário coração, minha namorada Gardênia que me incentiva e “me ensina a solidão de ser só dois”, ou cinco, ou sete, ou mais.

Agora agradeço àqueles que são simplesmente tudo na minha vida: minha família. Meus pais Osmar e Neci, nem sei, os lábios tremem e os olhos lacrimejam, força, amor e simplicidade, minhas irmãs Gilmária, determinação e audácia, Mauridélia, garra e alegria, Mauricélia, nasceu bem depois e foi mestra bem antes, Marcelle, carinhosa e disciplinada, e Mariana, nasceu em 2002 e já é bi campeã marenhense de xadrez, eu vi nascer e crescer todas estas mulheres maravilhosas e agradeço muito por isto, vos amo. Agradeço ao meu filho Iã Vinícius que faz o mundo brilhar toda vez que vejo seu sorriso.

Por fim, agradeço a Deus, ou melhor, à Deusa, a grande Mãe Natureza que abarca a todos e a tudo com suas leis e suas mãos, obrigado pela sorte.

RESUMO

Esta dissertação está vinculada à linha de pesquisa História Regional do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, com área de concentração em História e Cultura Histórica. O presente trabalho analisa a cultura histórica sobre os fuzilamentos ocorridos no interior do Maranhão no ano de 1921 e as ações de um lavrador socialista e espírita chamado Manoel Bernardino de Oliveira, apelidado pelos jornais da época de Lenine maranhense. Manoel Bernardino envolveu-se em um conflito no ano de 1921 que culminou com o fuzilamento, oficial, de quatro lavradores e teve reflexos nas disputas eleitorais em âmbito regional e nacional, uma vez que o governador do estado, Urbano Santos da Costa Araújo, foi acusado de ordenar os fuzilamentos e era candidato à vice-presidência da República na chapa de Artur Bernardes, sucessor de Epitácio Pessoa nas disputadas eleições de 1922. Quando a Coluna Prestes passou pelo Maranhão, em 1925, Manoel Bernardino a integrou com um contingente de duzentos homens. Estudamos a memória coletiva como constituinte da cultura histórica, utilizando os métodos da história oral, com a análise de depoimentos prestados em inquéritos policiais e entrevistas com pessoas da região. O recorte temporal escolhido como central foi o ano de 1921, quando ocorreram os fuzilamentos, mas apresentamos, de forma breve os desdobramentos até 1925 quando a Coluna Prestes passa pelo Maranhão e a vida de Manoel Bernardino até sua morte em 1942.

Palavras-chave: história oral, memória, cultura histórica, fuzilamentos, socialismo, espiritismo.

ABSTRACT

This work is linked to the research line of Regional History Graduate Program in History of the Federal University of Paraíba, with a major in History and Historical Culture. This paper examines the historical culture of the shootings occurred within Maranhão in 1921 and the actions of a farmer called socialist and spiritualist Manoel Bernardino de Oliveira, dubbed by newspapers of the time of Lenin Maranhão. Manoel Bernardino became involved in a conflict in 1921 which culminated in the shooting, officer, four farmers and was reflected in electoral disputes at the regional and national levels, since the state's governor, Urbano Santos da Costa Araújo, was accused of ordering the shooting and was a candidate for vice-president of the Republic on the plate of Artur Bernardes, successor Epitácio Pessoa disputed elections in 1922. When the Prestes Column passed by Maranhão, in 1925, joined the Manoel Bernardino with a contingent of two hundred men. We study the collective memory as a constituent of historical culture, used the methods of oral history, with the analysis of statements made in police investigations and interviews with people in the region. The time frame was chosen as the central year of 1921 when the shootings occurred, but we present briefly the developments until 1925 when the Prestes Column through the life of Maranhão and Manoel Bernardino until his death in 1942.

Keywords: oral history, memory, historical culture, shootings, socialism, spiritualism.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	I
EPÍGRAFE	II
AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	V
ABSTRACT	VI
SUMÁRIO	VII
1 INTRODUÇÃO	1
2 A DOCE AMARGURA DA POLÍTICA	13
2.1 Vai um café? - Só se for com leite!	13
2.2 Maranhão do Urbano	23
2.3 Camadas urbanas e teorias sociais	28
2.3.1 No Brasil	28
2.3.2 No Maranhão	37
3 CULTURAS HISTÓRICAS SOBRE OS FUZILAMENTOS DA MATTA	41
3.1 Campanha política de arma na mão	41
3.2 Pólvora para o povo pobre	42
3.3 Carta branca para matar e arrazar	54
3.4 Bellos inquéritos	59
3.5 Punições para os culpados	67
4 MANOEL BERNARDINO, O LENINE MARANHENSE: LAVRADOR, SOCIALISTA, ESPÍRITA, REVOLTOSO, VEGETARIANO.	70
4.1 Idéias e ideais	82
4.2 O ingresso na Coluna Prestes e o retorno do Anjo	92
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
6 REFERÊNCIAS	102

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho analisa a cultura histórica sobre os fuzilamentos ocorridos em 1921 e as ações de um lavrador socialista e espírita chamado Manoel Bernardino de Oliveira, apelidado de Lenine maranhense, presente na região¹ de Dom Pedro, cidade do interior do estado do Maranhão.

Manoel Bernardino envolveu-se em um conflito no ano de 1921 que culminou com o fuzilamento, oficial, de quatro lavradores e teve reflexos nas disputas eleitorais em âmbito regional e nacional, uma vez que o governador do estado, Urbano Santos da Costa Araújo, foi acusado de ordenar os fuzilamentos e era candidato à vice-presidência da República na chapa de Artur Bernardes, sucessor de Epitácio Pessoa nas disputadas eleições de 1922.

Quando a Coluna Prestes passou pelo Maranhão, em 1925, Manoel Bernardino integrou com um contingente de duzentos homens sendo esta, segundo Lourenço Moreira Lima, a única incorporação à Coluna, de certa importância em toda a sua trajetória.

Estudamos a memória coletiva (ou memória social, memória popular) como constituinte da cultura histórica e da cultura política presentes na região envolvida nesses conflitos. Para esta análise utilizamos os métodos da história oral, com a análise de depoimentos prestados em inquéritos policiais e entrevistas com pessoas da região para tentar entender como a memória coletiva conservou e difundiu esses acontecimentos naquela sociedade e qual a relação que aquelas pessoas mantêm com o seu passado através dos fatos ligados ao lavrador Manoel Bernardino.

Conforme Michel de Certeau (1982) e Eric Hobsbawm (1995), cada historiador escreve a partir de seu lugar social, intelectual, de sua vida, de um lugar privado a partir do qual inspeciona o mundo. Pesquisando e escrevendo sobre esse assunto investigo, também, minha própria memória quando ouvia falar sobre revoltas e pessoas fuziladas na cidade de Dom Pedro, onde passei boa parte da minha infância e adolescência.

¹ Utilizamos região, aqui, como o espaço geográfico e político que inclui a atual cidade de Dom Pedro, seus povoados e as cidades vizinhas, especialmente Presidente Dutra, Codó e Barra do Corda.

Sabemos que “uma abordagem ou uma prática historiográfica não pode ser rigorosamente enquadrada dentro de um único campo” (BARROS, 2004, p.15) pois há uma permanente interação entre as várias dimensões da sociedade e dos campos historiográficos. No entanto, para uma melhor compreensão do objeto estudado, tornou-se necessário um recorte operacional que norteasse a pesquisa. Assim, nosso estudo pertence, fundamentalmente, à dimensão da História Política por trabalhar com disputas eleitorais e relações de poder.

Entendemos a política como as relações de poder em suas mais diversas formas, “o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo” (ROSANVALLON, 1995, p.12). Investigar esta experiência coletiva é ter mais uma chave para penetrar na cultura política e, também, na cultura histórica de uma sociedade pois observamos frequentemente as instâncias de poder interferindo e modificando a cultura histórica.

Na Grécia antiga, os primeiros “historiadores” Heródoto e Tucídides, aquele considerado o pai da história, propuseram estudar e escrever os fatos passados citando as fontes de suas informações, uma boa dose de imaginação era permitida, mas havia, também, um compromisso com verossimilhança.

Ao longo dos séculos, a história política era, praticamente, a única forma de se escrever história. Uma narrativa baseada nas ações de “Grandes homens, Grandes reis, Grandes batalhas”, quase sempre com um conteúdo apologético, identitário e/ou um ensinamento moral.

A essência dessa história praticada por gregos e romanos até a Idade Média, manteve-se quase intacta. A historiografia humanista e renascentista, entretanto, “iniciou duas tendências fundamentais: a da crítica erudita das fontes e a eliminação de lendas, milagres, ‘fantasias’, em busca dos fatos verdadeiros ou, pelo menos, verossímeis.” (FALCON, 1997, p.63). Mas seguiu, paralelamente a este tipo de narrativa, a história ficcional.

Até o século XVIII “a historiografia era considerada convencionalmente uma arte literária. Mais especificamente, era tida como um ramo da retórica, com sua natureza ‘fictícia’ geralmente reconhecida” (WHITE, 2001, p.139), eram narrativas que não tinham compromisso com a objetividade e verificabilidade dos seus relatos, “entretanto, no começo do século XIX tornou-se convencional, pelo menos entre os historiadores,

identificar a verdade com o fato e considerar a ficção como o oposto da verdade” (WHITE, 2001, p.139), “tratava-se de distinguir a verdade histórica da ficção literária a partir da separação entre dois tipos de fatos – os verdadeiros, que podem ser comprovados, e os falsos, de comprovação impossível” (FALCON, 1997, p. 66).

Era a tentativa de “limpar” a história de todo seu conteúdo ficcional para, assim, adquirir o estatuto de ciência tão almejado a partir do século XIX. Conforme Paul Thompson (1992, p.22), antes do século XX:

o enfoque da história era essencialmente político; uma documentação da luta pelo poder, onde pouca atenção mereceram as vidas das pessoas comuns, ou as realizações da economia e da religião, a não ser em tempos de crise, como a Reforma, a Guerra Civil inglesa ou a Revolução Francesa. O tempo histórico dividia-se segundo reinados e dinastias.

As primeiras críticas a esse tipo de história ocorrem já no final do século XIX quando “o domínio, ou como dizia Schmöller, o ‘imperialismo’ da história política, era frequentemente contestado” (*apud* BURKE, 1997, p.19). O seu, quase completo, descrédito acentuou-se a partir da crítica desenvolvida pelo Grupo, Movimento ou Escola de intelectuais, encabeçado por Marc Bloch e Lucien Febvre, que lançou a revista *Annales d'histoire économique et sociale* na França no ano de 1929 que ficou conhecido como Escola dos *Annales*.

A crítica dos *Annales* identificava a história política com uma narração de fatos que reunia “todos os defeitos do gênero da história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência” (REMOND, 1996, p.18).

A insatisfação que os jovens Marc Bloch e Lucien Febvre demonstravam, nas décadas de 10 e 20, em relação à história política, sem dúvida estava vinculada à relativa pobreza de suas análises, em que situações históricas complexas se viam reduzidas a um simples jogo de poder entre grandes – homens ou países – ignorando que, aquém e além dele, se situavam campos de forças estruturais, coletivas e individuais que lhe conferiam densidade e profundidade incompatíveis com o que parecia ser a frivolidade dos eventos (BURKE, 1997, p.7).

Isto ocorreu porque se confundiu história política com narrativa factual, apenas descrições de eventos, ou *événementielle*, colocando-as quase como sinônimas, como se história política apenas pudesse ser escrita daquele modo.

Jacques Julliard (1976, p.190) já nos lembrava, em meados dos anos de 1970, que não haveria razão para excluir a história política da grande revolução metodológica que

outros ramos da história conheceram a partir dos anos de 1930, ao invés de ser revista, ela foi simplesmente abandonada. Raymond Aron também foi muito feliz ao afirmar, ainda em 1971, que “nunca houve razão lógica ou epistemológica, de afirmar que o conhecimento histórico dos fenômenos econômicos ou sociais apresenta em si um caráter mais científico do que o conhecimento dos regimes políticos, das guerras ou das revoluções” (*apud* JULLIARD, 1976, p.182).

A Segunda Geração dos *Annales*, assim chamada a partir de 1956 quando Fernand Braudel assumiu a direção da revista, continuou a crítica à história política afirmando que ela prendia-se apenas aos eventos superficiais, aos acontecimentos da curta duração sem se aprofundar na longa duração, na análise dos acontecimentos de longo prazo.

Embora o próprio Braudel tenha afirmado, em 1958, que “a história política não é forçosamente uma história *factual*, nem é condenada a sê-lo” (*apud* JULLIARD, 1976, p.182), ela permaneceu com essa mancha até a década de 1970 quando assistimos ao seu retorno. Contudo, é importante observarmos a força de uma “cultura historiográfica”, pois mesmo durante seu ostracismo a história política:

[...] não desapareceu. Sob a forma narrativa, biográfica, psicológica, ela continua a representar, quantitativamente, uma fração importante, possivelmente dominante da produção livresca consagrada ao passado. Ela continua a constituir a base do sistema mais aceito de estabelecimento de períodos: “o reino de Luís XIV”; “a república de Weimar”; “a URSS depois de Stalin” etc. Há muito tempo, no entanto, ela deixou de produzir uma problemática, e de inspirar trabalhos inovadores. Uma revista como os *Annales* pode permitir-se, sem muita injustiça, ignorar largamente a sua produção. (JULLIARD, 1976, p.181)

A crítica era apropriada ao tipo de história política que se fazia até então, e de história como um todo, uma vez que a história padecia de fraquezas metodológicas e epistemológicas próprias do seu tempo.

A historiografia marxista também criticou duramente a história política por entender o político e os fenômenos políticos como mera decorrência das relações econômicas, um esquematismo alterado por Gramsci que incluiu em suas análises, a política em suas relações com as práticas culturais (BORGES, 1992, p. 12).

A terceira geração dos *Annales* começou a tomar forma a partir de 1968 e 1969, quando jovens como André Burguière e Jacques Revel envolveram-se na administração da revista. A partir deste período, “vários membros do grupo levaram mais adiante o

projeto de Febvre, estendendo as fronteiras da história de forma a permitir a incorporação da infância, do sonho, do corpo e, mesmo, do odor. Outros solaparam o projeto pelo retorno à história política e à dos eventos” (BURKE, 1997, p.79). Segundo Peter Burke:

O retorno à política na terceira geração é uma reação contra Braudel e também contra outras formas de determinismo (especialmente o “economismo” marxista). Está associado à redescoberta da importância do agir em oposição à estrutura. Está associado também ao que os americanos denominam “cultura política”, de idéias e mentalidades. (BURKE, 1997, p.103)

O que aconteceu a partir da década de 1970 foi o que René Remond chamou de “Ressurreição da História Política”, pela grande quantidade de publicações sobre o tema e pela atenção que ela tem recebido. Essa ressurreição fica patente, por exemplo, quando um concurso para professor de uma universidade propõe como questão “A vida política na França, na Alemanha Federal e na Grã-Bretanha de 1945 a 1996” (REMOND, 1996, p.21). Quer dizer, a história política voltou e voltou muito mais sólida.

Michel Foucault deu importantes contribuições a essa renovação, ao tirar a análise do poder da esfera puramente estatal passando a discutir a “micromecânica” do poder, seu funcionamento no cotidiano social onde “Cada luta se desenvolve em torno de um foco particular de poder (um dos inúmeros focos que podem ser um pequeno chefe, um guarda de H.L.M., um diretor de prisão, um juiz [...])” (FOUCAULT, 1979, p. 75). Este tipo de análise não invalida a investigação do poder no interior do Estado, apenas amplia suas possibilidades analíticas na medida em que leva em consideração a “microfísica” do poder em seus mais diversos contextos.

Com todas essas modificações teóricas e metodológicas no estudo das relações de poder, pudemos perceber, no entanto, que a história política “não é mais a mesma história política, e sua transformação é um bom exemplo da maneira como uma disciplina se renova sob a pressão externa e em função de uma reflexão crítica” (REMOND, 1996, p.26).

A “nova história política” abriu caminho para a retomada do estudo das relações de poder a partir de novos objetos e novas abordagens. A noção de político se ampliou e passou a incluir o comportamento dos cidadãos diante da política, os rituais de poder, as práticas simbólicas de poder (BORGES, 1992, p. 16).

Essa retomada serviu para evidenciar que o estudo do poder, ou poderes, é fundamental para se compreender o ordenamento e funcionamento de qualquer sociedade. A política também lança seu olhar na longa duração ao estudar questões como as culturas políticas, que dependem de um tempo mais longo para se difundirem, se consolidarem e se modificarem.

Para a investigação da memória coletiva, entrevistamos várias pessoas que, mesmo não tendo “vivido” diretamente os acontecimentos, ouviram relatos dos pais, avós ou mesmo acompanharam narrativas que fizeram parte de seu processo identitário a partir tradições que se conservaram no interior daquela sociedade. Percebemos que estas informações orais seguem, geralmente, o caminho familiar passando, principalmente de pais para filhos, como expressa muito bem o cantador nordestino Elomar Figueira Melo: “minha vó contou, quando meu avô morreu, dindinha contou quando vovô morreu” (MELO, 1983, Auto da Catingueira, 5º Canto – das violas da morte).

A história oral como método de investigação histórica “é tão antiga quanto à própria história. Ela foi a primeira espécie de história” (TOMPSON, 1992, p. 45), mesmo assim, fontes orais foram vistas com desconfiança por diversos historiadores durante muito tempo porque estes não compreendiam que, como qualquer outro documento, as fontes orais devem ser criticadas e confrontadas, pois “a força da história oral é a força de qualquer história metodologicamente competente. Vem da extensão e da inteligência com que muitos tipos de fontes são aproveitadas para operar em harmonia” (PRINS, 1992, p.194).

Para o historiador Paul Tompson, a oposição à evidência oral baseia-se muito mais em sentimentos do que em princípios uma vez que os historiadores da geração mais antiga, “ficam instintivamente apreensivos com o advento de um novo método. Isso implica que não dominam mais todas as técnicas de sua profissão”. (TOMPSON, 1992, p.103). Não há, portanto, nenhuma diferença entre as fontes orais ou escritas, uma vez que todas devem ser submetidas ao mesmo tipo de verificação. Michael Pollak (1992, p. 8) expressa muito bem esta idéia ao afirmar que:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente

comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta.

Entendemos que “Fonte oral é o registro de qualquer recurso que guarda vestígios de manifestação da oralidade humana. Entrevistas esporádicas feitas sem propósito explícito, gravações de músicas, absolutamente tudo que é gravado e preservado se constitui em documento oral” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 13). O modo como estas fontes orais é utilizado é o que caracterizará, ou não, um trabalho de história oral.

Esta pesquisa utilizou-se, principalmente, de fontes orais uma vez que nossos principais documentos escritos são provenientes da oralidade como os depoimentos colhidos nos inquéritos procedidos nas investigações dos crimes de fuzilamentos, disponíveis no Diário Oficial do Estado do Maranhão, além de entrevistas concedidas aos jornais da época e das entrevistas por nós realizadas na região envolvida nos conflitos com objetivos bem definidos e previamente planejados para tentar entender como as pessoas dessa região lidam com este passado.

Utilizamos, ao lado das fontes provenientes da oralidade, trabalhos bibliográficos para o aprimoramento teórico, que citem os fuzilamentos ou façam qualquer menção aos envolvidos, pois no estudo da cultura histórica, a produção histórica deve ser estudada na sua imbricação com a memória social. Quanto a estas produções, encontramos trabalhos feitos por “historiadores diletantes” e escritos da literatura popular que quase sempre trazem mais uma transposição da memória, diretamente para a escrita, do que um trabalho propriamente histórico.

A história oral é um método interdisciplinar que pode ser aplicado a vários campos do conhecimento, mas especificamente no caso da história, podemos aplicá-lo no estudo da história política, da história do cotidiano, nas histórias de comunidades entre outras, inclusive no registro de tradições culturais, tradições orais e história da memória (ALBERTI, 2005, p. 166). São nestes últimos casos, principalmente, que a história oral se aplica ao nosso trabalho, a saber, quais tradições orais foram consolidadas na memória da sociedade dompedrense e que mudanças se operaram nesta memória ao longo do tempo no que se refere aos fuzilamentos e às ações de Manoel Bernardino.

Quando nos propomos a estudar a memória coletiva como constituinte das culturas históricas e políticas, utilizando os métodos da história oral, tínhamos

consciência que, provavelmente, não entrevistariamos pessoas que participaram diretamente dos fatos, por estes terem ocorridos em 1921, ou seja, 89 anos atrás.

Embora Verena Alberti (2004, p.21), nos alerte para a dificuldade em pesquisar, com história oral, temas ocorridos em um espaço superior a 50 anos, isto não invalida nosso objetivo de analisar o que ficou “registrado” na memória coletiva daquela sociedade. Procuramos entender as tradições orais, a forma como essas narrativas se conservaram e se difundiram naquela sociedade.

Sabemos, também, que “para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível” (HALBWACHS, 2006, p. 31), especialmente nesse nosso trabalho que procura entender de que modo aquela sociedade se relaciona com o seu passado na forma de uma memória coletiva referente aos fatos ocorridos (os Fuzilamentos e a Coluna Prestes: cultura histórica) e aos envolvidos nos fuzilamentos (principalmente Manoel Bernardino de Oliveira, Sebastião Gomes, Tenente Dias: cultura política).

Procuramos entender os interesses e “recursos de poder” envolvidos na “produção” da memória sobre esse fato, pois Manoel Bernardino e os fuzilamentos continuam presentes na memória coletiva dos moradores da cidade de Dom Pedro, sendo contados, adaptados e recontados através da oralidade, da poesia popular e dos compêndios de “história do município”.

Sabemos que “a memória, como qualquer outra fonte histórica, sofre de uma fraqueza, que é o seu desgaste ao longo do tempo” (DIEHL, 2002, p.117) muito semelhante às outras fontes pois, do mesmo modo que os esquecimentos se tornam mais frequentes ao longo do tempo, assim acontece com os papéis, os microfilmes... com a diferença que estes podem ser substituídos enquanto as “fontes orais”, se não forem registradas em meios materiais, perdem-se com seus detentores originais.

Mesmo a memória sendo sempre coletiva, conforme Halbwachs, por ser formada em contextos sociais, ela é difundida individualmente, pois é o sujeito que lembra, relembra e conta suas narrativas a outros membros da sociedade sempre a partir de sua perspectiva, do seu modo de ver o mundo, estando em sintonia, ou não, com as memórias de outros indivíduos causando, muitas vezes, um choque de memórias. Entretanto, “se destacamos essa característica flutuante, mutável, da memória, tanto

individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis” (POLLAK, 1992, p. 2).

São essas linhas imutáveis das memórias que terminam se consolidando como uma “memória coletiva” e sendo escritas muitas vezes, por algum “historiador leigo”, e indo parar nas salas de aula consolidando uma “cultura histórica” sobre determinados fatos, criando um sentimento de identidade e de pertencimento àquele grupo que se reconhece como tendo um passado comum e esta “referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis” (POLLAK, 1989, p. 9).

Entendemos que “tal como o passado não é a história, mas seu objeto, também a memória não é a história, mas um de seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOFF, 2003, p.48) porque independente dos métodos e técnicas acadêmicas de se fazer história, as sociedades respondem, ao seu modo, às indagações da sua “consciência histórica” que tem a função de atender às “carências fundamentais de orientação da prática humana da vida no tempo” (RÜSSEN, 2001, p.30), formulando as suas culturas históricas e políticas. É neste ponto que “a memória tem um papel fundamental também porque os fenômenos de cultura política (e cultura histórica) são compreendidos numa duração mais longa e não no tempo curto” (BORGES, 1992, p.17).

Michel Foucault (2002, p. 9) nos alerta que a produção dos discursos em qualquer sociedade é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída para dominar seu acontecimento e direcionar o perigo que um discurso pode trazer. Neste sentido investigamos, também, os “esquecimentos”, especialmente os esquecimentos voluntários que permanecem na “memória individual” mas perdem-se da memória coletiva já que param de ser narrados porque muitos fatos podem ser perigosos ou traumáticos e, como diz a cantora baiana Pitty, “memórias não são só memórias, são fantasmas que me sopram aos ouvidos coisas que eu nem quero saber” (PITTY, 2005, 4ª faixa). Muitas vezes por medo de suas narrativas causarem represálias, as lembranças acabam realmente “esquecidas” e não criam confrontos com uma memória “oficial”, por exemplo.

Entendemos cultura histórica a partir do conceito dado por Bernard Guenée, citado e ampliado por Jacques Le Goff (2003, p.47-48), onde cultura histórica é caracterizada como a produção do historiador, seu público, a recepção destas obras históricas e “a relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado”, ou seja, “a expressão cultura histórica procura inventariar a articulação entre o processo histórico e a produção, transmissão e recepção do conhecimento histórico” (FLORES, 2007, p. 84). Ainda concordando com Elio Chaves Flores, trataremos a cultura histórica como a

intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais. (2007, p. 95).

O conceito de cultura política teve sua origem e disseminação na “Ciência Política norte-americana dos anos de 1960, especialmente aquela de inspiração parsoniana, sendo clássica a referência aos trabalhos de Almond e Verba” (GOMES, 2005, p. 27). Tomamos, então, o conceito de cultura política a partir destes dois autores que a definiram “como *a expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações da sua população*” (apud KUSCHNIR, 1999, p. 227-228). O modo como as pessoas percebem as relações de poder e as disputas entre poderes no processo de constituição de culturas políticas que:

incorporaria sempre uma leitura do passado – histórico, mítico ou ambos -, que conota positiva ou negativamente períodos, personagens, eventos e textos referenciais. Essa leitura do passado também envolveria um “enredo” – uma narrativa – do próprio passado, podendo-se então conformar uma cultura histórica articulada a uma cultura política (GOMES, 2005, p. 32-33; GOMES, 2007, p.48).

Percebemos, desse modo, a relação intrínseca que existe entre culturas históricas e culturas políticas, os retentores do poder sempre remetem seus discursos a uma exaltação apologética ou a uma crítica mordaz à ação de seus predecessores imediatos ou longínquos tentando convencer as pessoas e conformar uma cultura política, baseada em uma cultura histórica. Do mesmo modo farão seus adversários.

Ângela de Castro Gomes ressalta bem essas relações entre cultura histórica, cultura política e política cultural ao dizer:

o trabalho de investigar *como, quem e com que recursos de poder* uma dada cultura histórica é conformada, é muito difícil mas a tentativa pode ser útil, pois culturas históricas costumam marcar uma memória nacional, estando, frequentemente, vinculadas a culturas políticas e a políticas culturais. (GOMES, 2007, p.50)

Vemos que culturas políticas e culturas históricas estão imbricadas e em constante interação, ambas inseridas na relação que a sociedade mantém com seu passado, porque assim como ocorre com a cultura histórica, “a constituição de uma cultura política demanda tempo, sendo um conceito que integra o universo de fenômenos políticos de média e longa duração.” (GOMES, 2007, p.48) sendo este um caminho que afasta a história política da acusação de se deter apenas à superfície dos acontecimentos.

Para uma melhor distribuição didática dos assuntos pesquisados, este trabalho ficou dividido em três capítulos. No primeiro capítulo fizemos a contextualização política do Brasil e do estado do Maranhão discutindo questões como o coronelismo, eleições, analisando os pontos mais relevantes para nosso tema com especial atenção aos acordos políticos do período inicial da República Velha (Primeira República, República do Café-com-leite etc.) até as conturbadas eleições de 1922, destacando a atuação do político Maranhense Urbano Santos da Costa Araújo e a intensa disputa eleitoral entre os candidatos Artur Bernardes que representava o grupo político conhecido, historiograficamente, como “Café-com-leite” e Nilo Peçanha representando um grupo político chamado “Reação Republicana”.

Analisamos, rapidamente, neste capítulo a relação dos militares com a política e algumas ações tenentistas que desencadearam a Coluna Prestes. A representatividade da classe média na sociedade brasileira e o movimento operário, bem como a introdução e difusão das idéias socialistas e anarquistas no Brasil e no Maranhão.

No segundo capítulo analisamos os acontecimentos que culminaram com o fuzilamento de quatro lavradores no interior do Maranhão, em um povoado chamado de Matta², por uma tropa militar comandada pelo tenente Antonio Henrique Dias, em agosto de 1921. A imprensa maranhense passou a chamar este episódio de “Os Fuzilamentos da Matta”

² Referenciado também como Mata do Codó, Mata do Japão, Mata do Nascimento, Mata do Oliveira. Na maioria das vezes chamado apenas de Matta, *sic*. Hoje este povoado pertence à cidade de Dom Pedro e até pouco tempo era chamado de Mata Velha, atualmente recebe o nome de Pedro I.

Analisamos as culturas históricas sobre esses fuzilamentos, presentes naquela região, utilizando os métodos da história oral a partir de entrevistas realizadas, principalmente, com moradores das cidades de Dom Pedro e Presidente Dutra (antigo povoado chamado Curador), bem como dos povoados Pedro I, Cruzeiro, Centro dos Tonicos e Centro dos Bernardinos, onde Manoel Bernardino morou com sua família, todos pertencentes ao município de Dom Pedro.

Também utilizamos como fontes os inquéritos que investigaram os fuzilamentos e os jornais que noticiaram amplamente os fatos, devido à disputa eleitoral entre o Partido Republicano, comandado pelo governador³ Urbano Santos, e o Partido Republicano Maranhense, fundado pelo ex-governador Herculano Nina Parga.

No terceiro capítulo traçamos um perfil biográfico de Manoel Bernardino de Oliveira a partir do depoimento que este prestou no inquérito que investigou os fuzilamentos, das entrevistas supracitadas e das entrevistas que ele concedeu aos jornais “Diário de São Luís” e “Pacotilha”. Tentamos traçar, também, um perfil intelectual deste lavrador que era assinante de revistas e jornais e leitor de Tolstói e Guerra Junqueiro sendo apelidado de “Lenine Maranhense”, e que se dizia socialista e espírita, integrando a Coluna Prestes, em 1925, seguindo com os “revoltosos” até o Ceará de onde retornou, arrependido, pacifista e vegetariano radical.

³ Embora o termo utilizado de 1889 a 1930 para este cargo seja presidente do estado, utilizaremos, preferencialmente, o termo governador para designar o executivo estadual evitando confusões com o Presidente da República.

2 A DOCE AMARGURA DA POLÍTICA

2.1 Vai um café? - Só se for com leite!

Com a instalação da República no Brasil, os grupos dirigentes trataram de organizar um sistema político que atendesse aos seus interesses e afastasse a possibilidade de ascensão de setores não alinhados com a política oligárquica central. Assim, em 1900, o Presidente da República, Campos Sales, idealizou um acordo que ficou conhecido como a “Política dos Governadores” onde os governadores dos estados, apoiados no poder dos “coronéis”, conseguiriam apoio ao governo federal e aos seus candidatos; em troca o governo central apoiaria os candidatos e os “projetos” dos governadores.

Durante toda a Primeira República (República Velha, República do Café-com-leite, República Oligárquica, se estendendo de 1889 a 1930) as eleições eram baseadas no “coronelismo” e nas fraudes. As áreas rurais eram dominadas por senhores de terras chamados de Coronéis (não, necessariamente, como patente militar, mas como condição social) que controlavam células rurais no interior dos estados através do paternalismo, clientelismo, violências e fraudes.

O coronel tinha poder quase absoluto sobre todos que habitavam suas terras e além delas até a área de influência de outro coronel. Sob seu comando estava, também, uma força armada para-militar (denominada jagunços ou capangas) que executava as suas ordens e ainda contava com a ajuda das polícias militares uma vez que “durante a Primeira República, a organização policial foi um dos mais sólidos sustentáculos do coronelismo” (LEAL, 1997, p. 226).

Estas autoridades utilizavam toda a sua “influência” durante o período eleitoral, quando os acordos eram feitos com os governadores dos estados. Os coronéis apoiavam os candidatos do governo, a partir de seu “curral eleitoral”, e os governos conseguiam os benefícios que os coronéis necessitavam.

Se esse recurso não garantisse as eleições, as oligarquias, de oposição e situação, recorriam às fraudes, urnas desapareciam ou eram “embuchadas” com votos de defuntos, de fantasmas e, no final, o opositor ainda poderia ser “degolado” na mesa eleitoral. Quem decidia as eleições não eram os votos e sim o poder da oligarquia que estava no comando do aparelho governamental criando “uma desalentadora

unanimidade no que se refere a considerar a Primeira República como uma época em que, no campo político-eleitoral, predominam a fraude e a violência” (KAREPOVS, 2006, p. 13).

Além disso, ser eleitor no Brasil era algo bastante complicado. Em 1920 a população brasileira era superior a trinta milhões de habitantes, destes mais ou menos a metade eram mulheres que, na época, não votavam; havia quase um milhão de estrangeiros que, também, não votavam; também não votavam os mendigos, praças de pré, religiosos, os menores de vinte e um anos e, finalmente, os analfabetos, que ficavam em torno de 60% da população. Assim, apenas 7,15% da população brasileira tinham, potencialmente, direito ao voto sendo que, como o alistamento e o voto não eram obrigatórios, os que efetivamente votavam eram em número bem menor (KAREPOVS, 2006, p.14-15).

Aquele que passasse por este “crivo” e quisesse ser eleitor, tinha que se alistar comprovando ser maior de 21 anos, saber ler e escrever, ter residência fixa por mais de três meses e “a partir de 1916, passou-se a exigir também prova de ‘exercício de indústria ou profissão ou de posse de renda que assegure a subsistência’. Ou seja, voltou-se a exigir renda, como no Império, para ter direito de votar” (KAREPOVS, 2006, p.16). Deste modo, ter direito ao voto não significava, necessariamente, poder votar.

Em nível federal o poder caberia aos estados de São Paulo (agroexportador de café) e Minas Gerais (grande produtor de leite e maior eleitorado brasileiro) através de um pacto onde os presidentes da República seriam indicados um por São Paulo e outro por Minas Gerais em um revezamento chamado de “Política do Café-com-leite”.

Esse acordo entre São Paulo e Minas Gerais sofreu seu primeiro cisma na sucessão presidencial de Afonso Pena (falecido durante seu mandato, em 1909, e substituído pelo seu vice Nilo Peçanha) quando desacordos levaram Minas Gerais e o presidente Nilo Peçanha a apoiarem o militar Hermes da Fonseca, e os paulistas apoiaram o baiano Rui Barbosa. A vitória de Hermes da Fonseca em 1910 e a possibilidade de ascensão política de outros Estados, como o Rio Grande do Sul, levaram os grupos majoritários (SP/MG) a ratificarem seu acordo com o “Pacto do Ouro Fino” consolidando a política do Café-com-leite. (FAORO, 1998, p. 603-620, passim).

Rui Barbosa conseguiu o apoio considerável de parte da classe média o que não impediu suas três derrotas à presidência em 1910, 1914 e em 1918. Mesmo não sendo

um “revolucionário”, não obteve o apoio político dos grupos mais conservadores que viam esta candidatura, no mínimo, como uma ameaça à organização política que se estava tentando consolidar.

Para o pleito seguinte (1914-1918) os políticos do estado de São Paulo escolheram Venceslau Brás para a presidência da República tendo como candidato a vice, o maranhense Urbano Santos da Costa Araújo. Tudo ocorreu com relativa tranquilidade e para sucedê-lo foi indicado Rodrigues Alves que falecera antes da posse, em 1919, e o vice-presidente Delfim Moreira convocou novas eleições.

Com a convocação dessas novas eleições, surgiu uma nova crise sucessória. “A velha geração – Campos Sales, Rodrigues Alves, Francisco Sales, João Pinheiro – já tinham desaparecido e a nova – Artur Bernardes, Washington Luiz, Altino Arantes, Antonio Carlos – apenas começa a se firmar” (CARONE, 1977, p. 332). A opção por um candidato “neutro” levou o paraibano Epiácio Pessoa à presidência.

O presidente Epiácio Pessoa tentou manter neutralidade e não se tornou o dócil instrumento dos interesses dos estados de São Paulo e Minas Gerais como estes esperavam. Na constituição do seu ministério ele arredou os grandes Estados, os militares e os chefes políticos de um modo geral (FAORO, 1998, p. 614-615). Seu ministério foi, na maioria, composto por políticos medíocres, inexpressivos e, em geral, desligados do sistema dominante (CARONE, 1977, p.334).

Buscando sua independência política, Epiácio Pessoa, conseguiu desagradar a “gregos e troianos”. Com o estado de São Paulo o conflito se deu em 1920 quando o Presidente reagiu a um projeto de lei que visava a emissão monetária para auxiliar o café, só permitindo diante da possibilidade de ruptura; com Minas Gerais a crise foi pela criação de um novo tributo (FAORO, 1998, p.615); com os militares, a indicação dos civis Pandiá Calógeras, para o Ministério da Guerra, e Raul Soares, para a Marinha, provocou grande descontentamento e para piorar sua relação com as Forças Armadas o pedido de aumento de soldos feito pelas altas patentes do Exército e Marinha passou pela Câmara, mas o governo federal pediu a retirada do projeto (CARONE, 1977, p.340).

A sucessão de Epiácio Pessoa gerou o maior conflito da República Velha, desencadeando uma crise intra-oligárquica, com oligarquias dissidentes, militares que, inseridos na crise geral dos anos vinte, levou a um novo ordenamento político em 1930.

A peculiaridade desta disputa é que “pela primeira vez o confronto entre os grandes estados e os estados intermediários se colocou claramente em uma disputa sucessória revelando as tensões interligárquicas e desnudando as contradições do federalismo brasileiro” (FERREIRA, 1993, p.10)

Na convenção realizada no dia 8 de junho de 1921 foi lançado como sucessor de Epitácio Pessoa a candidatura do mineiro Artur Bernardes e para vice foi escolhido o governador do Maranhão Urbano Santos da Costa Araújo.

O estado do Rio Grande do Sul, através do seu líder Borges de Medeiros, se negou a apoiar o candidato situacionista afirmando não concordar com a forma da escolha, o Café-com-leite. Juntaram-se ao Rio Grande do Sul os estados da Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, políticos dissidentes de outros estados, militares e, “no dia 24 de junho de 1921, um grupo de políticos reunidos no Centro Rio Grandense, no Rio de Janeiro, lançou um manifesto oficializando a chapa Nilo Peçanha – J. J. Seabra e criando o movimento da Reação Republicana” (FERREIRA, 1993, p.15), que reuniu todos os grupos de oposição no Brasil.

Entre os pontos básicos do manifesto estavam a crítica ao modelo de escolha do candidato à presidência da República, maior autonomia para o legislativo frente ao executivo, maior credibilidade para as Forças Armadas, equilíbrio cambial e financeiro. Esses pontos eram colocados de maneira vaga e imprecisa, tomando mais forma durante a campanha eleitoral (FERREIRA, 1993, p. 15).

Durante a campanha, os políticos da Reação Republicana falavam, de maneira mais direta, na solução da crise econômica, moralização política, diversificação da economia, fortalecimento da agricultura, redução de impostos, medidas protecionistas aos produtos brasileiros, fim do analfabetismo. Mas nenhuma proposta concreta que possibilitasse maior democratização do sistema político. O voto secreto, por exemplo, não foi discutido (FERREIRA, 1993, p. 16 - 17).

O candidato à presidência, Nilo Peçanha, dirigia-se às massas populares com “discursos vagos e indefinidos, mas que conseguiam empolgar os participantes dos comícios da Reação Republicana” e, ao mesmo tempo, “procurava impedir que o ‘movimento político-eleitoral, de caráter civil e reformista’, por ele dirigido, pudesse transformar-se num ‘movimento revolucionário-militar’” (PRESTES, 1993, p.39).

A historiografia brasileira aponta alguns motivos que levaram a este rompimento interoligárquico que originou a Reação Republicana. Marieta de Moraes Ferreira discute três pontos (FERRREIRA, 1993, p.10-14). O primeiro ponto de conflito seria a indicação do vice-presidente. Os estados da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco pleiteavam esta vaga e sentiram-se frustrados com a escolha do maranhense Urbano Santos.

Contra essa interpretação, a autora argumenta que há muito tempo Nilo Peçanha planejava alçar vôos mais altos na política brasileira em direção à presidência da República antes, inclusive, da candidatura de Bernardes. A autora não nega, entretanto, que a disputa em torno da candidatura do vice servisse de pretexto para acalorar os debates e complicar a candidatura de Bernardes. O certo é que na convenção que escolheu os candidatos, os estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul não participaram o que já demonstra, segundo ela, uma proposta alternativa de disputas políticas.

O segundo, defendido por Boris Fausto, seria uma disputa econômica uma vez que setores que não estavam diretamente ligados à cafeicultura discordavam da política de valorização do café a partir de medidas como a desvalorização cambial e o endividamento externo prejudicando outros setores da economia brasileira. Contra esta interpretação, Marieta Ferreira aponta que a resistência das bancadas dos estados minoritários aos projetos de valorização do café só se intensificaram no segundo semestre de 1921 donde se pode concluir que essa disputa econômica em torno da valorização do café, ao invés do motor da crise, poderia ser resultado dela.

O terceiro ponto analisa a relação entre Nilo Peçanha e as camadas urbanas cariocas como um ensaio do populismo no Brasil. Os discursos entusiasmados da Reação Republicana e a liderança carismática de Nilo seriam indícios de uma forma embrionária do populismo. Marieta Ferreira argumenta que embora houvesse importantes relações entre as camadas urbanas e a Reação Republicana, representada pela figura de seu candidato, essas relações estavam centradas mais nas elites cariocas do que nas massas urbanas de um modo geral.

Como proposta de análise do surgimento da Reação Republicana, Marieta Ferreira propõe uma relativização do papel hegemônico da chamada “política do Café-com-leite” na medida em que o poder de São Paulo e Minas Gerais nunca fora absoluto,

sendo frequentemente contestado pelos “estados de segunda grandeza” que se uniram em torno da candidatura de Nilo Peçanha e o que estes estados reivindicavam, efetivamente, era uma distribuição mais igualitária das benesses clientelistas federais e um maior poder de negociação na política nacional (FERREIRA, 1993, p.13,21).

Acreditamos, a partir do exposto, que a Reação Republicana é uma confluência de todos esses fatores uma vez que a disputa pela vice-presidência da República é sempre permeada por intensas disputas e a negativa de um candidato do grupo que se considerava politicamente adequado gera, certamente, grande descontentamento; o apoio exagerado que era dado à cafeicultura paulista gerava um desconforto por parte dos demais estados que viam seus produtos não terem o mesmo apoio ou apoio nenhum; por fim, o apoio que Nilo recebia das camadas urbanas (operários, estudantes) poderia não ser um populismo embrionário mas era, com certeza, um reconhecimento das classes populares como importantes peças no jogo do poder. A todos esses fatores se agrega a crença na possibilidade de derrotar o Café-com-leite, mostrando com isso que seu poder, como bem disse Marieta Ferreira, não era absoluto.

Como estratégia para a disputa eleitoral, a Reação Republicana utilizou, basicamente três táticas para fazer frente aos grandes estados: primeira, a cooptação de lideranças oposicionistas de destaque em diversos estados da federação, a fim de formar comitês regionais de propaganda política. Assim foi feito no Maranhão, onde o ex-governador Herculano Parga havia fundado um partido de oposição a Urbano Santos no começo de 1921 e que foi o cabo eleitoral de Nilo Peçanha no estado.

Segunda, uma intensa campanha eleitoral realizada através de órgãos da imprensa oposicionista. Na capital federal com os jornais Correio da Manhã, O Imparcial, A Rua e A Noite, pertencentes a elementos da oposição (PRESTES, 1993, p.36), e nos estados menores, como no Maranhão onde os jornais O Diário de São Luís e Folha do Povo faziam intensa campanha para os candidatos da Reação Republicana.

A campanha era feita, também, com visitas dos candidatos aos estados e realização de comícios, cabendo a Nilo Peçanha visitar os estados do Amazonas, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Distrito Federal e São Paulo, enquanto José Joaquim Seabra iria aos estados de Alagoas, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, sendo que alguns estados seriam visitados por ambos (FERREIRA, 1993, p.16).

Por fim, a tática dos nilistas foi buscar apoio entre os militares que já estavam bastante descontentes com o governo federal por causa dos civis nos ministérios militares, negativa de aumento de soldos, prisão de militares, precária situação material etc. Nilo Peçanha e seu grupo político já haviam acumulado bastante “experiência de aliança com militares, especialmente a partir da eleição do Marechal Hermes da Fonseca para a presidência da República, quando o apoio nilista a essa candidatura garantiu ao chefe fluminense a supremacia política em seu estado” (PRESTES, 1993, p.43).

Um problema encontrado para a realização desse apoio era o desejo de muitos militares de verem, novamente, na presidência da República o Marechal Hermes da Fonseca mas, à medida que a popularidade da Reação Republicana crescia, diminuía o apoio à candidatura hermistista e, aos poucos, o apoio militar foi migrando para Nilo Peçanha (PRESTES, 1993, p.46-57).

Para agravar ainda mais a crise entre a presidência e os militares, o jornal carioca “Correio da Manhã” publicou em outubro de 1921 duas cartas de Artur Bernardes a Raul Soares criticando o exército, chamando Hermes da Fonseca de “sargento sem compostura” e “canalha”. Uma comissão do Clube Militar julgou as cartas verdadeiras embora Bernardes negasse tê-las escrito, a falsidade das cartas foi comprovada somente após as eleições.

O episódio das “Cartas Falsas” garantiu a adesão das forças armadas à Reação Republicana. A partir destes três pilares (cooptação de lideranças, campanha eleitoral, apoio militar) desenvolveu-se a luta da Reação Republicana para derrotar a chapa bernardista.

Após o regresso de Nilo ao Rio de Janeiro, no início de novembro, cresceu o movimento militar pró Nilo e de repúdio à candidatura do Café-com-leite, aumentava também a radicalização e o clima revolucionário entre vários setores militares o que, junto com eles, arrastava os diversos setores da sociedade como os estudantes, operários e as camadas urbanas em geral que manifestavam seu apoio aos militares e à Reação Republicana nos vários comícios e manifestações realizadas pelo Brasil.

No início de 1922, J. J. Seabra, em excursão pela Bahia, falava abertamente em revolução e dizendo que ou a Reação Republicana saía vitoriosa ou a República desapareceria cabendo ao exército impedir a posse de Bernardes (PRESTES, 1993,

p.72). Já havia, portanto, uma previsibilidade de derrota e um apelo aos militares para uma intervenção direta no resultado das eleições. Embora uma parte das altas patentes permanecesse fiel ao governo, a maioria dos oficiais e patentes menores se preparava agir caso Nilo Peçanha perdesse a eleição.

Aproximava-se o dia do pleito e o “clima de revolução” se intensificava uma vez que se percebia a iminente derrota do candidato oposicionista. Embora Nilo vacilasse, e tentasse uma solução política, a deposição de Artur Bernardes estava na ordem-do-dia. Os tenentes tomaram a “frente de batalha” e era, segundo Anita Leocádia Pestes (1993, p.76), o nascimento do tenentismo.

Apesar da forte disputa, nas eleições de primeiro de março de 1922, Artur Bernardes venceu a disputa e o “Café-com-leite” provou mais uma vez sua invencibilidade nas urnas demonstrando a enorme capacidade da máquina eleitoral de quem controla o poder do Estado. Os nilistas, entretanto, não aceitaram a derrota nas urnas e reivindicaram a criação de um Tribunal de Honra para arbitrar o processo eleitoral. Entretanto, alguns políticos inconformados e os militares se preparavam para uma possível “revolução” caso o problema não fosse resolvido de forma institucional.

Nas palavras de Afonso Arinos de Melo Franco,

o declínio da Reação Republicana, que se inicia com a publicação das cartas falsas e termina com a eleição de Bernardes – depois da qual o movimento dentro da lei perdia forçosamente a razão de existência – significou, afinal, a passagem do ideal reformista, que vinha do início da República e tivera seu maior apóstolo em Rui Barbosa, do meio político e civil para o meio militar e revolucionário (ARINOS, *apud* PRESTES, 1993, p.65).

Os ânimos se acirraram e começou a se falar abertamente em luta armada. A esse respeito J. J. SEABRA declarou ao jornal O Estado: “se não for aceita essa solução patriótica e honrosa do Tribunal de Arbitramento, teremos a luta e a sangueira” (FERREIRA, 1993, p.19). As lideranças políticas de Minas Gerais e São Paulo não se intimidaram e excluíram os oposicionistas das mesas e das comissões parlamentares e não admitiram nenhum tipo de negociação nem a idéia de um Tribunal de Honra.

O clima esquentava cada vez mais e no mês de abril de 1922 ocorreram várias tentativas de levantes armados, articulados entre os militares e dissidências estaduais.

No Maranhão, o governador era deposto pela polícia militar, com a conivência da força federal, assumindo o governo, por 24 horas, Tarquínio Lopes Filho, político da ala dissidente e ligado a Nilo

Peçanha e à Reação Republicana. Tentativas análogas aconteceram no Paraná e Santa Catarina, sendo do conhecimento geral a existência de um plano revolucionário que deveria atingir cinco estados (PRESTES, 1993, p. 79).

Com a morte de Urbano Santos (07/05/1922) antes da posse, Nilo Peçanha e a Reação Republicana tentaram fazer com que José Joaquim Seabra assumisse a vice-presidência, mas novas eleições foram convocadas e o pernambucano Estácio de Albuquerque Coimbra foi eleito vice-presidente (CARONE, 1977, p.359). O vice governador do Maranhão, Raul Machado, assumiu o governo estadual e a política situacionista maranhense passou a ser disputada por Magalhães de Almeida (genro de Urbano Santos) e Marcelino Machado (genro de Benedito Leite) e na oposição o Partido Republicano Maranhense liderado por Herculano Parga e Tarquínio Lopes Filho.

Aconteceram manifestações populares em Pernambuco e o Marechal Hermes da Fonseca telegrafou ao Recife aconselhando os militares a não combaterem as rebeliões. Esta exortação levou à prisão do Marechal em 29 de junho de 1922 e ao fechamento do Clube Militar dois dias depois. Estas ações desencadearam a revolta militar que vinha sendo preparada já há algum tempo.

A revolta projetada para eclodir em vários estados da federação, limitou-se a um levante no estado do Mato Grosso, um em Niterói e três focos na cidade do Rio de Janeiro: a Vila Militar, a Escola Militar e o Forte de Copacabana, todos rapidamente sufocados pelas forças leais ao governo (PRESTES, 1993, p. 81). Destes levantes, o que mais marcou a ação tenentista foi o episódio conhecido como “A revolta dos 18 de Copacabana” quando, no dia seis de julho, dezessete militares e um oficial recusaram a se render e enfrentaram as tropas legalistas, do confronto apenas dois tenentes sobreviveram.

Nilo Peçanha mesmo não tendo apoiado os levantes dos “tenentes”, prestou-lhes solidariedade e assumiu a defesa jurídica dos indiciados no processo movido pelo governo contra os revolucionários.

Embora as altas patentes, em geral, apoiassem à “alta política”, os jovens oficiais, principalmente os tenentes pregavam abertamente a moralização e reforma política e eleitoral, com voto secreto, independência das magistraturas, o ensino público etc. Mas, apesar destas reivindicações, o movimento não apresentava uma base ideológica homogênea que fosse defendida por toda a jovem oficialidade.

Em 05 de julho de 1924, dois anos após a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, eclodiu uma revolta militar na cidade de São Paulo comandada pelo general reformado Isidoro Dias Lopes. Este “Segundo 5 de julho⁴” foi o maior conflito bélico já ocorrido na cidade de São Paulo. Os conflitos se estenderam por vinte e três dias, após algumas derrotas os rebeldes formaram uma coluna e rumaram para o sul do Brasil.

Na cidade de Foz do Iguaçu – PR, os militares uniram-se aos oficiais rebelados no Rio Grande do Sul, comandados pelo capitão Luís Carlos Prestes, que ficou eternizado como o Cavaleiro da Esperança. Desta união surgiu a Coluna Miguel Costa - Prestes, conhecida popularmente apenas como Coluna Prestes.

A Coluna Prestes, que contou inicialmente com um contingente de 1500 homens, percorreu mais de 24.000 km durante mais de dois anos em uma grande epopéia, pregando o difuso programa tenentista como reformas políticas e sociais, voto secreto, denunciando a miséria, a exploração das camadas pobres, criticando as oligarquias e o governo federal e enfrentando tropas regulares do Exército, forças policiais dos estados, tropas de jagunços e todo tipo de força armada que pudesse ser convocada para combatê-la.

Em novembro de 1925 a Coluna saiu do Goiás e entrou no Maranhão onde já articulara apoio do Partido Republicano Maranhense através do desembargador Deoclides Mourão, do major Euclides Maranhão, do médico Tarquínio Lopes Filho entre outros. O lavrador Manoel Bernardino integrou a Coluna com um contingente de 200 homens, sendo este, a maior incorporação que a Coluna teve em toda a sua trajetória.

Durante todo seu trajeto a Coluna Prestes não encontrou derrota, mas a partir de 1927 começou a enfraquecer até se exilar, em fevereiro, na Bolívia. Embora não tenham conseguido promover a conscientização política das camadas populares, do modo como esperavam, os “revoltosos” conseguiram abalar o prestígio da República do Café-com-leite contribuindo para a sua derrocada em 1930.

Quanto às teorias sociais, Raimundo Faoro afirma que “os Tenentes, até 1930, quando Luis Carlos Prestes adere ao Credo Vermelho, não manifestam simpatias pelo

⁴ Também conhecida como Revolta Paulista de 1924, Revolução esquecida, Revolução de Isidoro, Revolução de 1924.

movimento [socialista, comunista]” (FAORO, 1998, p.675). Entretanto, é interessante observarmos que na “Mensagem aos Revolucionários de Pernambuco, enviada do Piauí, em janeiro de 1926 [...] pra dizer-lhes que chegou o momento de pegar em armas, desfraldando nesse Estado a bandeira vermelha da Revolução Nacional”, consta na parte referente aos ideais defendidos, na letra C: “Assegurar completa liberdade de pensamento, permitindo a mais ampla propaganda de idéias sociais e comunistas, bem como a organização de sociedades e partidos operários sem a indébita e vexatória intervenção policial” (PRESTES, 1997, p.417).

Podemos perceber assim, os oficiais da Coluna apresentado como um dos ideais a liberdade de expressão na propaganda do socialismo ou comunismo e propondo a formação de partidos operários livres. Isto pode não ser suficiente para dizermos que os revoltosos defendiam o “credo vermelho”, mas não nos parece que há uma antipatia por estas doutrinas que eles defendem a “mais ampla propaganda”.

2.2 Maranhão do Urbano

No Maranhão, com o fim do Império brasileiro, os políticos numericamente mais expressivos eram o grupo “castrista”, reunidos em torno da liderança de Augusto Olímpio Gomes de Castro (Gomes de Castro) e a maioria dos antigos Liberais, reunidos sob a liderança do médico Manuel Bernardino da Costa Rodrigues (Costa Rodrigues) que fundou, na oposição, o Partido Republicano Federal-PRF (REIS, 1992, p.47).

Quando Gomes de Castro decidiu afastar-se da política maranhense e encerrar sua carreira no senado federal, o comando político do Maranhão passou a Benedito Pereira Leite, eleito pelo Partido Republicano (PR) para governar o Maranhão de 1906 a 1910. O falecimento de Benedito Leite em 1909, antes de findar o mandato, levou o partido situacionista a dividir-se em duas facções ligadas a José Eusébio de Carvalho Oliveira e Urbano Santos da Costa Araújo (REIS, 1992, p. 55). Nesta disputa, a vantagem inicial ficou com José Eusébio que articulou, com Urbano Santos, um acordo para manter a oposição sob controle.

Ficou acordado que o próximo governador (1910-1914) seria Luís Antônio Domingues da Silva (Luís Domingues), que fora do inexpressivo Partido Católico, e o

vice-governador seria o líder do opositor Partido Republicano Federal (PRF), Costa Rodrigues, além de dividirem as prefeituras (os prefeitos eram chamados de intendentes) do interior e as cadeiras do legislativo. É claro, entretanto, que o Partido Republicano (PR) seria majoritário em todas as situações. Este acordo foi realizado com a mediação do Presidente da República, Nilo Peçanha, que assumiu a presidência após a morte de Afonso Pena em 1909.

Luís Domingues tentou manter certa autonomia, desagradando as partes que o apoiaram, de modo que o Partido Republicano Federal procurou, a partir de 1912, desestabilizar seu governo através de crítica feitas pelo jornal costista “Pacotilha” a fim de provocar uma intervenção federal de Hermes da Fonseca (vitorioso em 1910) e, com o afastamento do governador assumiria o vice, Costa Rodrigues.

Luís Domingues passou, assim, a vetar as propostas da bancada costista intensificando a crise. Ao perceber a manobra de Costa Rodrigues, Urbano Santos entrou em ação agindo junto ao presidente para evitar qualquer medida que viesse a ajudar seu “aliado-opositor” do PRF e com esse trânsito em nível federal acabou se sobressaindo em relação a José Eusébio passando a ter em suas mãos o controle do PR e da política maranhense. Luís Domingues concluiu seu mandato assumindo, depois, uma cadeira de Deputado Federal.

Para o pleito seguinte (1914-1918) PR e PRF uniram-se novamente e escolheram Herculano Nina Parga que, embora partidário de Urbano Santos, tentou assumir uma posição de independência enquanto Urbano Santos assumiu a vice-presidência da República na chapa de Venceslau Brás (1914-1918).

O desentendimento aconteceu quando começou a campanha para disputar a prefeitura de São Luís, capital do estado, em 1915. Urbano Santos indicou Raul Machado e Costa Rodrigues indicou Clodomir Cardoso. O governador Herculano Parga, contrariando Urbano Santos, apoiou o candidato costista que venceu as eleições. A partir de então Herculano Parga passou a agir com mais independência e se consolidou como uma forte liderança política no estado, fundou o jornal “O Estado” e discutiu a formação de um novo partido ainda em março de 1916 (COSTA, 2002, p. 32-33).

Herculano Parga governou tentando sanar os cofres públicos evitando grandes obras, o que ajudava a crítica de seus opositores acusando-o de inoperante, mas ele

conseguiu pagar as dívidas do estado e entregou o cargo com dinheiro em caixa, fato raro nas administrações maranhenses (MEIRELES, 2001, p. 293).

Findando o governo de Herculano Parga, começaram as discussões para o período governamental a ter início em 1918, não houve acordo quanto ao candidato e o compromisso foi, novamente, rompido. O próprio Urbano Santos, com sua liderança consolidada pela vice-presidência da República assumida de 1914 a 1918, elegeu-se governador (REIS, 1992, p.58), mas recebeu dura oposição manifestada através do jornal “Pacotilha”, de propriedade de Costa Rodrigues.

Herculano Parga ficou na Câmara Federal de 1918 a 1920. De volta ao Maranhão tinha a promessa de assumir uma vaga no legislativo estadual em fevereiro de 1921 mas, temendo o crescimento político deste, Urbano Santos decidiu excluir o nome de Herculano Parga da lista de candidatos do Partido Republicano colocando em seu lugar o capitão tenente da Marinha, e seu genro, José Maria Magalhães de Almeida.

Fora da chapa recomendada pelo diretório do Partido Republicano, Herculano Parga foi obrigado a retomar seus planos, iniciados em 1916, de fundar um partido independente. Foi assim que um grupo de cinco pessoas (entre elas o pai de Herculano o Sr. Inácio do Largo Parga e Tarquínio Lopes Filho) lançou a candidatura de Herculano, formando um núcleo de oposição que se tornou o Partido Republicano Maranhense – PRM, também chamado de grupo parguista ou Flor da Viração.

A votação recebida por Herculano Parga, na capital, garantiria sua vaga, mas Urbano Santos resolveu “matar dois coelhos com um tiro só”, fez “chover” votos do interior do estado para o candidato do Partido Republicano Federal (costista), Agripino Azevedo, afastando o indesejável Herculano Parga do seu caminho e cooptando novamente o grupo de Costa Rodrigues. Deste modo, o jornal “Pacotilha”, que fazia dura oposição ao governo, passou a ser situacionista enquanto outro jornal, o “Diário de São Luís”, que se dizia imparcial e cujo redator era Nascimento Moraes, passou a fazer duras críticas ao governo de Urbano Santos e assumiu a defesa do Partido Republicano Maranhense.

Herculano Parga não se elegeu, mas o Partido Republicano Maranhense foi conquistando adeptos por todo o estado e formando núcleos oposicionistas no interior do Maranhão. Na cidade de Codó este partido contava com o influente desembargador aposentado Deoclides Corrêa Guedelha Mourão; em Barra do Corda com o major

Euclides Maranhão, além dos oposicionistas contarem com o apoio do jornal Diário de São Luís, na capital. Este avanço oposicionista começava a assustar o situacionismo que passou a olhar com maior cuidado para o interior onde sua vantagem política (coronelismo, fraudes etc.) não poderia ser ameaçada.

A “Reação Republicana” veio dar um novo sustentáculo à oposição maranhense, pois a partir de então formou-se uma forte oposição em nível federal e se opor ao candidato Artur Bernardes era se opor ao seu vice Urbano Santos. A articulação com a oposição federal foi feita por Herculano Parga que, para as eleições de primeiro de setembro de 1921 não se candidatou a nenhum cargo e cuidou, apenas, em fazer a “ponte” entre a “Reação Republicana” e o PRM.

Em matéria paga publicada no jornal Diário de São Luís, um grupo “baiano” da baixada maranhense, liderado pelo Sr. Oscar Argolo, reivindicava ser o articulador da Reação Republicana no Maranhão, mas se colocava em posição contraditória na medida em que dizia nada ter de comum com a oposição local liderada pelo PRM. Mas como apoiar Nilo-Seabra sem se opor a Urbano Santos que era vice na chapa de Artur Bernardes? Só se fizesse campanha para Nilo - Urbano, mas segundo o próprio Argolo o apoio à Reação era por ser baiano e, portanto, apoiar o vice J. J. Seabra.

Segundo o “Diário de São Luís”, corria no Maranhão a idéia, em alguns eleitores, de votarem em Nilo - Urbano porque insatisfeitos com a política nacional votariam na Reação encabeçada por Nilo Peçanha e, pelo espírito regional de ver um representante do seu estado na vice-presidência da República, substituiriam Seabra por Urbano. O jornal rebateu com dureza esta possibilidade afirmando que:

Nilo-Seabra é a síntese dos princípios puramente democráticos que deviam estar em prática mas que infelizmente foram esquecidos. Bernardes - Urbano representa a continuação dos processos políticos cuja prática há fortemente concorrido para a ruína do país![...] o que está em jogo, nesta hora, não é uma questão regional. São princípios![...] Nilo - Urbano é um contra-senso político, é um absurdo, inqualificável![...].⁵

Observa-se claramente a opinião do jornal quanto à política regional e nacional e o que representava cada chapa, o caráter simbólico de mudança trazido pela Reação Republicana e a aversão à candidatura oficial representada no Maranhão por Urbano

⁵ Diário de São Luís, 1 nov. 1921. p.1.

Santos. O jornal também marca posição como um órgão de oposição, refletindo uma disputa midiática que ocorria em nível estadual e nacional.

Para complicar ainda mais a vida de Urbano Santos chegou, no dia 29 de julho de 1921, um telegrama da cidade de Barra do Corda dando notícia de um levante armado no interior do estado, em um povoado chamado Matta, sob comando de um lavrador socialista e espírita chamado Manoel Bernardino de Oliveira ligado aos oposicionistas Deoclides Mourão, em Codó, e Euclides Maranhão, em Barra do Corda. O governo deslocou tropas para sufocar a sedição e estas, sob o comando do segundo tenente Antonio Henrique Dias, cometeram o crime dos fuzilamentos de pelo menos, quatro lavradores.

Estes fuzilamentos deram “munição” à oposição para “metralhar” Urbano Santos que recebeu as alcunhas de O Fuzilador, Urbano Matta, Urbano da Matta ou simplesmente Sr. Matta, criando, com isto, um foco bastante agressivo de combate na arena midiática da campanha eleitoral.

Esta exposição do governador na mídia gerou conseqüências tão funestas para ele que, segundo o Diário de São Luís (07 set. 1921), já se comentava nos meios políticos da capital do país a substituição de Urbano Santos da candidatura à vice-presidência do Brasil devido à repercussão dos fuzilamentos em nível nacional e ao desgaste da imagem do governador.

Nas eleições de 1º de setembro de 1921, para o executivo e legislativo estaduais, o Partido Republicano Maranhense lançou chapa completa tendo Tarquínio Lopes Filho como candidato a governador e demais candidatos a deputados. Herculano Parga, como foi dito, não se candidatou a nenhum cargo preferindo fazer a articulação entre o PRM no Maranhão e a “Reação Republicana” em nível nacional.

Através da indicação de Urbano Santos, o Partido Republicano aliado ao Partido Republicano Federal, de Costa Rodrigues, e apoiado por todos os grupos políticos do estado, exceto o Partido Republicano Maranhense, lançou como candidato ao governo do Maranhão o senador Godofredo Viana que venceu a eleição e assumiu o governo do estado em 1922 (REIS, 1992, p.68).

A chapa presidencial Bernardes – Urbano também venceu as eleições e no Maranhão, um golpe liderado por políticos do PRM depôs o governador em exercício, Raul Machado, às 5 horas da manhã do dia 26 de abril de 1922 e instalou um governo

provisório com Tarquínio Lopes Filho no comando do Estado. Este governo, entretanto, foi deposto pelo exército, sob ordem do governo federal, às 11 horas da noite do mesmo dia.

O falecimento de Urbano Santos em 1922 acelerou o processo de “renovação interna” na oligarquia maranhense com novos atores buscando ascender na hierarquia política no estado. No Partido Republicano a disputa se deu entre o médico Marcelino Machado e o oficial da Marinha José Maria Magalhães de Almeida, “também estavam na disputa pela supremacia política o novo governador eleito, Godofredo Viana, e o desembargador aposentado Francisco da Cunha Machado” (REIS, 1992, p.68).

Nessa crise “Marcelino Machado perdeu a disputa dentro do Partido Republicano e formalizou seu rompimento em abril de 1925” (REIS, 1992, p.71) organizando outro diretório do Partido Republicano concorrendo ao governo do estado em 1925 e à Câmara dos Deputados em 1926. Tentativas inúteis uma vez que “fora do pacto governista não havia vitória eleitoral” (REIS, 1992, p.72).

Quando a “Coluna Prestes” passou pelo Goiás com destino ao Maranhão, o tenente-coronel Paulo Kruger da Cunha Cruz fora enviado ao Maranhão, com o objetivo de entender-se com lideranças da oposição como o Dr. Tarquínio Lopes Filho e o Desembargador Deoclides Mourão. Contudo, a prisão de Paulo Kruger, impossibilitou estes contatos.

Os opositores do Partido Republicano Maranhense, articulados por Tarquínio Lopes Filho, viam nos combatentes da Coluna Prestes a possibilidade da tomada do poder no estado, por isto foi grande o alvoroço, se falava, inclusive, na deposição do governador, o Sr. Godofredo Viana. A Coluna passou e seguiu para o Piauí, Ceará etc.

2.3 Camadas urbanas e teorias sociais

2.3.1 No Brasil

As camadas urbanas sentiam-se representadas por Rui Barbosa com sua proposta de “Reforma Constitucional e Moralização Política”, embora este não propusesse profundas mudanças sociais ou econômicas, tinha o apoio da classe média e de grande parte do operariado. Contudo, isto não foi suficiente para evitar sua derrota em 1910

para Hermes da Fonseca; em 1914, para Venceslau Brás e em 1918 para Epiácio Pessoa.

Mas se Rui Barbosa não era um revolucionário, por que não conseguiu o apoio do “Café-com-leite”? Raimundo Faoro afirma que “o mal não será o senador baiano, mas a estrada aberta, com os riscos imprevisíveis nessa picada na floresta incógnita” (FAORO, 1998, p. 608), isto mostra o temor que as classes dominantes tinham com relação a qualquer tipo de mudança que pudesse vir a prejudicar seus interesses.

A partir da segunda metade do século XIX o Brasil começou a se industrializar, cresceu a classe média nos grandes centros e o movimento operário começou a ganhar força, influenciado pelas idéias socialistas e, principalmente, anarquistas que começaram a chegar às fábricas.

Essas teorias chegaram ao Brasil com a imigração européia de Portugal, Espanha, Alemanha, França, Holanda, Inglaterra e, principalmente, da Itália. Só pra se ter uma idéia da força desta imigração, entre os anos de 1884 e 1903, o Brasil recebeu mais de um milhão de imigrantes italianos para trabalhar nas plantações de café e na nascente indústria brasileira (DULLES, 1977, p. 17) e “em 1900 cerca de 90% da força industrial de São Paulo, ainda reduzida, era composta de estrangeiros” (AZIS, 1997, p.17).

Os estrangeiros traziam em suas bagagens idéias reformistas ou revolucionárias com destaque para o socialismo e o anarquismo, havendo uma tênue diferença ideológica quanto à nacionalidade dessas pessoas e as doutrinas que professavam, já que “nos países do norte (Alemanha, Inglaterra e Holanda) dominam os socialistas e nos países do sul (França, Itália, Espanha e Portugal) predominam os anarquistas” (SILVA, s/d, p. 15).

Essas doutrinas eram intensamente divulgadas através da oralidade no trabalho, sindicatos, comícios etc., entretanto, a propaganda mais abrangente era feita através de uma imprensa proletária editando panfletos, revistas e jornais como *La Battaglia*, *O Direito*, *O Livre Pensador*, *O Amigo do Povo*, *Aurora*, *A Terra Livre* (DULLES, 1977, p.22) e, no Maranhão, *O Operario*, *sic*.

Definir essas ideologias, nesse período, é um trabalho árduo uma vez que “nunca foi possível traçar-se uma linha divisória firme e constante entre as diversas modalidades de ideologias esquerdistas e esquerdizantes” (MORAES FILHO, 1998, p.

98), o próprio termo “socialista” é vago e impreciso, pois “representa expressão de teorias evolucionistas, reformistas, franco-maçons, liberais, positivistas, misturadas com terminologia do socialismo reformista, pequeno-burguês” (CARONE, 1989, p.39), social-democracia, anarco-socialismo etc.

De modo geral, os socialistas pretendem reformas sociais, econômicas e políticas que venham acabar com a miséria, diminuir as diferenças sociais ou, em casos mais radicais, igualar economicamente a sociedade. Estas medidas seriam tomadas pelo Estado através da intervenção direta nos destinos econômicos da nação sob o comando dos trabalhadores, que podem ser os operários, camponeses e até mesmo dos patrões no caso do socialismo “utópico” ou da união de todas as classes como preconiza o socialismo religioso. Sendo que Leon Denis chega a dizer que “todo o homem cuidadoso com a sorte de seus semelhantes pode se dizer socialista, quaisquer que sejam, aliás, suas predileções” (DENIS, s.d, cap. 1).

Se considerarmos como socialismo a crítica da acumulação, exagerada, de riqueza e propor mudanças em busca de uma sociedade ideal teremos que incluir vários autores como sendo socialistas, de Platão a Jesus Cristo. Aliás, Jesus Cristo é muito citado por vários socialistas que procuram defender suas idéias. Manoel Bernardino diz em 1921: “você não ignora que Jesus Christo foi o primeiro socialista sacrificado na terra?”⁶ e, recentemente, o presidente da Venezuela, Hugo Chavez, que diz está implantando em seu país o “Socialismo do século XXI”, disse em um programa de entrevistas que “Jesus foi o primeiro socialista” e continuou “amai-vos uns aos outros, isto é socialismo”.⁷

Essas referências a Jesus baseiam-se no conselho que este dera a um jovem rico que o procurou querendo saber o que fazer para alcançar a salvação e “Jesus lhe disse: se queres ser perfeito, vai, vende o que possuis, dá aos pobres, e terás um tesouro nos céus. Depois vem e segue-me!” o jovem retirou-se, pois possuía muitos bens. Depois Jesus disse a seus discípulos: “Em verdade, eu vos digo: um rico dificilmente entrará no Reino dos céus.” E continuou com uma das passagens mais famosas da Bíblia quando se refere à riqueza: “Eu vo-lo repito, é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no Reino de Deus”. (BÍBLIA, Mateus, 19:16-24, p.1896).

⁶ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921. p.8.

⁷ Entrevista concedida ao jornalista Kennedy Alencar no programa “É Notícia”, exibido na Rede TV em 03 de maio de 2010.

Encontramos no primeiro testamento da Bíblia outras pregações de cunho social como a condenação da pobreza ao dizer “não haverá pobres no teu meio” ou no incentivo à ajuda ao próximo: “abrirás tua mão largamente para teu irmão, para teu indigente e para teu pobre na tua terra” (BÍBLIA, Deuteronômio,15:1-11) ou mesmo na condenação do lucro e da exploração: “que ninguém dentre vós explore seu compatriota” (BÍBLIA, Levítico, 25:15-17).

Entretanto, é comum chamarmos de “Socialismo Moderno” àquelas correntes de pensamento que surgiram a partir do século XVIII seguindo as idéias de pensadores como Saint-Simon, Charles Fourier, Louis Blanc e Robert Owen. Estes teóricos criticavam os efeitos negativos da industrialização e expunham os princípios de uma sociedade ideal sem indicar os meios para alcançá-la. Acreditavam na benevolência e no exemplo como as diretrizes para se alcançar a igualdade efetiva.

Karl Marx e Friedrich Engels chamaram seus antecessores de “socialistas utópicos” enquanto eles autodenominaram seu pensamento de “socialismo científico”. Estes autores basearam suas idéias em uma análise histórica dos processos políticos e econômicos para afirmar que o socialismo somente poderia ser alcançado através da luta de classes onde os trabalhadores conquistariam o poder político tirando-o do domínio da burguesia e instaurando a Ditadura do Proletariado. Controlando o Estado, os proletários iniciariam a destruição das classes e do próprio Estado até alcançar o Comunismo, sociedade sem classes e sem Estado.

As idéias do socialismo utópico foram difundidas no Brasil, a partir da década de 40 do século XIX, principalmente através dos jornais, mas precisaram se adaptar a uma sociedade conservadora com ausência de uma classe burguesa forte e distinta e com a ausência, quase total, de um trabalho assalariado representativo, já que a maioria dos “operários” brasileiros era escravizada. (LEONIDIO, 2009, p. 99).

Os grupos que defendiam transformações profundas na sociedade brasileira, a partir da ação político-partidária, começaram a evoluir suas reflexões a partir da segunda metade do século XIX, mas foi em meio à agitação, logo no dia seguinte à proclamação da República que surgiram “os primeiros partidos operários e socialistas no Brasil, mais de cunho reformista do que propriamente revolucionário” (MORAES FILHO, 1998, p.36).

Percebemos que do final do século XIX e princípio do século XX, “a maioria dos operários de vanguarda e dos intelectuais democratas ainda não tinha uma precisa concepção do mundo classista, muitas vezes misturavam idéias do socialismo utópico, do anarquismo pequeno-burguês e do marxismo” (KOVAL *apud* OLIVEIRA, 2002, p. 21), mesmo que aqui e ali seja citado o nome de Marx, nada indica que a teoria marxista fosse familiar aos movimentos que surgiam no Brasil (CARONE, 1989, p.30).

Os socialistas defendiam a organização de partidos políticos para lutar por mudanças sociais junto às instituições do Estado para uma apropriação do aparelho estatal criando o Estado Socialista em direção ao Comunismo (sociedade igualitária sem Estado) esses socialistas “unidos aos intelectuais brasileiros [...] participaram de inúmeras tentativas de organizar um partido político para os trabalhadores” (CARONE, 1989, p.21) do Brasil.

Já no Primeiro Congresso Socialista Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em 1892⁸, foi aprovada a organização do Partido Socialista Brasileiro. Este, porém, desapareceria em pouco tempo, como acontecerá com os outros partidos socialistas do início da República: o Partido Socialista Operário, fundado em 1895 no Rio de Janeiro e o Partido Socialista Coletivista, fundado na mesma cidade em agosto de 1902 (DULLES, 1977, p.22) e “entre o primeiro Partido Socialista de 1890 [...] e o ano de 1920, temos mais de vinte tentativas, todas elas natimortas” (CARONE, 1989, p.30).

Em termos práticos, a maioria dos partidos operários e socialistas que surgiram no Brasil entre os anos de 1890 e a Primeira Guerra Mundial teve programas nitidamente de cunho reformistas prevendo medidas de assistência e defesa dos trabalhadores e reformas no Estado (BATALHA, 1995, p. 38).

Já no início do século XX, em 1903, foi criada a Federação das Associações de Classes que organizou em 1906 o “Primeiro Congresso Operário Brasileiro” no qual compareceram mais de quarenta delegados, sendo três “procedentes do nordeste onde a agitação trabalhista era praticamente desconhecida e as associações trabalhistas não passavam de sociedades beneficentes” (OLIVEIRA *apud* DULLES, 1977, p. 27).

Diferentes dos socialistas que aceitavam a ação partidária, os anarquistas, por seu turno, pregavam a tática da “ação direta” onde “os interessados lutam diretamente por

⁸ O segundo foi em São Paulo em 1902.

seus projetos e reivindicações, contra seus adversários ou inimigos. Não há intermediários na luta anarquista (MUNAKATA, 1981, p.15). A ação anarquista é feita diretamente através da luta dos trabalhadores organizados, sem intervenção partidária, para destruir o Estado instalando uma sociedade igualitária e livre da opressão utilizando táticas que variavam da greve e sabotagem aos ataques e incêndios a fábricas.

A crítica anarquista à ação parlamentar caía em uma contradição fundamental uma vez que “os anarquistas queriam fazer política recusando-se incondicionalmente a lutar na arena política existente, negando-se a constituir partidos, a atuar no legislativo, a participar de eleições e a eleger parlamentares (KAREPOVS, 2006, p. 26).

Contudo, não havia muita separação no caminho e na atuação dessas ideologias, pois lideranças socialistas e anarquistas lutavam juntas ombro-a-ombro em greves e protestos públicos. Mesmo a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922, mais ideológico, sectário e disciplinado, não impediu que seu jornal, “A Nação”, funcionasse, de graça, nos fundos do escritório de Evaristo de Moraes, socialista reformista, ou que se formassem frentes eleitorais amplas como o Bloco Operário e Camponês de 1927 a 1928 (MORAES FILHO, 1998, p.99).

Entretanto, no Brasil, como no sul da Europa, os anarquistas tiveram no “comando” das manifestações operárias e foram esses grupos anarquistas os responsáveis pelas greves de 1901/1908, 1911/1914; e, as mais emblemáticas, ou seja, as de 1917/1922 quando a força policial (com violência, torturas, prisões) e reação burguesa (principalmente com demissões) enfraqueceram as lutas operárias e “propiciaram à classe trabalhadora uma experiência prática sobre a incapacidade dos anarquistas brasileiros em lidar com as questões do poder e da política” (KAREPOVS, 2006, p.26-27) contribuindo para uma diminuição da influência anarquista junto aos trabalhadores.

Com o final da Primeira Guerra Mundial, acentuou-se a influência marxista entre os operários e com a União Soviética servindo de exemplo os anarquistas e anarcossindicalistas entraram em rápido declínio e os socialistas, passaram a ser chamados, pejorativamente, de ‘amarelos’, de ‘colaboradores’, de reformistas e revisionistas, às vezes até de traidores do movimento operário (MORAES FILHO, 1998, p. 55).

Os anarquistas viram a Revolução Russa como uma luta “libertária”, de influência anarquista, que levaria rapidamente à extinção do Estado opressor e também a apoiaram em seu momento inicial, basicamente até 1920.

As informações sobre os acontecimentos na Rússia chegavam a imprensa brasileira por meios de telegramas enviados pela Havas e outras agências internacionais que noticiavam informações, na maioria das vezes distorcidas. Os telegramas, por exemplo, datados de 11 de novembro 1917, comunicavam que o fracasso do movimento bolchevista (leninista) era uma questão de dias (DULLES, 1977, p.63). Contra essas distorções, periódicos e panfletos operários reagiam de forma contundente.

Tratemos agora do socialismo religioso que é um tipo de teoria social que alia preceitos morais da religião com propostas de melhorias sociais e econômicas pregando a união das classes e ideários de compreensão, benevolência e caridade, afastando-se de movimentos revolucionários ou violentos.

Importa-nos tratar, aqui, de uma variante desse pensamento chamada “socialismo espírita”. Esta corrente ideológica está baseada nos ensinamentos de Allan Kardec contidos, especialmente, no Livro dos Espíritos publicado em 1857. Este livro foi escrito na forma de diálogo com os espíritos e comentários feito por Allan Kardec.

O diálogo contido no item 806 é muito importante para a análise da doutrina espírita quanto às desigualdades sociais e a forma de superá-las. Ele diz:

- A desigualdade das condições sociais é uma lei natural?
- Não, ela é obra do homem e não de Deus.
- Essa desigualdade desaparecerá um dia?
- De eterno não há senão as leis de Deus. Cada dia, não há vedes diminuir pouco a pouco? Essa desigualdade desaparecerá juntamente com a predominância do orgulho e do egoísmo, e não ficará senão a desigualdade de mérito. Um dia virá em que os membros da grande família dos filhos de Deus não se avaliarão pelo sangue mais ou menos puro. Não há senão o Espírito que é mais ou menos puro, e isso não depende de posição social. (KARDEC, 2008, p.254).

Percebemos no trecho acima que para esse espiritismo, a desigualdade social acabará de uma forma gradual e com a abolição do orgulho e do egoísmo, ou seja, com a prática da humildade e da caridade. Parece que Kardec, ou os espíritos, acredita em uma evolução moral, quase natural, que já estaria acontecendo “pouco a pouco” e que levará à humanidade à igualdade social permanecendo, entretanto, a desigualdade de espíritos.

Pouco depois, no item 811, o autor discorre sobre a igualdade de riquezas e responde de forma crítica às reivindicações dos socialistas mais radicais que lutavam por uma igualdade econômica total. Diz o livro:

- A igualdade absoluta das riquezas é possível e alguma vez existiu?
- Não, ela não é possível. A diversidade das faculdades e dos caracteres se opõe a isso.
- Há todavia, homens que crêem estar aí o remédio aos males da sociedade. Que pensais a respeito?
- Eles são sistemáticos ou ambicionam por inveja. Não compreendem que a igualdade que eles sonham, seria logo desfeita pela força das coisas. Combatei o egoísmo, que é a vossa praga social, e não procureis quimeras. (KARDEC, 2008, p.255)

Aliás, neste livro os espíritos concentram toda a sua força na crítica ao egoísmo que é considerado o pior dos vícios e que

[...] dele deriva todo o mal. Estudai todos os vícios e vereis que no fundo de todos está o egoísmo. [...] aí está a verdadeira chaga da sociedade. Todo aquele que quer se aproximar, desde esta vida, da perfeição moral, deve extirpar de seu coração todo sentimento de egoísmo, porque o egoísmo é incompatível com a justiça, o amor e a caridade. Ele neutraliza todas as outras qualidades. (KARDEC, 2008, p. 283).

Quanto ao direito ao acúmulo de propriedade e à defesa desta, o próprio Alan Kardec comenta: “O que o homem amontoa por um trabalho honesto é uma propriedade legítima que tem o direito de defender, porque a propriedade que é fruto do trabalho, é um direito natural tão sagrado como o de trabalhar e de viver.” (KARDEC, 2008, p. 274). Com esta sacralidade da propriedade há uma posição bastante conservadora, pois um homem “egoísta,” por exemplo, não seria obrigado a dividir sua propriedade.

A discussão e divulgação do “socialismo espírita” tem como um dos maiores representantes o escritor Leon Denis que lançou, entre outros, um livro específico sobre este tema chamado *Socialismo e Espiritismo*⁹ em 1924.

Nessa obra o autor segue os princípios de não-violência condenando, portanto, as revoluções, violências e, conseqüentemente, os meios seguidos pela Rússia em 1917. Temos que considerar que, além da condenação natural que o espiritismo faz das revoluções, a situação da Rússia ainda não estava plenamente resolvida em 1924, quando o autor publicou:

Segundo os meus artigos precedentes, eu me coloquei entre os socialistas. Mas tive o cuidado de dizer que não aceito o Socialismo

⁹ A edição utilizada aqui é digital e não possui paginação por isto referenciamos-nos apenas pelo capítulo.

sem a doutrina espiritualista que o tempera, o dulcifica, tira-lhe todo o caráter de áspera violência. Reprovo o Socialismo materialista que só semeia o ódio entre os homens e, por conseguinte, permanece infecundo e destrutivo, como se pode ver na Rússia. Sou evolucionista e não revolucionário. (DENIS, 1982, cap. VII).

Leon Denis indica que o espiritismo é uma doutrina humanizadora do socialismo e inicia seu livro do seguinte modo:

Espiritismo e Socialismo estão unidos por laços estreitos, visto que o primeiro oferece ao segundo o que lhe falta a mais, isto é, o elemento de sabedoria, de justiça, de ponderação, as altas verdades e o nobre ideal sem o qual este último corre o risco de permanecer impotente ou de mergulhar na escuridão da anarquia. (DENIS, 1982, cap. I).

Desse modo o espiritismo daria os ensinamentos necessários para que a humanidade evoluísse moralmente. Somente a partir desta evolução espiritual é que poderia se pensar em resolver as questões materiais. Para ele “o Socialismo é o estudo, a pesquisa e a aplicação de leis e meios susceptíveis de melhorar a situação material, intelectual e moral da Humanidade.”

Quanto às correntes socialistas que procuram resolver as questões materiais através de lutas trabalhistas para conquistar benefícios para os operários, Denis afirma:

Seu erro é acreditar que se pode atingir o resultado somente através de medidas políticas e econômicas. Esquece-se de que é preciso, acima de tudo, uma fé ardente, um ideal elevado capaz de fecundar todos os esforços; esquece-se de que é preciso o espírito de devotamento e sacrifício para fazer nascer o sentimento de altruísmo que é o cimento necessário a toda edificação social. (DENIS, 1982, cap. IV).

Sobre o marxismo Leon Denis (1982, cap. IV) apresenta Karl Marx como sendo um “homem ácido e odioso, cujo objetivo principal é a guerra de classes, tudo isso desprovido de generosidade e de grandeza e não leva senão à investida, ao esmagamento de uns pelos outros.” E opõe-se ao marxismo propondo que:

Ao invés da luta de classes, trabalhem, pois, em sua fusão, preparando os materiais das cidades futuras feitas de justiça e de harmonia. Nisso o Espiritismo nos ajudará, ensinando-nos que a condição dos humildes pode se tornar a nossa um dia e que a alma deve renascer em meios diferentes para aí realizar sua educação.

O autor considera “legítimo que todos os homens aspirem o bem estar material, assim como as alegrias do espírito e do coração, mas pensamos que é sobretudo graças à

ação moral que se chegará a melhorar nossas instituições, a aperfeiçoar a ordem social.” (DENIS, 1982, cap. VI). Esta ação moral seria conseguida através de uma educação que valorizasse as virtudes do bem da caridade e extirpasse os vícios.

O Espiritismo não condena a acumulação de bens, condena a riqueza que é construída em cima da corrupção, do roubo, da injustiça, bem como os vícios do espírito como o egoísmo e a ganância e os vícios do corpo, especialmente o alcoolismo. Aliás, Leon Denis lança críticas duríssimas ao consumo de álcool (especialmente no cap. III) e aconselha: ”Aprendamos a ser sóbrios e comedidos em todas as coisas. O operário frequenta muito os bares, prefere os filmes realistas e os lugares malfazejos.” (DENIS, 1982, cap. V). Uma das premissas socialistas defendidas por Manoel Bernardino é justamente “abolir o álcool” demonstrando com isto, uma forte influência de Leon Denis em seu pensamento.

2.3.2 No Maranhão

O socialismo no Maranhão teve pouca atividade prática tendo os primeiros partidos socialistas fundados apenas em dezembro de 1932 quando foi criada a seção estadual do Partido Socialista Brasileiro (PSB) por Tarquínio Lopes Filho e o Partido Socialista Radical (PSR) pelo ex-interventor, Reis Perdigão. Antes disto, as discussões resumiam-se a debates na imprensa e alguns lampejos como as idéias socialistas de Manoel Bernardino, em 1921.

Entretanto, é interessante observarmos que o Maranhão, mesmo não tendo recebido levas de imigrantes europeus para o trabalho na indústria ou na agricultura, tenha assistido ao surgimento de jornais operários em fins do século XIX no interior e na capital. Em Codó surgiu “A Luta” e a “Gazeta” e em São Luís começou a circular em 27 de novembro de 1892 o jornal, inspirado pelo socialismo humanista, “O Operario”, *sic*, com os lemas “Deus é nosso direito” e “Verdade não é ofensa”.

“O Operario” usava suas páginas para criticar a ordem burguesa de exploração, a miséria dos trabalhadores e a opressão das classes dominantes sobre a maioria da população. Este jornal tentava conscientizar os trabalhadores de seus direitos e, ainda no

século XIX, insistia “na criação de um Partido Operário no Maranhão” (OLIVEIRA, 2002, p.34).

Em sua edição de 4 de novembro de 1893 o jornal deixava claro suas intenções ao publicar:

É de absoluta necessidade a criação de um partido operário nesse estado. Até hoje temo-nos abstermos de tocar neste ponto, doutrinando nossos irmãos de classe, afim de gradualmente prepará-los a maiores cometimentos. [...] Organizando o partido em vários estados da República (*apud* OLIVEIRA, 2002, p.38).

Na mesma edição, o hebdomadário publicou um artigo intitulado “Queremos ser livres” no qual esboça, em três colunas, a longa trajetória humana em busca da liberdade, de Roma à Revolução Francesa e finaliza: “Aprendeis, pois, a ser cultos e civilizados, e vivereis sob a federação; deixai-vos dormir no abandono e na ignorância, e sereis sempre súditos da tirania e escravos de suas espoliações”. Esta valorização da educação é um tema recorrente entre os grupos socialistas.

“O Operário” rivalizava com a revista mensal “Elegante”, fundada em janeiro de 1892. Como o próprio nome indica, esta revista tratava de temas “burgueses” e travava com O Operário, vários embates, inclusive sobre questões trabalhistas como o direito, ou não, dos trabalhadores fazerem greves.

Mas, como foi dito anteriormente, o socialismo era algo tão complicado de precisar conceitualmente, que mesmo a “Elegante”, tida como uma revista “burguesa”, publicou em 30 de abril de 1893, um artigo defendendo o socialismo e afirmando que “o socialismo tem um princípio econômico absolutamente novo, princípio que protege as classes sofredoras - é a abolição da transmissão hereditária fundada sobre vínculos de sangue” (*apud* OLIVEIRA, 2002, p.40).

O processo de industrialização maranhense começou na segunda metade do século XIX quando os proprietários rurais, banqueiros e comerciantes uniram seus capitais para investirem em indústrias, especialmente no setor têxtil. “A primeira fábrica de tecidos do Maranhão foi fundada, em 1883, no município de Caxias” (MELO, 1990, p.35) e seguiram-se outras em Codó e São Luís. Além de tecidos, o Maranhão passou a produzir chumbo, cordas, calçados, chapéus, charutos, licores, sabão, óleo, velas...

Essas fábricas criaram uma massa operária que não se diferenciava do restante do país: péssimas condições de higiene e salubridade, coerções e violências, trabalho

feminino e infantil, baixos salários, diárias de até 15 horas, falta de garantias quanto aos acidentes de trabalho, invalidez, auxílio em caso de morte e afins.

Esses trabalhadores eram explorados, e mesmo “sendo mais da metade dos postos de trabalho, ocupada por mulheres e menores” (MELO, 1990, p.39), não eram totalmente apáticos como alguns querem crer. Uma prova disto foi dada quando a fábrica de tecidos Camboa (inaugurada em 1890 em São Luís) decidiu reduzir o preço pago pelo metro de tecido produzido pelos operários, reduzindo seus salários, estes decretaram greve. “Esse foi o 1º movimento de operários maranhenses do setor têxtil do qual se tem notícia e que, como se vê, foi eminentemente feminino” (CALDEIRA *apud* FERREIRA, 1996, p.32).

Durante o período de greve uma trabalhadora foi agredida, por um estrangeiro, com um empurrão que a derrubou, causando grande repercussão na cidade de São Luís. A fábrica explicou que houve apenas um mal entendido quanto às possíveis reduções de salários. Contudo, “a greve teve curta duração, voltando as operárias logo ao trabalho, no entanto, o preço dos tecidos foi realmente reduzido e algumas operárias demitidas, provavelmente por terem sido consideradas líderes do movimento” (FERREIRA, 1996, p.33).

Para organizar as lutas por melhores condições de vida e de trabalho, os trabalhadores maranhenses, como em outros lugares, organizaram-se em blocos (uniões, associações, sociedades, grêmios) a partir da ocupação exercida unindo profissionais da mesma área, às vezes unindo várias categorias e até patrões e empregados.

O objetivo, além da luta por melhores salários, era basicamente filantrópica e assistencialista “com a preocupação maior de arrecadação de fundos para assistência médica, auxílio à invalidez e ajuda familiar nos casos de morte” (FERREIRA, 1996, p.43). Seguindo o mesmo caminho tomado por outras associações brasileiras de trabalhadores.

A partir da década de 1920 podemos perceber um aumento e direcionamento das reivindicações através das greves. Assim, de 1923 a 1928, foram noticiadas nos jornais de São Luís greves em cinco fábricas de tecidos, três só em 1924, todas reivindicando aumento de salário. Sem grande repercussão na cidade visto que algumas terminaram no mesmo dia em que começaram (FERREIRA, 1996, p.46). Os patrões, às vezes cediam a algumas reivindicações e outras apenas despediam trabalhadores em massa ou

recorriam à força policial para obrigar os trabalhadores a voltarem ao serviço (FERRREIRA, 1996, p.47-48).

De qualquer modo a classe trabalhadora não era totalmente subserviente ao interesse dos patrões e, embora seus líderes tenham sido, muitas vezes, cooptados pelos grupos políticos majoritários, a década de 1920 representou um divisor de águas em sua atuação política junto aos partidos.

Uma prova disso foi a criação do Conselho Superior de Proletários (CSP) em 1928. A primeira presidência deste conselho foi delegada, provisoriamente, ao deputado estadual governista Raimundo Valle Sobrinho (FERRREIRA, 1996, p.49), uma declaração evidente de cooptação de setores representativos da classe proletária pelo grupo político de Magalhães de Almeida.

A organização operária que rivalizava com o Conselho Superior de Proletários era a União dos Talhadores que, em 1924, já era ligada a políticos opositores quando, conforme noticiou a Folha do Povo em 1924, a União dos Talhadores recebeu o ilustre deputado Marcelino Machado entregando-lhe o diploma de sócio benemérito da entidade (*apud* FERRREIRA, 1996, p.51).

3 CULTURAS HISTÓRICAS SOBRE OS FUZILAMENTOS DA MATTA

3.1 Campanha política de arma na mão

As principais “fontes escritas” pesquisadas sobre Manoel Bernardino e suas ações até 1921 foram os jornais Pacotilha (que neste ano passou a apoiar o governador Urbano Santos), Diário de São Luís (que fazia oposição ao governo) e o Diário Oficial do Estado do Maranhão.

Manoel Bernardino prestou depoimento¹⁰ no dia 19 de agosto de 1921 ao Delegado Geral do Maranhão, Dr. José da Costa Gomes, no processo¹¹ que investigou os fuzilamentos. Neste documento, Manoel Bernardino afirmou (p. 5) que corriam boatos, na cidade de Codó, que as eleições marcadas para 1º de setembro de 1921 seriam perigosas, porque se dizia que o governo iria mandar forças militares para todos os municípios com a finalidade de coagir os seus opositores.

Para ter certeza destes boatos e a forma de agir caso fossem verdadeiros, Manoel Bernardino foi a Codó falar com seu aliado político o desembargador Deoclides Mourão, não o encontrando, pois o mesmo viajara, voltou à Matta e escreveu ao Major Euclides Maranhão em Barra do Corda no dia 26 de julho de 1921:

Comunico-vos que tendo recebido instruções do Rio [de Janeiro] relativamente ao direito que temos de fazer a revolução contra governos ilegítimamente constituídos e vendo a aproximação da hora resolvi fazer agentes por todo este município e de Mirador [...] e como as instruções que recebi diz que nosso inimigo só ficará convencido depois do batismo de sangue, é preciso não agirmos em traição porém que devemos pregar abertamente pois o tempo chegou. [...] espero notícias do Desembargador [Mourão]. Fico aguardando suas ordens [...].¹²

Vemos que nesta carta Bernardino demonstra manter uma relação direta com políticos opositores da capital federal e já falava, em meados de 1921, em “revolução contra governos ilegítimamente constituídos”. Este é um discurso defendido por muitos militares brasileiros, mas que só se intensificou após o episódio das “cartas falsas” e à medida em que a Reação Republicana parecia que não iria obter vitória no pleito presidencial de 1º de março de 1922.

¹⁰ Diário Oficial do Estado do Maranhão de 22 de setembro de 1921, p. 2-10.

¹¹ Infelizmente este processo não foi encontrado.

¹² Diário Oficial do Estado do Maranhão. 8 ago. 1921. p. 3. (grifo meu).

A missiva de Bernardino foi enviada por um boiadeiro que passava pela Matta com direção à cidade de Barra do Corda e, ao passar no povoado de Curador (atual cidade de Presidente Dutra), o mesmo foi interceptado e interrogado pelo subdelegado, capitão Sebastião Gomes, e pelo coletor de impostos José Lopes Pedra Sobrinho, dois desafetos de Bernardino, que perguntaram-no sobre a Matta e Manoel Bernardino ao que este respondeu que estava tudo em paz, tão normal que ele levava uma carta de Bernardino a Euclides Maranhão.

Assim, a carta foi apreendida e Sebastião Gomes, alarmado com o trecho sobre o “batismo de sangue”, comunicou-se com o juiz municipal e governista Walfredo Lira em Barra do Corda. Este enviou ao Governador do Estado o seguinte telegrama:

Barra do Corda, 29. Acontecimentos gravíssimos estão assumindo proporções que se impõe dever tudo esclarecer v. exc. No centro Codó logar Matta a seis léguas do povoado Curador reside Manoel Bernardino de Oliveira, inteligente grande propagandista idéias socialistas [...] alicia adeptos numerosos que alli acorrem de diversos pontos. Ultimamente prega derramamento de sangue dizendo que é tempo derribar governo montar outro accordo interesses populares. Bernardino não oculta seus planos, dizendo movimento deve explodir diversos municipios contando aqui com Euclides Maranhão e seus aliados. Consta ter cerca mil homens preparados para luta dia eleição. [...] peço medidas urgentíssimas prevenindo contra factos de conseqüências desastrosas [...].¹³

No mesmo dia foram enviados mais três telegramas ao governo, um outro de Walfredo Lira transcrevendo trechos da carta de Manoel Bernardino a Euclides Maranhão e mais dois de comerciantes e fazendeiros de Barra do Corda e Curador ratificando as informações e denunciando o “grupo de maximalistas” chefiados por Bernardino.

3.2 Pólvora para o povo pobre

Diante das notícias de revolta, contando com até mil homens armados dispostos a invadir Codó no dia das eleições (01/09/1921), o governador Urbano Santos, comunicou-se com o subdelegado de Curador, Sebastião Gomes, autorizando-o a armar paisanos e agir contra Manoel Bernardino não apenas onde exercia sua jurisdição

¹³ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 8 ago. 1921. p. 3.

(Curador, distrito de Barra do Corda) mas em qualquer lugar onde se refugiassem os “desordeiros”.

Sebastião Gomes reuniu sob seu comando 434 homens armados com rifles e espingardas¹⁴. Este contingente foi aumentado por comandados de José Lopes Pedra Sobrinho, fazendeiros, comerciantes e jagunços de todos que tinham algum tipo de desentendimento com Manoel Bernardino e queriam a desforra.

De São Luís seguiram os tenentes Taurino Lobão Lemos e Antonio Henrique Dias com 42 praças; para proteger Codó de uma possível invasão de 40 homens de Bernardino, denunciada por moradores, foi enviado o Comandante interino do Corpo Militar, Major Augusto de Faria Bello à frente de 30 soldados; contra uma possível fuga de Bernardino para Mirador o coronel Aristides de Lobão, que se encontrava nesta localidade, foi autorizado a prendê-lo e para auxiliá-lo foi deslocado da cidade de Benedito Leite o Capitão Ulisses Marques com mais 28 soldados.

Ou seja, para lutar contra os ”maximalistas” de Manoel Bernardino foi mobilizado um contingente médio de 600 homens armados, dos quais mais de cem eram militares. Um número bastante expressivo, especialmente se notarmos que a primeira expedição enviada para destruir o Arraial de Canudos, comandado por Antonio Conselheiro, vinte e cinco anos antes, contava com apenas 100 praças.

A respeito da causa do envio de forças militares à Matta é interessante notarmos que em alguns escritos e nas entrevistas e conversas informais realizadas em Dom Pedro (antiga Matta do Nascimento), e em seus povoados Pedro I (antiga Matta ou Mata Velha), Centro dos Bernardinos, Cruzeiro e na cidade de Presidente Dutra (antigo Curador), existem basicamente, duas culturas históricas sobre estes fatos.

A primeira, um pouco menos popular e citada por pessoas mais eruditas, confunde os Fuzilamentos da Matta (1921) com a passagem da Coluna Prestes pelo Maranhão (1925), a qual Manoel Bernardino integrou com duzentos homens saqueando a cidade de Curador e, conforme muitos entrevistados, forçando homens a integrar o seu grupo. Para estas pessoas, os fuzilamentos foram cometidos por tropas militares que combatiam a Coluna ou pelos próprios “revoltosos”, como eram conhecidos os membros da Coluna Prestes nas regiões Norte e Nordeste.

¹⁴ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921, p.15.

A segunda, mais popular e relatada pela maioria dos entrevistados, é a de que os moradores da Matta, liderados por Manoel Bernardino, foram várias vezes à cidade de Codó solicitar uma professora para lecionar às crianças do povoado e, não sendo atendidos, resolveram não pagar mais impostos e ir buscar a professora a força ocasionando o pedido de auxílio militar ao governo estadual pelo prefeito de Codó e o envio do tenente Antonio Henrique Dias que, para aplicar um corretivo nos lavradores, fuzilou várias pessoas.

Essa segunda versão pode ser caracterizada como a cultura histórica dominante na região onde ocorreu o massacre, pois está fixada na memória oral e em vários escritos. É a explicação “oficial”, é a literatura que o povo teve acesso sendo divulgada em vários meios impressos como as agendas e cadernos distribuídos pela prefeitura de Dom Pedro aos alunos da rede pública. O texto que segue abaixo foi retirado da Agenda Escolar 2007 e é, praticamente, o mesmo texto reproduzido há algumas décadas, sempre que a Prefeitura Municipal redige um “Histórico de Dom Pedro”:

[...] Até o ano de 1915 essa localidade possuía poucos habitantes. Com a chegada do sr. Manoel Bernardino de Oliveira foi aumentada a população em virtude do trabalho deste no setor agrícola.

Em meados de 1922, um grupo de homens liderados por Manoel Bernardino se dirigiu ao Prefeito de Codó solicitando escolas para a localidade onde moravam – Mata do Nascimento. Não tendo o seu pedido o devido atendimento, revoltaram-se contra a Administração Municipal.

O Prefeito de Codó solicita ao Governo do Estado uma Força Policial para conter a revolta de Manoel Bernardino e seu pessoal. A Força Policial, sob o comando do Tenente Henrique Dias, recebe ordens violentas de acabar a revolta. Houve grandes conflitos, prisões e mortes por fuzilamentos. O Governo sai vencedor.

Em 1942 Manoel Bernardino falece. [...] (Agenda Escolar 2007).

Esse texto apresenta uma parte da história da cidade de Dom Pedro com alguns erros de data como o ano em que Bernardino chegou ao povoado, que teria sido em 1916 e não 1915, e o ano dos fuzilamentos que foi 1921 e não 1922 como indica o texto, não significa que estas imprecisões sejam decisivas na construção historiográfica, mas concordamos que a cronologia e calendário são instrumentos essenciais ao ofício do historiador (DELGADO, 2003, p.11). O importante, porém, é que este “texto base” é um dos principais responsáveis pela população dompedrense creditar os fuzilamentos a uma revolta motivada pela reivindicação de escolas para o povoado.

Além da literatura “oficial”, também encontramos a mesma luta pela educação como causa do conflito na poesia popular. Citemos o exemplo de dois cordéis nos quais os motivos do conflito estão ligados à educação.

No primeiro, elaborado a partir de pesquisas feitas pelo professor Leônidas Gomes de Sousa¹⁵ e versificado pelo poeta José Ramos da Cruz, lemos:

[...] O início disso tudo
 É que no lugarejo
 O povo tinha o desejo
 De ver os filhos no estudo
 O prefeito ficou mudo
 nada falando a favor
 E o povo sentindo a dor
 Da desconsideração
 Tomou nova decisão
 Começando o dissabor.
 O povo com o desgosto
 Criou um mal ideal
 E aguardou o fiscal
 Na cobrança do imposto
 E todo mundo indisposto
 Lhe botou pra correr
 Lhe dizendo: vá dizer
 Ao seu patrão covarde
 Se quiser volte mais tarde
 Botar para derreter. [...] (SOUSA, 1983, p. 5).

No segundo cordel que tivemos acesso, o poeta Jonas Oliveira Pereira nos diz:

[...] Entre os poucos habitantes
 Deste pequeno lugar
 Já tinha muitas crianças
 Precisando de estudar
 Codó não se interessou
 E o prefeito não enviou
 Ninguém para lecionar
 [...] “Não pagamos mais impostos
 E assim vamos continuar
 Nosso dinheiro não é usado
 Para nos beneficiar
 A professora não veio
 Fizeram um negócio feio
 Mas nada irão ganhar”
 [...] Assim disse Bernardino
 E voltou ao povoado
 Esse líder cearense
 Bastante decepcionado
 Formou a Revolução

¹⁵ Um homem sempre interessado em “guardar” a história da cidade e que se não fosse pela sua morte, prematura, teria adquirido métodos e técnicas capazes de escrever com a precisão que a história científica exige. Provavelmente ele foi o escritor do texto que serve de base para a história da cidade de Dom Pedro.

A favor da educação
Pela qual tinha lutado [...]

Esses cordéis chamam atenção para o descaso do prefeito de Codó com a educação no povoado e o revide da população se recusando a pagar impostos. Bernardino não fala em seu depoimento, diretamente, em luta por educação, mas os seus conflitos com o coletor de impostos, José Lopes Pedra Sobrinho, culminando com a expulsão deste do povoado, foram certamente um dos fatores desencadeantes da ação militar que praticou os fuzilamentos.

João Batista Machado ratifica a mesma explicação de que Bernardino juntou os camponeses e “Levou-os à presença do prefeito [de Codó], para reivindicar melhores condições de vida, principalmente escolas, para as crianças do povoado” (MACHADO, 1999, p. 84), a negativa do prefeito teria originado a revolta e o envio do tenente Dias.

A referência a Manoel Bernardino e sua revolta é tão presente na memória coletiva de Dom Pedro que uma quadrilha¹⁶ junina chamada “Filhos de Dom Pedro”, organizada pela escola de ensino médio Veriano Moraes, que se propôs a narrar a história da cidade com a indumentária dos brincantes representando personalidades consideradas importantes, especialmente ex-prefeitos e políticos de um modo geral. Entre os brincantes havia um jovem vestido de camponês com uma faixa escrita “Manoel Bernardino”. Este grupo apresentou-se nas festas do ano de 2009 embalado por uma música, cuja letra foi composta pela professora Renata Cristina Lima Rodrigues, que continha os seguintes versos:

[...] Manoel Bernardino em Dom Pedro então veio morar
Homem de pouca cultura, mas com braço forte para o trabalho
[...] Em 1922, Manoel Bernardino por muito nossa terra amar
Foi até Codó atrás de escola pra nossa Dom Pedro educar
Mas o governo desta história não gostou
Então a guerra começou:
O governo sai vencedor.
Mas o povo de Dom Pedro é lutador
E juntos a escola conquistou [...]

Vemos assim, que Manoel Bernardino, mesmo considerado “homem de pouca cultura”, é homenageado e colocado na categoria de personagem relevante na história do município por sua luta em favor da educação e servindo de modelo ou de exemplo para “um povo lutador” demonstrando, em mais essa fonte, o processo de formação de identidade do “povo dompedrense” a partir de uma narrativa do passado.

¹⁶ Contradança de origem holandesa e alemã, adaptada pelos franceses e modificada pelos brasileiros, muito praticada nas festas juninas, especialmente no nordeste brasileiro.

Quanto à questão referente ao não pagamento dos impostos, é claro, nos documentos oficiais e jornais da época, as críticas de Bernardino à cobrança de impostos bem como seu conflito com o coletor de impostos José Lopes Pedra Sobrinho, culminando com a expulsão deste do povoado¹⁷ poucos dias antes do envio das tropas, e a memória dompedrense preservou este fato como causa secundária dos fuzilamentos.

Deparamo-nos aqui com um problema para a historiografia. Existe uma grande diferença no que dizem os documentos contidos no Diário Oficial do Estado do Maranhão, e nos jornais de São Luís, e as entrevistas coletadas através da história oral, bem como os escritos encontrados na região onde ocorreram os conflitos. A divergência está na causa do envio das tropas.

Na região do conflito o motivo foi uma luta pela educação das crianças do povoado, que não tendo como estudar, os moradores, comandados por Bernardino, foram até Codó exigir uma professora para o povoado e, diante da negativa do poder público, existem dois fios de memória: um foi que por isso os moradores resolveram não pagar mais impostos e o prefeito mandou o tenente Dias para aplicar um “corretivo” nos camponeses; outra explicação foi que a demora do prefeito em enviar a professora fez com que os moradores resolvessem ir buscá-la “à força” gerando a ação militar e os fuzilamentos.

Entretanto, Manoel Bernardino em nenhum momento fez qualquer menção a um conflito por uma professora ou qualquer coisa semelhante. Em seu depoimento (que é praticamente uma autobiografia), nas cartas (referenciadas no Diário Oficial) ou nas entrevistas concedidas aos jornais Diário de São Luís e Pacotilha, não tem qualquer menção a uma luta pela educação como causa de conflitos.

Do mesmo modo são os outros envolvidos, o capitão Sebastião Gomes, o coletor José Lopes Pedra Sobrinho e outros depoentes nos inquéritos, ou seja, nas fontes de 1921, ninguém menciona a reivindicação por escolas ou a tentativa de ir buscar, à força, uma professora em Codó, o que nos leva a criar as hipóteses de que esta questão pode ter sido posterior ao período estudado e, tal como ocorreu com a Coluna Prestes, houve uma confusão na memória coletiva, uma vez que no campo da memória os anacronismos são parte integrante e constitutiva da narrativa oral; ou este conflito foi “criado” pela população que, não compreendendo os reais motivos do conflito e

¹⁷ Conforme seu depoimento disponível no diário Oficial do Estado do Maranhão. 16 ago. 1921, p. 4.

querendo difundir e manter uma cultura histórica que favorecesse a figura de Manoel Bernardino, deu-lhe uma razão nobre: A LUTA PELA EDUCAÇÃO.

Essa memória teria, assim, a missão de enaltecer um passado comum onde os “fundadores da cidade” teriam desenvolvido uma campanha de ousadia e coragem de luta pela educação dos jovens criando um sentimento de identidade que promove a coesão social e identifica a luta de Bernardino com a luta de toda uma cidade que se reconhece historicamente e que se afirma enquanto um “povo lutador”, “lugar de gente valente”, que não desiste de seus objetivos e que conserva, até hoje, este espírito de luta pelos interesses coletivos.

Vemos, assim, que a consolidação e difusão de uma determinada cultura histórica obedecem a uma série de fatores internos que modificam, enaltecem ou “esquecem” fatos que a historiografia se confronta ao investigar, de forma sistemática, os acontecimentos históricos, pois a memória social lida com processos identitários que, na maioria das vezes, a ciência histórica sozinha não consegue compreender.

Outro aspecto interessante é o processo de difusão da cultura histórica, entender de que modo, que mecanismos foram utilizados e quais os interesses em jogo na difusão de uma determinada cultura histórica. Quando esta cultura histórica está relacionada a acontecimentos políticos, como é este caso, esta pode ser analisada juntamente com a cultura política no sentido do modo como uma sociedade avalia as relações de poder em uma determinada época.

Assim, “do mesmo modo como as culturas políticas são plurais, pode-se pensar em mais de uma cultura histórica convivendo, disputando [...]” (GOMES, 2007, p.49) e nós, “historiadores profissionais”, ao pesquisarmos estes temas e estas disputas, estamos assumindo a responsabilidade inevitável de criar uma nova dimensão de cultura histórica, já que “a história é importante por sua capacidade de moldar e subverter a memória coletiva” (FRISCH; THOMSON; HAMILTON, 2006, p. 77). Mesmo que a história não modifique totalmente a memória, a cultura histórica como somatório destas duas dimensões, certamente será alterada toda vez que a história-ciência for reescrita.

Se houvesse um conflito por causa de uma professora, escola ou algo semelhante, supomos que Bernardino ou pelo menos seus amigos, seriam os mais interessados em divulgar esta “causa nobre”, até mesmo para velar os reais motivos políticos por trás de suas ações, além do que seria um “prato-cheio” para a oposição que usaria, certamente,

estes “pobres camponeses que foram covardemente fuzilados apenas por quererem ver seus filhos na escola”.

Não queremos dizer com isto que Bernardino, sendo um homem alfabetizado, não se preocupava com a educação alheia, tanto ele se preocupava que como no inverno (período chuvoso) de 1917 ele não tivesse lavoura, por ter se ocupado, no ano anterior, da abertura de uma estrada que ligou um povoado chamado Escondido ao povoado da Matta, ele “dedicou-se a ensinar, gratuitamente, na Matta, e em sua residência, algumas crianças analfabetas.”¹⁸ Demonstrando com isto uma preocupação e uma ação no intuito de educar as crianças da localidade.

A professora Camélia Rocha dos Santos,¹⁹ de 67 anos, tem uma opinião muito crítica em relação a Manoel Bernardino e levanta a hipótese de que esta explicação de lutar por educação foi um boato criado, possivelmente, por parentes de Bernardino “para dar uma idéia mais relevante” a Bernardino uma vez que, segundo ela, “ele nunca pensou em escola”.

O fato é que a cultura histórica predominante na região de Dom Pedro é esta que relata os fuzilamentos como consequência de uma luta por educação formal para o povoado, e da negativa dos moradores de pagarem impostos, entretanto os documentos da época não ratificam estas informações.

Pois bem, com a mobilização das tropas, no final de julho de 1921, e as notícias de revolução no interior do estado, o jornal “Pacotilha”²⁰, manteve-se neutro, ou melhor, omissivo, preferiu não publicar nada a respeito; já o “Diário de São Luís”²¹ manifestou-se com descrença quanto à ameaça de revolta e publicou que “[...] o alarme de revolução é simples manejo de políticos decaídos [...] que simulando prestígio querem aterrar os eleitores opositoristas”.²²

A força militar tinha a função apenas, segundo esse jornal, de intimidar o eleitor visto faltar um mês para as eleições estaduais (01/09/1921) e “já houve quem dissesse que o Dr. Presidente do Estado procura fazer uma concentração de forças no Codó, para

¹⁸ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921. p.3.

¹⁹ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor em São Luís. 03/07/2009.

²⁰ Este jornal era de propriedade do político Costa Rodrigues que fora oposição a Urbano Santos mas foi cooptado nas eleições de fevereiro de 1921 quando Herculano Parga foi aliado do poder.

²¹ Jornal que tinha como redator o professor Nascimento Morais e que assumiu a oposição ao governo de Urbano Santos a partir das eleições de fevereiro de 1921.

²² Diário de São Luís. 1 ago. 1921, p.1.

em dado momento ensaiar uma demonstração de poder em Caxias”²³. Essa opinião é a mesma expressada por Manoel Bernardino quanto aos boatos que o levaram a escrever a carta que motivou a ameaça de “revolução” nos levando a crê que havia, realmente, o temor, por parte da oposição, de intervenção militar.

O Diário de São Luís seguiu ironizando a ação militar do governo e publicou: “[...] Manoel Bernardino de Oliveira é um ‘iluminado’, uma espécie de Antonio Conselheiro de Canudos, o que se rodeou de fanáticos que lhe ouviam a palavra. O operoso e diligente lavrador transformado pelo espiritismo, em um maníaco perigoso. [...]” e o jornal continua: “esperamos, enfim, a palavra do tenente Henrique Dias que foi com quarenta praças do corpo militar entender-se com o Lenine maranhense e saber dos seus projetos”²⁴

Um poeta cognominado Guerra Júnior expressou muito bem a opinião do Diário de São Luís com o seguinte poema:

Medo é cousa que apavora
nestes tempos de eleição
faz nervoso, faz plectora,
faz tremer o coração.

Diz o povo, e eu atino
Que é cousa de que não trata
O tal Manoel Bernardino
Fazer revolta na Matta.

Já ninguém mais pode ter
Idéia de salvação,
Sem logo se conceber
Que seja Revolução

Dizem mais que apavorado
O governo agora treme
Ser no Codó derrotado por gente do PRM
Essa história não me aterra,
Revolução não a define
Meu nome de guerra é Guerra,
E o dele, agora é Lenine.²⁵

Para conter a “revolta”, as tropas comandadas pelos tenentes Taurino e Dias desembarcaram em Codó no dia 30 de julho de 1921. Seguindo no dia seguinte para a

²³ Diário de São Luís. 5 ago. 1921. p.1.

²⁴ Diário de São Luís. 3 ago. 1921. p.1.

²⁵ Diário de São Luís. 8 ago. 1921. p.1.

Matta o tenente Taurino com trinta e duas praças e no dia primeiro seguiu o tenente Dias com dez praças.²⁶

A mais ou menos 36 quilômetros (seis léguas) as tropas se encontraram, já tendo o tenente Taurino “prendido um cangaceiro que trazia uma carta de Manoel Bernardino de Oliveira para Manoel Marinho Falcão, dizendo a mesma que lhe mandasse balas, rifles, espoletas, pólvora e chumbo [...]”.²⁷

No dia 4 de agosto de 1921, em um povoado chamado São Joaquim, a tropa se encontrou com Felipe Moreira que acusou Manoel Bernardino de lhe matar o gado e de querer brigar com o governo, disse também que não adiantava ir à Matta pois Bernardino fugira e a localidade estava deserta²⁸. Como Felipe Moreira era amigo de Bernardino, esta ação de ir ao encontro dos militares, foi um artifício para coletar informações sobre a tropa, a que distancia estava, qual o contingente, retornar à Matta, avisar Manoel Bernardino, e assim foi feito.

Consciente da impotência de lutar contra as tropas do governo, Manoel Bernardino foi à cidade de Codó, cortando caminho por dentro de fazendas, lavouras e caminhos alternativos para não se encontrar com as tropas²⁹, acompanhado de Felipe Moreira, João de tal, e Bartolomeu Francisco Gonçalves.

Saiu da Matta no dia 5 de agosto de 1921 pela manhã, poucas horas antes dos tenentes chegarem, entrando em Codó no dia 7 ao meio dia. Prestou depoimento perante o Major Augusto Faria Bello, demais autoridades e disse não haver sedição alguma e sim campanha política, pediu uma audiência com o Dr. Urbano Santos e seguiu para São Luís no dia 12 do mesmo mês, sem caráter de prisão³⁰.

Mas o que realmente pretendia Manoel Bernardino? Ele sempre afirmou que fazia campanha política para o Partido Republicano Maranhense e que só pegaria em armas se o governo interviesse com forças militares para impedir o pleito livre. Neste caso “deviam os adversários comparecer com força também, ou não comparecer”³¹ e que poderia, inclusive, abandonar a campanha eleitoral.

²⁶ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 13 set. 1921. p.14.

²⁷ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 13 set. 1921. p.14.

²⁸ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 13 set. 1921. p.13.

²⁹ Fazendo a seguinte trajetória: fazenda de Antonio Pires, Lagoa Nova, Livramento, Olho d'Água, Vitória, fazenda do major Nunes, Capinzal, Bonfim, Dores e daí para o Codó. (Diário de São Luís, 16 ago. 1921).

³⁰ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921. p.7.

³¹ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921. p.5.

Disse que reuniu apenas quatorze homens armados para se defender de uma ameaça de invasão da Matta por homens de Sebastião Gomes, pois seu amigo Fellipe Moreira havia regressado de Curador e “aconselhado a todo o povo da Matta que fugisse, pois o pessoal de Sebastião Gomes vinha em marcha para entrar, acabando e incendiando tudo”. Fellipe dizia, também, que “devido à sua carta para Euclides Maranhão, o governo já tinha despachado 150 a 200 praças para Codó, conduzindo metralhadoras”. Mesmo assim Bernardino disse que “não ia senão depois que a força entrasse e verificasse que nada existia e levasse o povo para o inquérito”. Depois de muita insistência de seu amigo resolveu seguir para Codó³².

Entretanto, existem alguns indícios, principalmente em correspondências e depoimentos dos seus inimigos, que Bernardino ao fazer campanha política, concitava os eleitores a irem armados a Codó no dia da eleição.

O inspetor de quartirão do povoado Cruzeiro, Francisco Cyrillo Raul, enviou uma carta bastante emblemática, com data de 27 de julho de 1921, ao capitão Henriquinho (Henrique Figueiredo) no Codó dizendo que:

O Sr. Manoel Bernardino de Oliveira está reunindo 500 a 600 homens e já está quase todos promptos para o dia 27 de agosto todos sahirem para o Codó, levando mais todos os moradores da beira da estrada e chamando os arredores a irem se reunindo todos no Sacco e todos bem armados quem não tiver rifle e nem espingarda leva seu bom cacete e elle Bernardino vai a Villa buscar bala na mão do Dr. Mourão de maneira que virá 2 caixas para cada um dos que tiver rifle e no dia 29 ou 30 deste próximo agosto sahirem todos reunidos para o Codó, levando na frente do povo uma bandeira encarnada e uma caixa tocando e elle na frente, quando chegarem na Villa elle vai combinar com os urbanistas para subir o [Herculano] Parga, se não quizerem como elle quer elle estimula o povo e grita aja bala!!! [...] trate de providenciar que é pura verdade. [...]”³³.

Uma carta de Bernardino ao seu irmão em Mirador dá um outro indicativo de um levante armado quando ele diz: “Cauculo que a esta hora já temos pra mais de 5000 lavradores levantados [...] peço-lhe que alliando todos os dahi, Augusto e Xandinho, e o povo em armas, façam a Camara. A’s armas! Para frente!”³⁴

Acreditamos que estas informações de revolução socialista e subir ao governo um candidato derrotado hiperbolizam as pretensões de Bernardino. Este exagero pode ter

³² Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921. p.6-7.

³³ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 16 ago. 1921. p.5.

³⁴ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 13 set. 1921. p.3.

partido do próprio camponês mas, a partir das informações acima e de outros indícios no desenrolar dos acontecimentos, levantamos a hipótese que Manoel Bernardino fazia uma intensa campanha eleitoral para o Partido Republicano Maranhense – PRM, especialmente para o candidato a deputado estadual, o desembargador aposentado Deoclides Guedelha Mourão e nesta propaganda eleitoral, para demonstrar poder durante o pleito, concitava os eleitores a comparecerem armados.

Ao saber que o “Lenine” se apresentara ao major Bello, o Diário de São Luís publicou: “Tudo phantástico, nunca houve movimento de revolta, Manoel Bernardino está no Codó”³⁵. Sustentando a idéia de que o governo apenas pretendia constranger a oposição.

A Pacotilha saiu, finalmente, da omissão publicando os telegramas que denunciaram a revolta e emitindo sua opinião: “Alguém armou esse povo da Matta [...] alguém comprou essas armas e munições e mandou, por seus agentes, fomentar a rebeldia entre os povos do município de Codó. Ou então não havia mesmo revoltados”³⁶. Numa clara insinuação de que, se houvesse revolta, os políticos do Partido Republicano Maranhense, Deoclides Mourão e Euclides Maranhão, teriam armados esses lavradores. Esta é a opinião sustentada pelo jornal no decorrer dos dias.

Outros órgãos da imprensa maranhense publicaram, de maneira vaga e imprecisa, notícias dos acontecimentos da Matta. O “Arapuru”, da cidade de Brejo, noticiou: “Manoel Bernardo de Oliveira chefe do movimento da Mata, responde a inquérito nesta capital”³⁷. “O Tocantins” publicou sua opinião, em um pequeno texto intitulado “A sedição de Codó”: “Sabe-se que Manoel Bernardino de Oliveira, chefe da revolta, está preso [não estava] e responde a inquérito. É curiosa a maneira porque agia no arrolamento de adeptos, fazendo propaganda intensa de idéias subversivas, como sejam – comunismo, bolchevismo etc.”³⁸. O periódico mensal “O Sertão” apresentou apenas uma chamada com o título “A tragédia da Matta”³⁹.

³⁵ Diário de São Luís. 8 ago. 1921, p. 1

³⁶ Pacotilha. 8 ago. 1921, p.1.

³⁷ Anapuru, 21 ago. 1921. p. 3.

³⁸ O Tocantins. 28 ago. 1921. p. 2.

³⁹ O Sertão, Ago. 1921. p.24.

3.3 Carta branca para matar e arrazar

A caminho da Matta, o tenente Antonio Henrique Dias foi mostrando seus propósitos. O lavrador Mathias Marcelo Dias disse que estava no povoado Pão de Ouro quando ouviu do tenente que “ia à Matta prender Manoel Bernardino e que se houvesse qualquer *remórso* teria que liquidar a Matta deixando só as taperas, mas estas queimadas, e o pôvo fuzilado”⁴⁰. Ameaça semelhante foi feita a Fellipe Moreira que relatou ter ouvido do tenente Dias que ele retirasse sua família da Matta “pois pretendia arrasar a povoação e para isso disse levar até bombas de dinamite”⁴¹.

No dia 5 de agosto de 1921, entre meio dia e treze horas, os militares chegaram à Matta, conforme o tenente Henrique Dias, “sem haver um só tiro”⁴², visto não haver revolta, encontrando poucas pessoas, velhos e algumas crianças, começaram as prisões e os “interrogatórios” para descobrir o paradeiro de Bernardino e de seus “capangas” sendo logo informados que Bernardino se evadira em direção a Codó.

Os prisioneiros foram divididos em dois grupos: uns poucos ficavam amarrados a um pé de tamarindo ao ar livre; outro grupo, mais numeroso, foi trancado em um quarto de uma casa que servia de quartel à tropa.

Essa árvore, pé de tamarindo, é um dos pontos de apoio da memória coletiva pois o mesmo é muito lembrado durante as entrevistas, especialmente porque além das pessoas serem amarradas a ele, seus galhos ainda eram utilizados para “surrar” os prisioneiros⁴³.

Felinto da Silva Ribeiro Neto narra, em um conto intitulado “Coriolano e a gamela de água fria”, que Coriolano (este nome pode ser um pseudônimo) era um homem áspero, agressivo, mesquinho e por isso muitos na localidade não gostava dele. Quando o tenente Dias chegou na Matta muitos moradores aproveitaram para se vingar de Coriolano fazendo contra ele várias acusações. O tenente Antonio Henrique Dias preparou um castigo amarrando-o sobre uma fogueira “como se fosse um suíno para ser assado”, após aquecê-lo mergulhavam-no em uma gamela de água fria. Esta tortura

⁴⁰ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921. p.18.

⁴¹ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 24 set. 1921. p.3.

⁴² Diário Oficial do Estado do Maranhão. 13 set. 1921. p.13.

⁴³ Conforme Félix Rodrigues de Macêdo, Felinto da Silva Ribeiro Neto e outros.

“deixou-lhe seqüelas, ele passou sempre a se locomover com um bastão, para apoiar seu corpo” (RIBEIRO NETO, 2009, p. 197-199).

Às prisões e torturas seguiram os fuzilamentos, sob ordens do tenente Antonio Henrique Dias. Este militar permanece na memória coletiva dominante como sendo o mandante dos fuzilamentos sendo “demonizado” na novela de Pedro Braga como o tenente Mão-de-Ferro (BRAGA, s.d, p. 19).

O primeiro sargento Ignacio da Costa e Souza, temendo consequências das ordens que seguira, escreveu diretamente ao governador para explicar os fuzilamentos⁴⁴. Disse que no dia 05 de agosto, pela manhã, o tenente Dias o chamou e disse-lhe que tinha um serviço pra ele o que ele prontamente aceitou, então o tenente falou-lhe: “o senhor prepara-se para ir com o cabo Pedro Pereira da Silva e o soldado José Alves Rodrigues matar aquelle jagunço que está ali prezo” o sargento questionou o tenente e este respondeu que o preso era um assassino e devia ser morto e que cumprisse a ordem que ele sabia o que estava fazendo. O sargento conduziu o prisioneiro que foi fuzilado pelo soldado.

Na tarde do mesmo dia, por volta das 15 horas, chegaram mais 3 prisioneiros. Meia hora depois o Tenente chamou o Sargento e disse-lhe: “vá matar estes 3 jagunços dentro do mato”. O sargento disse ter chamado o tenente em particular e dito-lhe: “senhor tenente Dias, não faça isso, mande dar nesse caso, uma surra nesses homens e os mande presos para a cidade de Codó”. A esta sugestão o tenente teria respondido “com gestos alteradíssimos” que cumprisse as ordens e só desse opinião se fosse consultado. Assim, mais três homens foram fuzilados.

O sargento Ignacio disse ainda, que aconselhou o tenente Dias a mandar “fazer uma valla e sepultar aquelles corpos, afim de não serem devorados pelos urubús” e o tenente teria respondido “que não era preciso fazer isso, que deixasse assim mesmo”.

Foi por estarem a céu aberto, que os cadáveres foram facilmente vistos por passantes que espalharam a notícia de assassinatos, chegando rapidamente ao conhecimento do desembargador Deoclides Mourão que telegrafou ao governador e à imprensa denunciando “Cem homens fuzilados! Os cadáveres das vítimas servem de pasto aos urubus! a população do Codó está horrorizada e apprehensiva. – Horrores de

⁴⁴ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921. p.10.

selvageria”⁴⁵ e “atrocidades indizíveis”⁴⁶. Essa notícia bombástica fez o governador abrir inquérito para investigar as mortes.

Existe, entretanto, um grupo de entrevistados em Dom Pedro, e portanto uma memória coletiva, que atribui a autoria dos fuzilamentos ao próprio Manoel Bernardino e seu bando. A quebradeira do côco aposentada Maria Joana Borges, de 89 anos de idade, afirma que “Manoel Bernardino matou gente por aí porque tem aí o cemitério dos afuzilados, *sic*, que fica no rumo da Mata do Ambrósio”⁴⁷. A lavradora Cecília Sardinha Lopes, de 68 anos, também sustenta que era “o Manoel Bernardino que mandava fuzilar”⁴⁸. A professora Maria da Conceição Lima Rodrigues, de 59 anos, explica a revolta e os fuzilamentos dizendo que:

o que eu sei é contado pelos meus pais, que Manoel Bernardino chegando aqui nos meados de 1919, trouxe muita gente para a lavoura e precisando de escola para os filhos dos lavradores eles se dirigiram ao prefeito de Codó, por aqui ser distrito de Codó, pra pedir professores. Para a decepção deles, eles foram mal recebidos pelo governo e eles voltaram com muita revolta, quando eles vieram, no caminho encontraram três lavradores vindo da roça, a revolta era tão grande que eles os fuzilaram, por isso que tem o nome lá cemitério dos afuzilados.⁴⁹

Opinião muito semelhante é narrada pela senhora Maria das Dores Feitosa Luz Araújo, de 74 anos de idade: “dizem que chegaram três rapazes, passaram aqui por Dom Pedro [...] e foram no sentido da Mata Velha, lá eles entraram numa veredinha que tinha e foram assassinados pelas tropas dos revoltosos [Manoel Bernardino]”⁵⁰.

Nessa memória coletiva, a negativa do prefeito em conceder escolas ao povoado gerou uma revolta tão grande em Manoel Bernardino e seus companheiros que estes fuzilaram “lavradores inocentes”, daí o local onde eles foram enterrados também ser chamado de Cemitério dos inocentes.

O subdelegado de polícia do Curador, capitão Sebastião Gomes de Gouveia, também prestou depoimento⁵¹ ao delegado geral, e disse que chegou à Matta no dia seguinte após os fuzilamentos, próximo ao meio dia. O capitão disse que apenas depois

⁴⁵ Diário de São Luís. 15 ago. 1921, p.1, grifos meus.

⁴⁶ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 16 ago. 1921. p. 2.

⁴⁷ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor em Dom Pedro. 18/06/2009

⁴⁸ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor em Dom Pedro. 20/06/2009

⁴⁹ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor em Dom Pedro. 19/06/2009

⁵⁰ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor em Dom Pedro. 19/06/2009

⁵¹ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921. p.14-17.

do almoço foi informado dos “morticínios” cometidos pela tropa dos tenentes, retornou imediatamente ao quartel, soltou dois prisioneiros e disse:

-que o tenente Dias ficasse satisfeito com o que já tinha praticado na sua ausência [...] e que visse que não havia razão para mandar fuzilar pessoa alguma e jamais presos nas condições em que aquelles haviam sido encontrados, sem offerecer nenhuma resistencia à força; que nem elle nem o tenente Dias , haviam ido para ali a praticar desordens. A isto declarou-lhe o tenente Dias que havia levado carta branca, para matar e arrazar. [e que não conduzia presos e nem tinha soldados para isto]⁵²

Sebastião Gomes afirmou ainda que foi abordado pelas famílias de vários prisioneiros que imploraram pelas suas vidas e de seus parentes: “eram tantas as súplicas e lagrimas derramadas naquelle momento de desespero, que o declarante ficou com os braços banhados de lágrimas e não se podendo conter, também chorou.” Mesmo contrariando o tenente, o capitão conseguiu, neste dia, libertar cinco prisioneiros.

À noite estava Sebastião Gomes em uma residência próxima ao acampamento quando ouviu um grande tiroteio, quase todos de fuzil mauser, alguns de rifle, repetidamente. Um dos presentes teria perguntado: “-Será possível que aquelle soldado esteja acabando o povo?!” ao que o capitão respondeu: “mas se elle fizer isto, então, amanhã, eu tenho que reagir contra elle, prentendo-o [prendendo-o] com toda a sua força”.⁵³

Logo pela manhã o capitão Sebastião Gomes perguntou ao seu filho, José Gomes, qual o motivo daquele tiroteio na noite passada e este teria lhe respondido que “aquella fuzilaria tinha sido à tôa”. Sebastião Gomes apresentou vinte e oito homens que foram presos por seu grupo, mas exigiu a liberdade destes, pois tinha verificado que eram inocentes. O Tenente, entretanto, pediu que ficassem ao menos dois, mas o capitão exigiu e libertou todos os vinte e oito homens que seu grupo havia prendido.

O subdelegado, capitão Sebastião Gomes, ainda exigiu a libertação de mais doze prisioneiros ao que o tenente respondeu que “fazia questão de ficar com Francisco Carlos e Basileu Carlos”. O capitão disse “que ou retiraria todos ou ninguém; mas que elle tenente Dias tinha que lhe ceder todos pois não consentia em que ficasse nenhum para ser fuzilado. – Pois então, tire todos; você acha que todos são inocentes e que agora aqui só há santos” respondeu-lhe o tenente.

⁵² Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921. p.15-16.

⁵³ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921. p. 16.

O capitão disse que retirou os doze do cativo, ficando ainda nove prisioneiros e o tenente disse que ainda precisaria de cinco. Sebastião Gomes saiu do acampamento e foi a um povoado chamado Campestre, em sua ausência

o tenente Dias, talvez no temor de que o declarante fosse reunir pessoal para atacá-lo, retirou-se precipitadamente, deixando em liberdade os cinco homens do seu pedido, bem como o almoço que lhe havia preparado em casa de Antonio Pires, onde os tenetes Dias e Taurino faziam as refeições. Os quatro homens que o tenente Dias conduziu com sigilo, foram levados ao Codó e entregues à polícia d'ali.⁵⁴

Esta disputa por presos entre as duas autoridades também ficou registrado na memória coletiva. O senhor Félix Rodrigues de Macêdo nos fez uma narrativa deste episódio afirmando que:

Sebastião Gomes disse para o tenente que era para parar com aquilo ali, aí ele disse que não parava porque já tava com dois no ponto pra levar, podia dispensar até os outros que ainda estavam aí mas aqueles dois tinha que ir. Aí Sebastião Gomes disse: - você vai dispensar é tudo ou nós troca bala aqui!. Assim meu pai me contava. Até que o tenente resolveu dispensar, aí é que terminou essa história.⁵⁵

O senhor Raimundo Gomes Ferreira, neto de Sebastião Gomes, filho de Onorato Gomes, disse-nos que seu pai e seu avô “matariam o tenente se ele continuasse matando gente”. Para o jornalista Orfileno Gomes de Gouveia Neto, bisneto de Sebastião Gomes, a ação de seu bisavô “foi um ato heróico que conseguiu salvar todos os homens e nenhuma vida foi ceifada”.

Sendo assim, o capitão Sebastião Gomes conseguiu libertar cinquenta prisioneiros dos quais, se não todos, certamente alguns encontrariam a morte por fuzilamento. É creditado a ele em praticamente todas as fontes: inquéritos, depoimentos, entrevistas etc. a correta e corajosa atitude de libertar estes prisioneiros.

Esse “salvamento” realizado por Sebastião Gomes permaneceu na memória coletiva da região uma vez que ele é citado pela maioria dos entrevistados. Isto dá um grande prestígio benevolente ao capitão. O professor Cícero Gomes dos Santos nos relatou que esta intervenção do subdelegado foi “em respeito às esposas dos trabalhadores, não pelo Manoel Bernardino, porque eles não se gostavam”⁵⁶, outros entrevistados também relataram esta súplica das esposas ao capitão. Estes dois

⁵⁴ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921. p. 16.

⁵⁵ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor no povoado de Pedro I (Mata Velha) em Dom Pedro. 21/06/2009

⁵⁶ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor em Dom Pedro. 18/06/2009.

personagens, Antonio Henrique Dias e Sebastião Gomes ficaram marcados na memória coletiva da região, aquele como fuzilador e este como salvador.

3.4 Bellos inquéritos

Diante das notícias de fuzilamentos, que já chegaram aos jornais, Urbano Santos enviou o Major Bello, que já havia regressado a São Luís, voltar a Codó e proceder inquérito afim de verificar os fatos. O major investigou, interrogou e chegou à conclusão de que foram fuziladas quatro pessoas⁵⁷, na beira da estrada que leva a Codó, a mando do tenente Antonio Henrique Dias.

Em seu depoimento quando indagado sobre as acusações de fuzilamentos, o tenente Antonio Henrique Dias negou ter ordenado qualquer fuzilamento ou maus-tratos aos prisioneiros e afirmou serem seus inimigos os seus acusadores, o capitão Sebastião Gomes e o juiz Walfredo Lira, desde 1919 quando ele era delegado na cidade de Barra do Corda e um amigo de seus acusadores cometera um crime bárbaro de roubo e assassinatos, eles vieram pedir-lhe para tirar do processo o nome dele ao que Dias lhes respondeu que se quisessem livrá-lo que constituíssem um advogado. Desde então se tornaram inimigos e que, se na Matta fora cometido algum crime certamente foi por homens de Sebastião Gomes que armados e bêbados atiravam a esmo⁵⁸.

Quem objetivamente denunciou os fuzilamentos foram os soldados, pois o tenente Taurino, “por espírito de coleguismo”, ocultou os assassinatos no seu primeiro depoimento, sendo por essa omissão sentenciado a prisão disciplinar de quinze dias⁵⁹ e, embora Taurino fosse o comandante da expedição, por ser mais antigo, disse que só tivera conhecimento do fato após a consumação visto que não tendo encontrado resistência na Matta fora à casa do seu amigo Antonio Pires e em sua ausência foram cometidos os crimes. Os soldados, entretanto, admitiram que Taurino sabia de tudo que estava acontecendo.

Para tentar burlar uma possível investigação e justificar as mortes ocorridas, os militares faziam um tiroteio todas as noites simulando um ataque à tropa partido de um

⁵⁷ Cujos nomes são: Adão Costa da Silva, Maurício Alves, Francisco Gonçalves, vulgo Francisco Paca, e Avelino Almeida. (Diário Oficial do Estado do Maranhão. 29 ago. 1921. p.2).

⁵⁸ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 13 set. 1921. p.15

⁵⁹ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 30 set. 1921. p. 2-3.

bananal, daí se explica o tiroteio “à toa” ouvido por Sebastião Gomes. Este artifício foi utilizado durante o inquérito procedido pelo major Augusto de Faria Bello mas este, já no segundo parágrafo de seu relatório⁶⁰, afirma que:

De fato, sem o mínimo esforço verifica-se que improcede o pretexto adrede preparado para justificar, a priori, a possibilidade de mortes casuaes e em consequência de disparos feitos pelas linhas de defesa da casa em que na “Matta” aquartelara a força, contra tiros partidos de um bananal que demanda pela frente da referida casa e, dahi a conclusão material e insophismavel que constitue a prova plena dos fuzilamentos.

Há muitas contradições nos depoimentos dos diversos militares inquiridos quanto a um suposto ataque que a força militar teria sofrido na noite do dia 5 de agosto de 1921: alguns disseram que os tiros foram respondidos pelo flanco esquerdo, outros o direito, outros por todos os flancos e outros que nem ataque houve, do mesmo modo são as contradições referentes à quantidade de tiros disparados contra a força, uns dizem que foram de 8 a 10, de 6 a 8, de 3 a 4, apenas 3 tiros, diversos tiros ou, como o soldado Raymundo Pereira de Araújo que disse ter sido disparado apenas um tiro.

Mesmo que a força tivesse sido atacada, isto, entretanto, não explicaria os fuzilamentos pois os assassinados eram prisioneiros que foram conduzidos à estrada que levava ao Codó, onde seus cadáveres foram encontrados, sob pretexto de ficarem presos naquela cidade, sem nenhuma possibilidade de reação.

Foi nessa estrada, desativada atualmente, que os mortos foram enterrados em vala comum. Muitos entrevistados citam essa passagem e o local ainda é conhecido, até os dias de hoje, como o “Cemitério dos Afuzilados”, sic. Este termo é usado, inclusive, nos documentos de arrecadação de impostos do Ministério da Fazenda onde o nome do imóvel aparece, em 1994, como “Os Afuzilados” e em 2004 a ortografia foi corrigida para “Os Fuzilados”.

As tristes notícias se espalharam pelo Brasil atizando a já disputada política nacional com a imprensa marcando posição. A edições dos jornais definem bem a situação da campanha presidencial, pois atacar ou elogiar o governador do Maranhão, Urbano Santos, é correspondente a apoiar a política do Café-com-leite ou a Reação Republicana. Vejamos alguns exemplos citados pelo órgão governista, o jornal Pacotilha:

⁶⁰ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 13 set. 1921, p. 8-12

Rio [de Janeiro], 19 A “Noite” com títulos garrafais – morticínio de cem irmãos brasileiros fuzilados no Maranhão, mas no Brasil o sangue das vítimas clama justiça- [...]

Rio 20 A “Gazeta” a atitude do Sr. Urbano Santos, esforçando-se para apurar gravíssima denúncia [...] é digna do seu passado político e revela a sua envergadura de homem público.

Belo Horizonte, 21 A opinião pública está alarmada com a notícia de morticínio no Maranhão.⁶¹

Rio, 23 “O Dia” publica um artigo, mostrando a injustiça senão ridicularia dos que pretendem culpar o sr. Urbano Santos, pelos acontecimentos do Codó, sendo a prisão do Tenente Dias a melhor prova de que o governo do Maranhão não deseja proteger quem quer que seja [...]⁶²

O “Correio da Manhã” continua a atacar o dr. Urbano Santos a propósito dos fuzilamentos.⁶³

Comprovado o crime, o tenente Antonio Henrique Dias foi preso no quartel da polícia militar onde se procedeu a um novo inquérito. Diante das provas, o tenente Dias admitiu os fuzilamentos e entregou uma declaração a Nascimento Morais, redator do jornal oposicionista Diário de São Luís, onde dizia que apenas cumprira ordens do governador Urbano Santos para que:

Chegando à Matta espingardeasse um grupo de cangaceiros que ali existia chefiados por Manoel Bernardino, que o Desembargador Mourão seguisse ao nosso encontro que também lhe o espingardeasse; que ele Presidente já tinha dado ordens a Sebastião Gomes [...] para armar pessoal para o mesmo fim. Por mais de uma vez em seu palácio o Sr. Dr. Presidente [governador do estado] recomendou [...] que espingardeasse todos os bandidos custasse o que custasse e que contasse [...] com todo o apoio do governo; [...] e de fato a força espingardeou quatro cangaceiros porque eu e o Tenente Taurino recebemos ordens do exm^o Sr. Dr. Presidente do Estado para isso fazer.⁶⁴

Essa declaração acusava diretamente o governador pelos fuzilamentos por ter dado ordens explícitas de matar “todos os bandidos custasse o que custasse”, inclusive o candidato a deputado estadual pelo PRM, o desembargador Deoclides Mourão. Isto acirrou ainda mais as críticas ao Café-com-leite, pois o candidato a vice-presidente da República, na chapa de Artur Bernardes, estava sendo acusado de ordenar um crime bárbaro que já tomara as páginas dos jornais mais importantes do país.

⁶¹ Pacotilha. 22 ago. 1921. p. 4.

⁶² Pacotilha. 24 ago. 1921. p.1.

⁶³ Pacotilha. 24 ago. 1921. p.1.

⁶⁴ Diário de São Luís. 24 ago. 1921. p. 3.

A revista semanal “O Garoto” entrou na briga ao lado do governo atacando a imprensa e os parguistas, publicou uma matéria intitulada “O crime de Henrique Dias”, na qual dizia:

[...] Numa ocasião em que o governo lhe delegara a embaixada da paz, entre irmãos que digladiavam levados pelo enganoso fraseado da serpente paradisíaca; ele [...] transformou a espada, que devia honral-a, em fuzil mortífero, esquecido da missão honrosa que lhe fôra designada [...].

Falsários da imprensa, rotineiros da maldade e da disfarçatez nunca vistas; os homens do grupelho de Herculano Parga [...] condemnando antes Henrique Dias, como criminoso, ao mando do governo [...].

Saiba, pois, o leitor a razão porque o Nascimento [Moraes, redator do Diário de São Luís] faz oposição ao governo: porque não o nomeou diretor do Liceu e nem o manda metter na penitenciária por crime de defloração numa aluna. [...].⁶⁵

Os desdobramentos tomaram tal proporção que o senador do Maranhão Godofredo Viana, utilizou a investigação como prova do interesse do governo em esclarecer os acontecimentos e usou a tribuna do senado para defender o governador, afirmando que:

dos sessenta e quatro municípios apenas em sete⁶⁶ existe força militar [...] [quanto aos acontecimentos da Matta] houve excessos positivamente selvagens executados pela força policial. Revela, entretanto, notar que cem vítimas noticiadas com escândalo e horror foi apenas uma multiplicação feita pela mente incendiada da paixão partidária⁶⁷.

O tenente Antonio Henrique Dias ainda declarou que estava sendo coagido a retirar o que dissera e a assumir a autoria dos fuzilamentos, tendo agido por conta própria, que o governador o protegeria⁶⁸ mas, ao invés disto, ele continuou afirmando ter apenas cumprido ordens. Estas declarações o levaram a ficar incomunicável no quartel fazendo com que o Diário de São Luís a acirrasse cada vez mais as críticas ao governo.

O próprio governador Urbano Santos foi obrigado a conceder entrevista à Pacotilha para se defender das acusações e disse:

eles já sabiam o que iam fazer na Matta [?] onde as notícias diziam que se preparava uma Revolução que agissem conforme as circunstâncias aconselhassem [...] [quanto a Deoclides Mourão, o governador disse que] uma comissão militar da natureza da que iam desempenhar, não se olhava a posição nem a classe dos indivíduos

⁶⁵ O Garoto. 27 ago. 1921, p. 1.

⁶⁶ Viana, Monção, Balsas, Benedito Leite, Mirador, Codó e Engeitado. (Diário Oficial do Estado do Maranhão. 17 ago. 1921, p. 3).

⁶⁷ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921. p. 21-23.

⁶⁸ Diário de São Luís. 25 ago. 1921, p. 1.

envolvidos na desordem. A força somente podia considerar que tinha diante de si duas ordens de pessoas – os homens pacíficos e os desordeiros [...].⁶⁹

Essa entrevista não desmente totalmente as acusações do tenente Antonio Henrique Dias, até as ratificam em alguns pontos, complicando ainda mais a situação do Presidente do Estado. Esta entrevista gerou vários dias de discussão entre a Pacotilha e o Diário de São Luís, aquele defendendo e este atacando.

Na tentativa de esboçar uma defesa, o tenente Antonio Henrique Dias ainda afirmou que havia um complô para matá-lo, durante a expedição. Ao perceber que não tinha mais como negar os fuzilamentos, ele acabou confessando ao tenente Rodolpho Figueiredo que:

[...] havia ordenado o fuzilamento de quatro homens, cangaceiros, reconhecidos criminosos que se achavam presos no quartel da Matta; que assim fizera para não ser morto, pois recebera notícias de que esses quatro cangaceiros se encontravam em piquetes avançados com incumbencia expressa de mata-lo, tendo até os seus signaes característicos principalmente quanto a sua cor, signaes fornecidos pelo desenbargador Mourão. [...] Foi tomado de grande pavor, e, por isto, ordenara os fuzilamentos.⁷⁰

Em princípio de setembro de 1921 o Major Bello terminou o inquérito chegando à conclusão de que foram fuzilados quatro indivíduos a mando do Tenente Antonio Henrique Dias. Mas antes da chegada deste inquiridor à Matta, o coletor José Lopes Pedra Sobrinho aterrorizou a população dizendo que o Major iria sangrar os que falassem em assassinato, espalhando ainda que “Manoel Bernardino estava preso e condenado a trinta anos de prisão, e que não voltaria mais à Matta.”⁷¹ Quando o Major Bello chegou ao povoado, foi o coletor José Lopes Pedra quem o “guiou” pela região. Portanto, a conclusão do inquérito perde credibilidade devido à coerção que as pessoas da Matta foram submetidas antes e durante a visita do inquiridor.

Em meados de setembro surgiram denúncias de terem sido praticados muitos saques na Matta e encontradas mais quatorze ossadas humanas em um açude da Matta, levando a um novo inquérito, este feito pelo Delegado Geral do Estado, João da Costa Gomes, em cujo relatório⁷² afirmou que partiu para Codó dia 22 de setembro de 1921 e

⁶⁹ Pacotilha. 25 ago. 1921. p.1.

⁷⁰ Diário Oficial do Estado do Maranhão, 13 set. 1921. p. 6.

⁷¹ Diário de São Luís. 21 ago. 1921, p.1.

⁷² Diário Oficial do Estado do Maranhão. 24 out. 1921, p.1-8.

para a Matta quatro dias depois acompanhado, entre outros, do subdelegado do Curador, o capitão Sebastião Gomes de Gouveia.

Quando o delegado José da Costa Gomes chegou a Codó, antes de partir para a Matta, encontrou detido o coletor José Lopes Pedra Sobrinho, acusado de ocultar os cadáveres e ser cúmplice nos fuzilamentos fornecendo uma lista dos “cangaceiros” ao tenente Dias. Mesmo diante destas acusações o delegado geral, João da Costa Gomes, mandou soltá-lo sob alegação de que a lista era apenas uma suspeita, que os cadáveres já teriam sido vistos por muitas pessoas e por não ter sido pego em flagrante.

Seguiram para a Matta o delegado Costa Gomes acompanhado do capitão Sebastião Gomes, do cabo Pedro Ribeiro Onça (Pedro Onça) e outros. Em todos os povoados da região, por onde passaram e inquiriram o povo, ouviram negativa de saques, a não ser da senhora Maria Paca, que afirmou ter sido sua casa saqueada e perdido muitos bens, e a confirmação de apenas quatro mortos pelos fuzilamentos ordenados pelo tenente Antonio Henrique Dias.

Na Matta, Felipe Moreira disse ter mandado vários homens dar buscas no mato em todas as direções e estes encontraram quatorze ossadas, mas estas não eram humanas sendo de jumentos e cachorros, esta afirmação foi confirmada, posteriormente, pelo desembargador Deoclides Mourão.

Os quatro cadáveres dos fuzilados, mesmo tendo sido ocultados por Lopes Pedra, foram sepultados próximos ao local onde foram encontrados. O delegado geral, José da Costa Gomes, disse ter mandado dar buscas no mato e no açude onde diziam ter cadáveres boiando e ossadas nada sendo encontrado. Investigou também uma morte ocorrida na Serra da Boa Vista, mas confirmou-se, pelo depoimento de parentes, se tratar de uma jovem de nome Maria, filha de Manoel Caetano, morta em 30 de setembro de 1921, não tendo nenhuma relação com os fuzilamentos.

Não foram confirmados os saques, apenas pequenos furtos e, no dia vinte e nove de setembro, o delegado José da Costa Gomes fez uma audiência pública ao ar livre para tranquilizar o povo, dizendo que:

O governo não era inimigo, antes amigo do povo. Inimigos eram os que perturbavam a ordem e a paz na Matta, pregando idéias revolucionárias, o derramamento de sangue, a rebelião contra os poderes constituídos, convidando os incautos e os ingênuos a uma incursão armada na cidade do Codó. Eleições não se faziam com armas. O rifle não era voto. Pregava ali o socialismo um homem inculto a outros homens ainda mais incultos do que elle. Dest’arte, o

socialismo da Matta era um crime, pois constituía um perigo imminente, de conseqüências funestas. O governo queria a paz e o trabalho e não a desordem.⁷³

Terminada a investigação feita pelo Delegado Geral do Estado, João da Costa Gomes, concluiu-se que apenas quatro homens foram fuzilados por ordem do tenente Antonio Henrique Dias, não sendo confirmadas as denúncias de ossadas e outros assassinatos. Por sugestão de Deoclides Mourão o governo enviou ferramentas (facão, foice, enxada, machado) para os trabalhadores da Matta para compensar os furtos sofridos durante a invasão⁷⁴.

Em São Luís, o Diário de São Luís publicou que no terminal ferroviário de São Luís, Manoel Bernardino estava presente na hora do embarque e bradou contra o capitão Sebastião Gomes: “-Ali está, meus senhores o principal responsável pelos crimes da Matta, ali está o homem perigoso que persegue os pobres, os pequenos, e no entanto a lei os protege! Assistentes atônitos ouviram estas palavras que rebentavam do íntimo, numa explosão de mágoa”⁷⁵.

Vê-se que a coragem de Bernardino beirava a insensatez, desafiar e ofender em público uma autoridade policial dada a todo tipo de arbitrariedade em uma região em que ele “é a lei” e para onde o próprio Bernardino regressará, parece quase um suicídio.

De regresso à Matta, em 20 de outubro de 1921, Manoel Bernardino escreveu uma carta a Urbano Santos, com cópia ao Diário de São Luís, onde denunciava a inconfiabilidade do inquérito feito pelo delegado João da Costa Gomes, pois antes de sua chegada, os senhores Sebastião Gomes e Pedro Onça (ambos acompanharam o Delegado durante sua investigação) atemorizaram a população (semelhante ao que teria feito José Pedra antes da chegada do Major Bello) dizendo que “não queriam saber de histórias, pois se o governo ainda os mandasse aqui seria para acabar o resto do povo”, isto fez a população abandonar o povoado, pois não tendo como se proteger, visto suas armas terem sido tomadas pelo subdelegado Sebastião Gomes durante a ocupação, e que estão todos sendo constantemente ameaçados por grupos do capitão Sebastião Gomes e do coletor José Lopes Pedra Sobrinho. Disse na mesma carta que:

Faltam dois homens que se achavam na Matta quando foi cercada pelas forças: Manoel Sansão e Francisco Velho, dos quais ninguém sabe o paradeiro. Os Srs. Pedra [José e o seu irmão] estão

⁷³ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 24 out. 1921, p.5.

⁷⁴ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 26 set. 1921, p. 4.

⁷⁵ Diário de São Luís. 31 out. 1921, p.1

atemorizando o povo ignorante, dizendo que o Tenente Dias vem com duzentas praças atacar novamente a Matta.⁷⁶

A inconfiabilidade das investigações pode ser verificada em todos os inquéritos realizados: o primeiro, feito pelo Major Bello, foi acompanhado pelo coletor José Lopes Pedra Sobrinho, acusado de ocultar os cadáveres dos fuzilados, incentivar o tenente Dias aos fuzilamentos e aterrorizar a população antes da chegada do major.

O segundo inquérito feito pelo delegado de Codó, Sr. Carlos Bayma, “comprovou que Manoel Bernardino queria impedir eleições, saquear e roubar. Moradores pedem não deixar Manoel Bernardino voltar à Matta”⁷⁷. Contrariando esta afirmação, o juiz de direito da cidade de Tutóia, senhor Francisco Moreira (filho de Felipe Moreira), concedeu uma entrevista ao Diário de São Luís que o perguntou, entre outras, se Manoel Bernardino é mal visto na Matta (como disse o Delegado de Codó na conclusão de seu inquérito) ao que o juiz respondeu:

- Absolutamente. A maioria dos habitantes, que me procuraram na Matta, fala bem de Manoel Bernardino e lá o aguarda ainda ansiosamente. Manoel Bernardino é um tipo curioso, homem de muita atividade e pronto sempre a amparar os infelizes e perseguidos. As mal querenças que adquire nascem desse seu proceder generoso [...].⁷⁸

A terceira investigação, feita pelo Delegado Geral do Estado, Dr. João da Costa Gomes, foi acompanhada pelo capitão Sebastião Gomes de Gouveia, que era, sabidamente, inimigo de Manoel Bernardino e tendo efetuado várias prisões durante a crise no início do mês de agosto. Além disto tudo, vale ressaltar a denúncia feita por Bernardino de coerção sofrida pelo povo antes, durante e depois das investigações.

Os três inquéritos concluem que apenas quatro lavradores foram mortos sob comando do tenente Antonio Henrique Dias. O Delegado Geral do Estado, João da Costa Gomes, ainda apurou um outro assassinato em um dos piquetes feitos por Sebastião Gomes, mas ajudado por Felipe Moreira, o crime foi dado como falso. Em sua carta (a Urbano e ao Diário de São Luís) Manoel Bernardino denunciou o desaparecimento de mais duas pessoas.

A memória coletiva não guardou o número exato de fuzilados, mas muitos entrevistados dão um número aproximado de três ou quatro, poucos se arriscam a falar

⁷⁶ Diário de São Luís. 8 dez. 1921. p.1.

⁷⁷ Diário de São Luís. 20 ago. 1921. p.1.

⁷⁸ Diário de São Luís. 28 set. 1921. p.1-2.

em número superior a dez, possivelmente pelo pequeno número de moradores do povoado que havia na época.

Baseado, principalmente, nos maiores interessados em dilatar o número de mortos: Deoclides Mourão, que concordou com os números; Felipe Moreira que também era oposicionista e amigo de Manoel Bernardino, confirmou apenas quatro fuzilados; e o próprio Manoel Bernardino que denunciou o desaparecimento de mais duas pessoas mas sem comprovar que foram assassinadas; a partir desta pesquisa, acreditamos que foram fuziladas, sob comando do tenente Antonio Henrique Dias, somente as quatro pessoas relatadas no inquérito do delegado João da Costa Gomes, com remota possibilidade de mais dois mortos em conflitos com Sebastião Gomes ou José Lopes Pedra Sobrinho, totalizando, no máximo, seis mortos.

O local onde os corpos dos fuzilados foram enterrados é chamado pelos moradores da cidade de Dom Pedro de “Cemitério dos Afuzilados”, *sic*. Contou-nos a senhora Maria de Lourdes Vieira de Macedo, moradora do povoado onde ocorreram os fuzilamentos, que apenas uma vez a Igreja Católica se manifestou. Foi quando um padre chamado Lula, na década de 70, “fez questão de visitar, de ir lá [no local onde os fuzilados foram sepultados], e ele disse que não era mais pra gente chamar alma dos afuzilados, chamar alma dos inocentes, porque eles morreram inocentes”⁷⁹.

Esta tentativa de substituir o nome do “Cemitério dos Afuzilados” por “Cemitério dos Inocentes” foi um eufemismo rejeitado pela população que visita o local anualmente, especialmente no Dia de Finados (02 de novembro), pra pagar promessas e manter viva a memória dos fuzilamentos, através deste local que funciona como um dos “lugares de apoio da memória” que, conforme Michael Pollak (1992, p. 3), pode servir de relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma ou de um período “vivido por tabela”.

3.5 Punições para os culpados

Com as investigações encerradas, foi realizado no dia 26 de outubro de 1921, em Codó, o julgamento do tenente Antonio Henrique Dias e das praças executoras da

⁷⁹ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor no povoado de Pedro I (Mata Velha, antiga Matta), Dom Pedro em 21/06/2009.

ordem, pelos crimes cometidos na Matta. Para surpresa e revolta de muitos: todos foram absolvidos por unanimidade. O júri foi acusado de ser altamente tendencioso e composto por pessoas dependentes dos interessados na absolvição.

O Diário de São Luís, como era de se esperar, se manifestou duramente. Vejamos um trecho com uma opinião bastante lúcida quanto às responsabilidades:

A sessão do júri [...] foi verdadeiramente escandalosa.
Em regozijo pela sua absolvição os seus amigos tocaram foguetes do Auto da Fábrica.
A defesa feita pelo promotor Cortez sobrepujou a do advogado Cecílio Lopes.
O resultado coloca o Presidente Urbano na posição de responsável pelos crimes [...].
A opinião pública está indignada.⁸⁰

A Pacotilha que deveria calar-se ou pelo menos amenizar as declarações, visto ser um órgão da situação e a absolvição dos acusados colocaria o governador na condição de mandante, também bravejou, mas culpando apenas o tribunal, em uma matéria intitulada “o regime da impunidade”:

[...] numa terra onde é possível uma absolvição unânime de réus [os executores diretos também foram, claro, absolvidos] de crimes tão bárbaros [...] desaparecem, positivamente, as garantias de tranqüilidade, que todos tem o direito de esperar no seio de um povo civilizado. [...] A sociedade precisa de conhecer, na sua composição, esse tribunal maldito [...] “Quando as leis cessam de proteger os nossos adversários, virtualmente cessam de proteger-nos”. É uma advertência de Rui Barbosa [...] Ontem foi ao Codó. Amanhã onde será? No Itapecurú? Em Picos? Esperemo-lo. Os fatos não devem tardar.⁸¹

Um telegrama, assinado pelos oficiais: tenente-coronel Bello, major Ulisses, capitão Nogueira, tenentes Sousa, Sampaio, Gaudêncio e, curiosamente, Taurino, foi enviado ao governador Urbano Santos, que se encontrava no Rio de Janeiro, com severos protestos afirmando que:

Juri do Codó influenciado por homens sem escrúpulos, acabaram de absolver tenente Dias. Este acto constitui degradação moral com que acabam de ferir profundamente a sociedade, confiava na punição do criminoso, leva-nos dever em nome do sentimento de humanidade apresentar nossos protestos. Unânicos sentimento de saneamento moral da unidade a qual pertencemos, saberemos evitar contato com aquele que barbaramente desonrou a dignidade do corpo militar cujas honrosas tradições não comportam tamanho ultraje.⁸²

⁸⁰ Diário de São Luís. 27 out. 1921. p. 3.

⁸¹ Pacotilha. 31 out. 1921. p.1. Grifo nosso.

⁸² Pacotilha. 28 out. 1921. p.1. Incluímos nesta transcrição os artigos, preposições, conjunções e demais conectivos que são suprimidos em telegramas.

Inúteis foram os protestos e as críticas que se seguiram. Ninguém foi devidamente punido, o tenente assassino, Antonio Henrique Dias, foi promovido a major e continuou sua carreira até o ponto mais alto da hierarquia estadual, Comandante da Polícia Militar do Maranhão. O possível mandante, governador Urbano Santos da Costa Araújo, elegeu-se vice-presidente da República ao lado de Artur Bernardes, não tendo assumido o mandato pela sua morte antes da posse, em 07 de maio de 1922.

4 MANOEL BERNARDINO, O LENINE MARANHENSE: LAVRADOR, SOCIALISTA, ESPÍRITA, REVOLTOSO, VEGETARIANO.

No que tange à cultura política referente aos envolvidos nos fuzilamentos, percebemos que a quase totalidade das entrevistas realizadas e as poucas obras escritas que citam Manoel Bernardino de Oliveira, tendem a enaltecer sua pessoa descrevendo-o como um homem corajoso, trabalhador e honesto chegando a ser chamado de “Robin Hood sertanejo” (FILHO, 2007, p.132). Alguns poucos entrevistados, entretanto, o avaliam como um homem violento que utilizava da coerção para conseguir seus objetivos.

Existe uma controvérsia quanto ao local de nascimento de Manoel Bernardino de Oliveira. A maioria das fontes orais e escritas pesquisadas o coloca como sendo proveniente da região pertencente à cidade do Crato, no estado do Ceará, de onde vem sua família e vários conhecidos seus (FILHO, 2007, p.133; BRAGA, p.18). O senhor Felinto da Silva Ribeiro⁸³ nos informou que ouviu de um sobrinho e de uma das filhas de Bernardino que este era da região de Caldeirão na divisa do Piauí com o Ceará e era considerado cearense.

Entretanto, no depoimento de Manoel Bernardino prestado ao Delegado Geral do Estado do Maranhão, João da Costa Gomes, em 19 de agosto de 1921, no inquérito aberto para apurar os fuzilamentos ocorridos na Matta, Manoel Bernardino relatou sua vida de forma quase autobiográfica até o ano de 1921, e foi identificado como sendo piauiense.⁸⁴

O certo é que Manoel Bernardino era um lavrador nascido em 1882. Fugindo da seca foi procurar abrigo no Maranhão em 1900 passando pela cidade de Codó e indo fixar-se em um povoado chamado Engeitado, onde viviam vários parentes seus. Viúvo, casou-se no ano seguinte e trouxe parte de sua família (dez pessoas) do Ceará, em 1902.

De 1903 a 1912, dedicou-se ao extrativismo (principalmente do caucho usado na fabricação da borracha) no estado do Pará, visitando periodicamente os seus parentes no

⁸³ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor na cidade de São Luís-MA em 01-02-2010.

⁸⁴ Este depoimento está disponível no Diário Oficial do Estado do Maranhão de 22 set. 1921, p. 2-9.

Maranhão. Chegou a trabalhar como lavrador “alugado” (em 1906) e a ganhar, posteriormente, cinco contos de Réis.

Em 1912, Bernardino voltou ao Maranhão descendo o rio Tocantins até Belém e de lá para São Luís de onde seguiu para a cidade de Mirador. Foi, segundo ele em seu depoimento, que neste ano, entrou em contato com o socialismo mas não detalhou este contato nem citou nomes de pessoas ou livros iniciais. Este contato pode ter ocorrido, provavelmente, na passagem pelas capitais paraense ou maranhense.

Nesse mesmo ano de 1912, um abastado habitante de Mirador, chamado Olympio Souza, ameaçou de espancamento uma senhora de nome Anna, parenta de Bernardino. Esta veio até sua casa pedir-lhe socorro, ao que Bernardino resolveu interceder e conversar com Olympio, mas este teria afirmado que “nem ele (Bernardino) nem outro qualquer ali era capaz de intervir nos seus atos” ao que Manoel Bernardino respondeu que não permitiria o espancamento e “que se precisasse de companheiros para as armas, tê-los-ia”⁸⁵. Prepararam-se para um conflito armado entre Bernardino e Olympio.

Embora Bernardino afirmasse não confiar na polícia de Mirador, na tentativa de evitar o confronto, foi à Justiça com cinco companheiros pedir o prosseguimento do processo contra Olympio por balear um rapaz e por vários defloramentos de moças imputados a ele, ao que lhe responderam as autoridades de nada adiantar, pois o ferimento fora leve e quanto aos defloramentos nenhum processo existia contra ele.

Assim, Bernardino comprou dois rifles e dez caixas de balas mandando buscar mais quarenta caixas em Picos (atual cidade de Colinas - MA), onde Olympio se encontrava com o mesmo objetivo. O conflito era iminente, pois havia uma “corrida armamentista” entre os envolvidos, foi quando os boatos chegaram ao juiz municipal de Mirador que marcou uma audiência e, pela pressão dos habitantes do Engeitado e de Mirador, deliberou-se que Olympio se retirasse do município, especialmente por não “respeitar as famílias da região”, e este se mudou para a cidade de Grajaú.

Em 1915 Manoel Bernardino mudou-se para um povoado chamado Palma, distrito de Curador (atual Presidente Dutra - MA), município de Barra do Corda. A escassez de água fê-lo abrir uma estrada, de mais ou menos vinte quilômetros (quatro ou cinco

⁸⁵ Diário Oficial do Estado do Maranhão de 22 set. 1921, p. 2.

léguas), do lugar Escondido para a Matta em 1916. O Congresso do Estado pagou-lhe uma gratificação de 500 mil Réis pela abertura da estrada.⁸⁶

Esta gratificação rendeu a Herculano Parga a simpatia e o apoio político do retirante. Segundo Pedro Braga, em sua novela *Batevento*, esta estrada provocou ameaças por parte de um fazendeiro que se sentiu prejudicado, pois a estrada antiga passava em frente à sua fazenda e a estrada nova estaria lhe tirando a importância. Às ameaças sofridas, Bernardino (Manoel Batevento, na novela) teria respondido: “se vierem, para eles eu tenho é bala! que eu lhes arranco a cabeça com bala” (Braga, s/d, p.12).

Como no ano de 1916, Bernardino dedicara-se à abertura da estrada e perdeu o período de plantio, este se dedicou ao ensino gratuito das primeiras letras às crianças do povoado da Matta, em sua própria residência visto não haver escolas no povoado. Este fato nos leva a perceber que havia, por parte de Bernardino, um grande interesse pela educação das crianças, talvez este interesse tenha permanecido na memória coletiva da sociedade dompedrense e esta tenha procurado aí, um motivo para a revolta que originou os fuzilamentos de 1921.

A partir de então, Manoel Bernardino dedicou-se à lavoura do algodão para ser utilizado nas fábricas têxteis da cidade de Codó. Começou plantando quarenta tarefas (uma linha ou 125 m²) tendo prejuízo total por causa de uma praga de lagarta rósea. No período seguinte plantou sessenta e quatro tarefas obtendo boa colheita e, no seguinte, vinte tarefas tendo novamente prejuízo. Para 1920 foi mais ousado e plantou cento e vinte tarefas de roça.

Para solucionar os conflitos na região, onde o Estado só se fazia presente na cobrança de impostos, na pessoa do coletor José Lopes Pedra Sobrinho (José Pedra), Bernardino criou um órgão de justiça popular chamado “Liga de Defesa”. Segundo Bernardino, ele tinha o hábito de organizar esta Liga, que contava com mais de cem homens,

com o fim de garantir a ordem, pela falta de policiamento nos lugares distantes das sedes dos municípios mais de vinte a trinta leguas. E sempre aconselha a que ninguém tome vingança, sem primeiramente

⁸⁶ Diário Oficial do Estado do Maranhão de 22 set. 1921, p. 3.

combinar com todos os companheiros, sob pena de ficar excluído da liga, por agir por conta própria⁸⁷.

Segundo o Sr. Eurípedes Bernardino, sobrinho de Manoel Bernardino, entre as ações da Liga estava o combate aos “roubos, as fraudes, até questões sexológicas, como desvirginamentos”⁸⁸, ou seja, exercia a justiça de forma popular.

O escritor José Pedro de Araújo Filho entende que: “Munido de idéias revolucionárias, e educado no modelo do sertão do Ceará, onde os fazendeiros formavam seu próprio exército objetivando a defesa da família e de seus ideais, em poucos anos Manoel Bernardino já possuía sua própria força paramilitar também” (FILHO, 2007, p.138). Esta interpretação coloca a Liga como uma força paramilitar semelhante aos jagunços que os fazendeiros possuíam sob seu comando.

No nosso entendimento, no entanto, a Liga de Bernardino parece ter tido um caráter mais “democrático” em suas ações. É claro que o papel de “líder” desempenhado por Bernardino, provavelmente lhe conferia maior autoridade nas decisões, mas não nos parece que os homens que compunham essa organização armada devesse uma “obediência cega” ao seu líder, como a que os jagunços tinham com os fazendeiros.

Ainda em 1920 apareceu ali o Sr. Raymundo de Araújo Arruda, fazendeiro e pecuarista, influente na região de Codó e em outros municípios onde possuía fazendas. Arruda era acusado de haver prostituído duas meninas na Matta: Antonia e Margarida, ambas com 14 anos de idade, estes atos eram reprovados publicamente por Manoel Bernardino o que causava um certo atrito entre ele e Raymundo Arruda.⁸⁹

Sabendo da intenção de um parente de Antonia em casar-se com ela, Raymundo Arruda armou homens, ameaçou incendiar a casa da mãe da menina e disparou uma fuzilaria de rifles no povoado da Matta com a finalidade de aterrorizar o pretendente mas este, ao invés de fugir do povoado, correu à casa de Manoel Bernardino pedindo-lhe armas, que lhes foram negadas. Pela manhã, Bernardino saiu pelo povoado reprovando as ações de Arruda, que já saíra da localidade.

Alguns meses depois, Raymundo Arruda voltou a armar homens para “tirar a existência” de Manoel Bernardino e este saiu em busca dos homens da Liga de Defesa

⁸⁷ Diário Oficial do Estado do Maranhão de 22 set. 1921, p.4.

⁸⁸ Entrevista concedida ao autor (gravada em fita magnética). São Luís, 07/07/2003. Fita P3-A.

⁸⁹ Diário Oficial do Estado do Maranhão de 22 set. 1921, p.3.

reunindo, em dois dias, 70 homens armados com rifles e espingardas. Não conseguindo o contingente esperado, Arruda foi a Codó pedir ajuda às autoridades, ou seja, mobilizar força policial contra Bernardino. Em três dias chegou uma intimação para Manoel Bernardino e este compareceu acompanhado das meninas prostituídas, dos pais das adolescentes, de testemunhas e de 6 homens armados.

A esta altura Codó estava alarmada, pois o coletor José Pedra espalhara que Bernardino e setenta arruaceiros invadiriam a cidade. O Delegado Carlos Bayma já havia preparado um telegrama pedindo forças ao Governo, não tendo sido enviado por protestos da Câmara Municipal.

Na audiência com o juiz e os envolvidos, foi firmado um acordo dizendo que:

Se apesar de Harmonizados, como iam houvesse depois alguma divergência, deveriam [...] se entender com o inspetor de quartelão [...] [ou] se deviam dirigir ao Delegado de polícia do Codó. [...] Quanto aos defloramentos [...] nada mais podia fazer, por haver decorrido o prazo legal. E aí por diante nenhuma desinteligência houve entre o declarante [Manoel Bernardino] e o Sr. Arruda⁹⁰.

Sobre este caso, o escritor Felinto Ribeiro, em seu conto intitulado “Arruda é remédio de mulher”, apresentou outra versão para o acordo. Segundo o contista, Arruda resolveu o problema dando 500 mil Réis ao Delegado que usou parte para subornar os pais das vítimas para que estes tirassem a acusação contra Arruda e virando-se para Bernardino o delegado teria falado com sarcasmo: “-Se os pais das possíveis vítimas não denunciaram o Raimundo, o que tens tu com isso, já que não és parte nenhuma delas? Se tu não tens virilidade Bernardino, larga a vida de Arruda e fica sabendo que arruda é remédio de mulher!” (RIBEIRO NETO, 2001, p.122). Uma forma jocosa de perpetuar mais este fato da vida deste lavrador na memória popular.

Foi também nesse período que se intensificou a crise entre Bernardino e o coletor de impostos do Estado, Sr. José Lopes Pedra Sobrinho (José Pedra ou Zeca Pedra). José Pedra, segundo Bernardino, tem vexado o povo, exigindo impostos, sem se compadecer nem mesmo dos aleijados, “como no caso do Sr. Sabino Bia, velho, indigente, o qual, por haver matado um boi, que lhe fora dado pelo Sr. Felipe Moreira, foi logo collectado pelo Sr. José Pedra, que, com o inspetor de quartelão Francisco Campos, exigiu a entrega do coiro da rez”, além disto, José Pedra, tornara-se um grande fazendeiro e soltava seus animais nas roças dos lavradores pobres e autorizava seus

⁹⁰ Diário Oficial do Estado do Maranhão de 22 set. 1921, p.5.

amigos a criarem porcos soltos, danificando o açude de uso comum e prejudicando os pequenos lavradores⁹¹.

Manoel Bernardino afirma ainda que o povo da Matta odeia o coletor a tal ponto que, se não fosse por sua intervenção, já lhe teriam tirado a vida. Assim, foi no intuito de salvá-lo que o coletor foi “convidado” a se retirar da Matta em fins de julho de 1921 e também porque se o matasse a culpa cairia sobre o próprio Bernardino.

A forma na cobrança de impostos era feita em termos aproximativos, o pagamento do porcentual aos coletores variou entre 1/4 e 1/5 das rendas arrecadadas (REIS, 1992, p.138). Quem, de fato, decidia a taxa de imposto a ser cobrada era o coletor, com este poder Lopes Pedra cobrava os tributos de acordo com sua vontade encontrando em Bernardino grande oposição que culminou na sua expulsão do povoado.

Quanto aos acontecimentos que precederam o envio de tropas pelo governo, Manoel Bernardino afirmou que escreveu uma carta ao Major Euclides Maranhão em Barra do Corda para saber sobre os boatos de intervenção militar por parte do governo no dia das eleições de 1º de setembro de 1921.

Esta carta foi apreendida pelo subdelegado de Curador, Sebastião Gomes, e como um trecho da carta falava em “batismo de sangue”, o subdelegado comunicou-se com o juiz Walfredo Lira em Barra do Corda que enviou dois telegramas ao governador dando conta de um levante armado contando com até mil homens armados para atacar a cidade de Codó no dia da eleição (01/09/1921).

Diante dessas informações, o governador Urbano Santos enviou uma força militar chefiada por dois tenentes e comunicou-se com Sebastião Gomes, autorizando-o a armar paisanos para agir contra Manoel Bernardino.

Os acontecimentos descritos por Manoel Bernardino em seu depoimento são a sua versão dos fatos, da chegada ao Maranhão até o ano de 1921, quando o governo enviou tropas militares para a Matta ocasionando os fuzilamentos.

Como dissemos no capítulo anterior, existem duas culturas históricas sobre a causa do envio de militares à Mata: uma confunde os Fuzilamentos da Matta (1921) com a passagem da Coluna Prestes pelo Maranhão (1925); outra, “mais popular”, é a de que os moradores da Matta, liderados por Manoel Bernardino, foram à cidade de Codó

⁹¹ Diário Oficial do Estado do Maranhão de 22 set. 1921, p.5.

solicitar uma professora para lecionar às crianças do povoado e, não sendo atendidos, começaram a revolta, ocasionando o pedido de auxílio militar ao governo estadual pelo prefeito de Codó.

Esta causa, muito presente na memória coletiva da região, dá a Manoel Bernardino um *status* de herói que lutava pela educação. Entretanto, esta segunda cultura histórica não é ratificada por Manoel Bernardino ou por qualquer outra fonte oral de 1921.

Alguns escritos sobre os fatos, como os cordéis, tratam desta questão envolvendo a negação ao pagamento de impostos demonstrando que isto permaneceu na memória popular como um dos motivos do envio de tropas. Também alguns depoimentos prestados nos inquéritos realizados pelo Delegado Geral, João da Costa Gomes, dão conta da opinião de Manoel Bernardino como sendo contrário à cobrança e ao pagamento de impostos.

Quanto às fontes orais colhidas através de entrevistas, os entrevistados misturam três episódios diferentes da vida de Manoel Bernardino. Os fatos referentes aos Fuzilamentos de 1921 sempre se referem à busca por uma professora na cidade de Codó, ocasionando o envio de forças militares à Matta; a adesão à Coluna Prestes em 1925 refere-se a uma incorporação forçada de muitos camponeses, fazendo com que muitos homens fugissem para as matas, e às vezes os entrevistados parecem misturar as ações da Coluna com as ações dos militares que perseguiram a Coluna; o terceiro fato é o retorno de Bernardino ao povoado, após a deserção da Coluna, quando ele passa a ser vegetariano e “radicalmente pacifista”.

Então, na memória coletiva dos entrevistados temos três Bernardinos que aparecem misturados: um trabalhador valente que lutava pela educação; um revoltoso que forçava pessoas a entrar em seu bando; e um pacifista que “não matava uma mosca”, literalmente.

O Sr. Félix Macedo⁹², lavrador com 73 anos de idade, morador do povoado Pedro I, onde ocorreram os fuzilamentos, afirmou-nos que Manoel Bernardino “era um homem de bem, dizem que não perseguia ninguém, apenas ajudava muito o pessoal, é tanto que essa revolta foi por causa de alguma coisa que era para o bem da comunidade [mas também] era um homem que não guardava desaforo”. Ratificando esta idéia, o Sr.

⁹² Entrevista citada.

João Pereira Teixeira, morador do povoado Cruzeiro⁹³, é enfático ao afirmar que “perversidade ele não fazia não [...] era um homem de bem”⁹⁴.

A Senhora Maria Helena Costa Jadão⁹⁵, embora demonstre uma certa insatisfação por Bernardino ter matado o gado de seu pai, é da opinião que “ele era muito trabalhador, tinha uma lavoura muito grande, botava muita gente pra trabalhar [...] ele tinha conhecimento, não era à toa não” e, mesmo com os prejuízos causados a seu pai ela diz que Bernardino “não era bandido não, ele era um homem trabalhador”

O senhor Antonio Rodrigues Almeida⁹⁶, lavrador e comerciante com 63 anos de idade, nos contou que na hora de reunir as pessoas para sua revolta (possivelmente para o ingresso na Coluna Prestes) :

Manoel Bernardino foi igual Lampião , foi pegando gente e aquele que não queria ir ele matava, prendia, fazia o diabo [...] meu pai foi um que correu de lá [da Matta], foi pra Mata do Ambrósio [para não ser incorporado ao bando] falavam que ele era um homem de bem, ele ficou com raiva por causa desse negócio [da negativa do prefeito de Codó em conceder uma escola para o povoado].

Apesar da memória coletiva, na cidade de Dom Pedro, tender majoritariamente a enaltecer Manoel Bernardino, alguns entrevistados apresentaram opinião diversa. A senhora Maria Almeida da Silva,⁹⁷ de 91 anos, com a memória bastante desgastada, nos relatou uma face ruim de Manoel Bernardino pois, segundo ela, “ele judiou muito com o povo [...] ele era muito perverso [...] não deixava o povo pegar água num açude que tinha, ele fez muita ruindade”.

A professora Camélia Rocha dos Santos,⁹⁸ com 67 anos de idade, foi mais longe dizendo que ouvia muito o pai falar desses acontecimentos e que Manoel Bernardino:

O que eu ouvi falar foi pelo meu pai que [Bernardino] nada mais era, [...] do que um revoltoso, ele não tinha nenhum ideal a não ser o de roubar e matar [...] ele nunca pensou em escola [...] por onde eles passavam iam pegando os lavradores, as pessoas de bem, e metendo as pessoas no bando à força [...] acho q eles foram até Grajaú, nesse

⁹³ Este povoado é habitado, prioritariamente, por ex-escravos que trabalhavam em uma fazenda próxima chamada Pão de Ouro. Manoel Bernardino mantinha estreitas relações com seus moradores, especialmente com o Inspetor de Quarteirão, o Sr. Cyrillo Francisco Raul.

⁹⁴ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor no povoado Cruzeiro. Dom Pedro. 20/06/2009

⁹⁵ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor em Dom Pedro. 14/11/2009.

⁹⁶ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor em Dom Pedro. 18/06/2009.

⁹⁷ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor em Dom Pedro. 18/06/2009.

⁹⁸ Entrevista citada.

desespero, matando e roubando [...] meu pai foi se esconder nas matas pra se livrar dele senão teria sido um dos prejudicados.

A senhora Maria Helena Costa Jidão,⁹⁹ aos 78 anos de idade, nos fez um relato de quando Manoel Bernardino foi à fazenda de seu pai à procura, principalmente, de armas. Ela diz:

eu me criei vendo contar essa história que eles viraram revoltosos, quando chegavam numa fazenda eles atacavam, tomavam as armas das pessoas, matavam o gado, carregavam o que queriam e deixavam o resto da carne se estragando no mato, deixavam os animais deles cansados e carregavam os bons das pessoas, onde eles encontravam um animal bom eles carregavam e deixavam os deles [...] pra meu pai eles chegaram e intimaram ele a entregar a arma e ele disse cadê a autorização de uma autoridade pra eu entregar essa arma?

Ela prosseguiu, dizendo que eles saíram pra buscar essa autorização e não voltaram. Entretanto, mataram gado de seu pai para alimentar o grupo. Segundo Maria Helena, e outros relatos, os homens que seguiam Manoel Bernardino usavam um lenço vermelho amarrado no pescoço. Esse distintivo era uma marca dos “revoltosos” que seguiam a Coluna Prestes.

Mas, ao ser perguntada pelo motivo da revolta, Maria Helena invoca à memória coletiva predominante e diz que essa revolta começou com a negativa do prefeito de Codó em enviar a professora ao povoado, misturando os acontecimentos de 1921 com a passagem da Coluna 4 anos depois.

Sobre o comportamento e as ações de Bernardino essa entrevistada nos diz: “eu nunca ouvi falar que eles mataram alguém”, mas pouco depois rememora as antigas narrativas e tal qual alguns outros entrevistados, transfere, se não diretamente a Bernardino, pelo menos aos que o seguiam, as brutalidades praticadas pelas tropas do tenente Antonio Henrique Dias em 1921 dizendo que: “o pessoal do Manoel Bernardino tiravam cipó do pé de tamarindo e surravam as pessoas e foi o pessoal do Manoel Bernardino que fuzilou”.

A professora Maria Anunciata Castelo Branco¹⁰⁰, conhecida como Nuncia, nos disse que ouvia do seu pai que “a confusão foi por causa de uma professora que ele foi pedir em Codó e não foi atendido” mas o problema foi “quando a Coluna Prestes se arranchou na Mata Velha, acontece que quando eles saíram veio a força de São Luís e

⁹⁹ Entrevista citada.

¹⁰⁰ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor em Dom Pedro. 14/11/2009.

esse tenente foi na casa das pessoas que deram rancho pra eles”. Veja que já se faz uma relação direta entre a Coluna e os fuzilamentos.

O lavrador Raimundo Ferreira Feitosa¹⁰¹, conhecido como Raimundo Tônico, morador de um povoado chamado Centro dos Tônicos próximo ao Centro dos Bernardinos, nos fez um longo relato de suas memórias tratando, como a maioria dos entrevistados da vida de Bernardino de forma bastante geral. Começou falando do saque aos comerciantes de Presidente Dutra: “o pessoal se juntaram e saíram invadindo até comércio em Presidente Dutra, que chamavam curador nessa época”, lembra que “veio um tenente matando gente” e que “tinha uma casa cheia de gente” pra ser fuziladas, mas chegou Sebastião Gomes, com “uma falona grossa” e disse uma frase que ficou muito famosa na região: “quem morreu morreu, quem não morreu não morre mais!”. Esta frase do capitão funciona como um “ponto de apoio da memória”, pois muitos entrevistados a repetem.

Raimundo Tônico lembra, ainda, de ter ouvido falar em apenas três fuzilados. Quanto a Manoel Bernardino, “morreu na casa dele, eu fui no velório dele [...] dizem que ele ficou como um mendigo, depois voltou pra lavoura [...] vi falar que ele se ajoelhava pedia perdão, o povo não fazia muita conta do passado não”. Quando da saída com os revoltosos disse que eles matavam gado levavam o que podiam e davam o resto ao povo. Fato curioso é que a única mercadoria que eles faziam questão de destruir era bebida alcoólica, “derramavam dorna de cachaça, mas não dava pra ninguém”. Este repúdio ao álcool é uma constante em algumas correntes socialistas como o “socialismo espírita”.

Dona Antonia Pereira de Lucena Castro era sobrinha de Manoel Bernardino e tem muitas lembranças de sua vida depois do regresso da coluna Prestes. Ela nos relatou sobre a casa onde seu tio morava. Uma casa simples onde “o terreiro dele era um jardim cheio de flor [...] toda flor que ele via pelos matos ele trazia [...] até esse carrapicho”. Causa estranheza o carrapicho porque esta gramínea é muito espinhosa, sendo desprezada e combatida, considerada uma erva - daninha, mas por produzir flores, era cultivada por Bernardino. Ela nos disse, também, mas sem muita precisão: “no meio desse terreiro, eu tô assim numa lembrança que tinha uma igrejinha”, devia ser uma pequena capela ou mesmo um cruzeiro.

¹⁰¹ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor em Dom Pedro. 15/11/2009.

José Rodrigues Ribeiro¹⁰², morador do povoado Centro dos Bernardinos, onde Manoel Bernardino morou com sua família, nos descreveu um pouco da personalidade do lavrador dizendo que “ele foi revoltoso, ele nunca ofendeu a ninguém [...] ele não matava nem uma abelha [...] era um cabra sabido [...] ele era justiceiro no tempo que ele foi novo [...] ele era um revoltoso mas não era um criminoso”.

Percebemos assim, que a vida de Manoel Bernardino após seu retorno da Coluna Prestes foi dedicada apenas ao trabalho e marcada por um profundo arrependimento que o impedia de tirar qualquer vida. Mas até o ingresso na Coluna, sua vida foi permeada por muitos conflitos, a maioria deles envolvendo questões morais, defesa de parentes ou amigos, quase sempre, contra pessoas influentes.

O maior desafeto de Manoel Bernardino, conforme seu depoimento, era o subdelegado de polícia do Curador, Sebastião Gomes de Gouveia, membro de uma família influente no Curador e ainda hoje poderosa na atual cidade de Presidente Dutra. Colhemos algumas informações sobre este Capitão porque parece que havia uma intensa disputa de poder entre Bernardino e ele. Um ponto crítico entre os dois era porque Curador era distrito da cidade de Barra do Corda e a Matta, atual cidade de Dom Pedro, pertence à jurisdição da cidade de Codó. Acontece que, na prática, as ações de Sebastião Gomes se estendiam até onde ele achasse conveniente e Manoel Bernardino não aceitava isto.

O senhor Antonio Rodrigues Almeida, morador de dom Pedro, nos disse que a família dos Gomes, como ele chama, “toda vida foi uma família majoritária e também era metida a valente”¹⁰³; a senhora Maria das Dores Feitosa da Luz disse que “Sebastião Gomes era muito duro [...] era um homem de valor, tem até rua com o nome dele”¹⁰⁴; o lavrador Félix Rodrigues de Macedo, morador da antiga Matta, nos disse que “Sebastião Gomes era um homem da justiça [...] tanto que veio enfrentar o tenente aqui”¹⁰⁵; a senhora Maria Joana Borges¹⁰⁶ seguiu a mesma via narrativa dos outros entrevistados e nos disse que:

¹⁰² Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor no povoado Centro dos Bernardinos. Dom Pedro. 14/11/2009

¹⁰³ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor em Dom Pedro. 18/06/2009.

¹⁰⁴ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor em Dom Pedro. 19/06/2009.

¹⁰⁵ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor no povoado de Pedro II (Mata Velha), Dom Pedro. 21/06/2009.

¹⁰⁶ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor em Dom Pedro. 18/06/2009.

Sebastião era um velho respeitado, ele era amigo do meu avô, muito amigo mesmo, ele era uma autoridade [...] meu pai era vaqueiro deles lá [...] quando ele [Sebastião Gomes] falava uma coisa tinha que ser daquele jeito porque ele tinha ordem mesmo pra dizer e fazer [...] ele levava pra calma agora se não desse pra acalmar [silêncio], mas também nunca ouvi falar que ele fosse um bandido, sei que ele era um homem respeitado.

Em Presidente Dutra o senhor Valeriano de Oliveira definiu bem o poder do subdelegado dizendo que lá ele “era um absoluto, era o juiz, o delegado, o promotor, o prefeito, o advogado, ele era tudo, era um soberano de muita decisão”¹⁰⁷.

Nas palavras do próprio Manoel Bernardino, o subdelegado:

assumi para a gente da Matta [...] as proporções de um déspota [...]. Há tempos, entende de mandar na zona da Matta, do município de Codó, e assim é que envia esbirros afim de intimidarem os habitantes da Matta a virem em sua presença por isto ou aquilo. Manoel Bernardino aconselhou, várias vezes, não comparecessem, que a jurisdição do homem não se estendia por lá.¹⁰⁸

O subdelegado do povoado de Curador, capitão Sebastião Gomes de Golveia, “era homem de pequena compleição física, superava essa limitação com um poder moral e uma voz tornitruante que amedrontava seus interlocutores quando de alguma disputa em que era preciso o uso da força bruta (FILHO, 2007, p.346). Opinião muito semelhante encontramos no contista Felinto Ribeiro quando este descreve que o capitão: “tinha aproximadamente 1,60 metros de altura, era delgado pele branca, nariz afilado, a sua voz era forte. Quando falava, parecia mais um rugido de um leão” (RIBEIRO NETO, 2009, p. 185). Vários entrevistados lembraram esse traço peculiar da voz do capitão Sebastião Gomes.

Parece haver entre Bernardino e o subdelegado uma disputa de poder onde a autoridade legitimamente constituída tinha suas decisões afrontadas por um lavrador que acumulava crescente poder e respeito entre moradores da região que, juridicamente, não estaria sob supervisão do subdelegado.

Uma personalidade forte como parece ter sido Sebastião Gomes, não admitiria tamanha insolência e ameaçava constantemente invadir a Matta para prender Bernardino e este só deu crédito às ameaças quando seu amigo Felipe Moreira, após voltar do Curador, o avisou que o subdelegado estaria se preparando para ir prendê-lo. Então

¹⁰⁷ Em entrevista gravada (fita magnética) concedida ao autor em Presidente Dutra. 31/03/2003. Fita 01B.

¹⁰⁸ Entrevista de Manoel Bernardino ao jornal Pacotilha de 16 ago. 1921. p.1.

Bernardino preparou-se com quatorze homens para a sua defesa, isto em meados de julho de 1921. Poucos dias depois as tropas do tenente Antonio Henrique Dias invadiram o povoado e fuzilaram os camponeses.

Esse é o quadro das relações de Manoel Bernardino de Oliveira, admirado e respeitado por uns; odiado por outros. Inimigos importantes, que são amigos entre si, como o subdelegado Sebastião Gomes e o coletor de impostos José Lopes Pedra Sobrinho, ambos saíram em defesa do fazendeiro Raymundo Arruda quando de sua crise com Bernardino.

Desde a gratificação recebida pela abertura da estrada Palma/Matta, em 1916, Manoel Bernardino demonstrava simpatia por Herculano Parga. Quando aconteceu a dissidência e os parguistas fundaram o Partido Republicano Maranhense - PRM, Bernardino passou a fazer campanha para este partido, principalmente para seu amigo Deoclides Guedelha Mourão, de Codó, e para o ex-governador Herculano Parga.

Manoel Bernardino de Oliveira, um lavrador influente entre a massa rural, com inimigos fortes, fazendo campanha para a oposição e falando em socialismo e revolução no dia da eleição era uma ameaça que deveria ser extirpada e foi o que tentaram fazer ao enviar as tropas que cometeram os fuzilamentos.

4.1 Idéias e ideais

Em sua campanha política Manoel Bernardino pregava o **Socialismo** e o **Espiritismo** duas doutrinas que se fundiam em sua cabeça. Segundo ele, suas influências eram o poeta português Guerra Junqueiro em seu livro “Pátria”, Tolstoi em sua obra “Amor e Liberdade”, Leon Denis em seu livro “Joana D’Arc, médium”, revistas espíritas como o *Reformador*¹⁰⁹ e vários jornais e revistas da capital estadual e de outros estados da federação.¹¹⁰

Nas entrevistas realizadas na região da cidade de Dom Pedro, foi relatado que Manoel Bernardino tinha uma grande biblioteca, para a época, e seu sobrinho, Eurípedes Bernardino Bezerra, nos relatou que seu tio recebia estes livros e revistas de

¹⁰⁹ Ainda é editada pela Federação Espírita Brasileira mas os números de 1921 não foram encontrados.

¹¹⁰ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 de setembro de 1921, p.7.

Deoclides Mourão e de um grupo, do qual participava, chamado “Comunhão Esotérica do Pensamento”, este grupo lhe enviava materiais literários, entre eles o jornal “o Clarim”¹¹¹.

Apesar do escritor João Batista Machado chamar Manoel Bernardino de “caboclo inculto” (1992, p.83), os documentos e as entrevistas mostram um homem bastante instruído. A senhora Maria das Dores Feitosa da Luz¹¹² disse que ouvia falar que Manoel Bernardino “era um homem muito culto, um homem inteligente, desse povo de saber que não é estudado em escola [...], muito inteligente [...], dizem que esse homem lia demais [...] ele não era gente à toa não, era gente inteligente”. Esta opinião é partilhada pela maioria dos entrevistados comprovando que a memória coletiva o preservou, entre outras coisas, como um homem inteligente, “sabido”.

A maioria dos entrevistados tem a impressão que Manoel Bernardino converte-se ao espiritismo somente após seu retorno da Coluna Prestes, quando ele volta arrependido dos erros que, possivelmente, cometera. Entretanto, ele já era espírita em 1921 quando ocorreram os fuzilamentos.

Waldemiro dos Reis nos conta que o espiritismo kardecista desenvolve-se no Maranhão desde o início do século XX e:

no ano de 1918 [...] eram realizadas sessões espíritas [em São Luís] [...]. Já em fins de 1921, tive a satisfação de assistir [...] aos trabalhos de um pequeno grupo bem arregimentado [...], já nessa época, o espiritismo em São Luís era bem articulado e os vontadosos trabalhadores da doutrina de Kardec se integravam perfeitamente [...]. Ainda em 1921, apareceu então o Centro espírita São José de Ribamar, que fundei com os srs. Raimundo Costa (e outros). (REIS, s.d, p. 17-20).

Já em 1925 foi criado o Centro Espírita Maranhense com o intuito de organizar a doutrina e o estudo do espiritismo kardecista no Maranhão. A divulgação desta religião era feita, no estado, através de diversos jornais, em geral de pouca duração, como: “Alma e Coração, O Farol, O Semeador, Maranhão Espírita, A Luz, que se tornou revista, A Campanha [...]” (REIS, s.d, p. 31).

Possivelmente Bernardino fora leitor de alguns desses jornais devido à grande quantidade de literatura espírita que afirmou ter em sua casa¹¹³. De fato, no relatório

¹¹¹ Em entrevista citada.

¹¹² Em entrevista citada.

¹¹³ Diário oficial do Estado do Maranhão. 22 de set. 1921, p. 8.

feito pelo delegado João da Costa Gomes, este diz que na casa de Manoel Bernardino foi encontrado “um baú de tamanho regular, cheio de livros encadernados e brochados: eram obras principalmente de espiritismo.”¹¹⁴ É uma pena que o delegado não nomeie estes escritos, teríamos mais elementos para analisar as prováveis idéias de Bernardino.

É curioso que Waldemiro Reis não cite o nome de Manoel Bernardino em seu livro e quando se refira ao interior do Maranhão faz menção apenas a curandeirismo e manifestações afro-brasileiras (macumba, terecô, umbanda etc.) não citando uma personalidade que se destacou na imprensa maranhense e que seguia e pregava a doutrina espírita.

Mas qual era esta doutrina espírita pregado por Bernardino? em que ele acreditava? se, conforme Waldemiro Reis, em 1921 o espiritismo kardecista apenas começava a se desenvolver no Maranhão? Bernardino mesmo respondeu dizendo que:

Crê que o homem tem uma alma imortal, responsável por todos os seus actos e pensamentos; crê na pluralidade de mundos habitados, nas vidas sucessivas, nas penas e recompensas, conforme o mérito ou desmérito de cada um. Tem horror ao homicídio, que só em sua legítima defesa e de amigos poderá cometer¹¹⁵.

Esse trecho do seu depoimento deixa claro que seu espiritismo não é uma manifestação afro-brasileira, não se trata de orixás ou caboclos, fala como quem conhece realmente a doutrina de Allan Kardec, mesmo não citando o nome deste ou se frequentava algum Centro Espírita neste período.

O senhor Raimundo Tônico¹¹⁶ nos informou que Bernardino “fazia uma sessão [espírita] que juntava muita gente lá pra se curar, o espírito curava” e confere ao lavrador certo poder de mediunidade por ele ter escapado de tantas emboscadas e perseguições dizendo acreditar que “ele tinha um guia que guiava ele por onde os cabras não pegasse que a persiga era grande”.

Encontramos, também, correspondência entre Guerra Junqueiro e Bernardino. Sobre a imortalidade da alma, o poeta nos fala: “[...] ora o espírito é a eletricidade de Deus. Nada lhe resiste. Devora séculos, evapora mundos (JUNQUEIRO, 1915, p.203)”, e sobre a responsabilidade dos atos: “A tirania ao fim pune o tirano. Contra o injusto

¹¹⁴ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 24 out. 1921. p.24.

¹¹⁵ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921. p.7.

¹¹⁶ Entrevista citada.

volta-se a injustiça. E a maldade é aos maus que faz dano” (JUNQUEIRO, 1915, p.143). Demonstrando que Bernardino provavelmente leu o autor que afirmou ter lido.

A reencarnação é um dos pontos centrais na doutrina espírita de Allan Kardec. Manoel Bernardino esclareceu seu ponto de vista, claramente kardecista, afirmando que segundo o seu entender e dos espíritas, “o corpo não passa de um instrumento fornecido por Deus, para o espírito trabalhar nas suas obras; e cumprindo fielmente a sua vontade, Deus nos fornecerá um corpo em melhores condições físicas e morais, nascendo-se em um meio mais evoluído”¹¹⁷. Com essa crença talvez ficasse mais fácil enfrentar os desafios que pudessem custar-lhe a vida.

Esse destemor fica claro em um trecho de uma carta apreendida quando Manoel Bernardino citou um trecho do Bhagvad Gita contido no livro “Joana D’Arc, médium”, de Leon Denis, que ensina a agir com coragem diante do campo de batalha e não temer a morte:

Krishna [Krishna] ao seu discípulo Arjuna que vacilava em sacrificar vidas humanas em combate ao mal, disse: - Não Sabes que tu, eu e todos os apóstolos não morreremos? Não sabes que o espírito não morre? Quando se não faz combate ao mal com temor de perder a vida humana fica-se espiritualmente desonrado para sempre. Se te matarem ganharás o céu; se venceres, ganharás a terra¹¹⁸¹⁹. [E Leon Denis continua], “não tendo nascido, como poderia morrer? [...] olha de frente o dever que te corre” (DENIS, 2002, p.166).

Estas crenças religiosas lhe conferiam uma virtude indiscutível e admirada por todos que o conhecem: A Coragem. Coragem de desafiar os poderosos, os valentões, os fortes e todos aqueles que para ele representam alguma forma de “mal” a ser combatido. Fisicamente não se poderia imaginar tanto destemor, pois Manoel Bernardino era “pequeno”, franzino, um metro e sessenta de altura, aproximadamente. Sobre sua pequena estatura Pedro Braga (s.d, p.59) pergunta, “teria escolhido seu corpo? Visto assim tem a dimensão de uma criança” e talvez isto despertasse ainda mais a admiração e a ira de muitos.

Sendo assim, nosso personagem sentia uma grande necessidade de lutar contra a situação material de miséria em que via o povo e acreditava que a melhor forma era

¹¹⁷ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921. p.9.

¹¹⁸ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921. p.9.

¹¹⁹ “37-Se fores morto na batalha, entrarás nos céus; se fores vencedor, gozarás a terra. Pelo que, Arjuna, tem coragem e resolve lutar. 38-Aceitando prazer e sofrimento, ganho e perda, vitória e derrota com a mesma serenidade de espírito, entra na peleja – e não pecarás! (KRISHNA, 2000, p.31).

pregando o socialismo, o espiritismo e uma “revolução” que ele gritava ora “às armas”, ora com a eleição de políticos preocupados com o povo, diga-se os políticos do PRM.

Quando indagado, em seu depoimento, sobre em que consiste o socialismo, Manoel Bernardino respondeu: “Consiste em que nenhum capital fique parado posto a produzir, dando ganho ao operário e produzindo o necessário para matar a necessidade do povo; abolir o álcool e difundir a instrução e manter a obrigatoriedade do trabalho”¹²⁰.

Poucos entrevistados conseguiram tratar das idéias sociais de Manoel Bernardino. Tratam apenas de modo vago sobre inteligência e luta pela educação. Sua sobrinha, Antonia P. de L. Castro,¹²¹ disse-nos que seu tio “era comunista, o povo dizia isso abertamente”, não entende muito bem o que isto significa, mas “o povo tinha um dizer que ele não acreditava em Deus [...] comunista e não acreditava que existisse Deus”, provavelmente isto refletia um certo preconceito contra o espiritismo, ela afirmou que não ouvia isto dele, era o povo que falava.

Em uma carta de Manoel Bernardino ao seu tio, Antonio Fialho de Britto, datada de 20 de julho de 1921, 16 dias antes da invasão do povoado pelas tropas do tenente Antonio Henrique Dias, apreendida em Mirador, dá-nos mais dados sobre o seu socialismo, espiritismo e intelectualidade, carta esta que ele explica em seu depoimento, a citação é longa mas julgamos necessária:

Communico-te que estou pregando a doutrina amada – o socialismo. Como julgamos coisa inadiável, fui pregal-a no Codó, para evitar fuxicos. (¹²²[...] queria falar ali, no socialismo, do mesmo modo porque falava na Matta e, se nisto houvesse crime, seria intimado e citaria os livros, onde bebia a doutrina). Se isso faço é porque todos os dias chegam aos meus ouvidos que grupos de precisados pretendem atacar e eu congrego todos para debaixo de uma só bandeira com o fim (e não tinham o fim, pensa o declarante) não só de evitar tantos sangues e execuções barbaras, como porque não devemos perder ocasião de impormos um governo do povo pelo povo, como se está fazendo no Rio e Rio Grande do Sul ([...] conforme leu, que o povo não aceita a convenção para a presidência da República, porém a maioria nas urnas).

Além de muitas obras socialistas que estão em meu poder, chamo atenção para o artigo “Do mestre para o discípulo” – *Reformador*

¹²⁰ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921. p.7.

¹²¹ Entrevista citada.

¹²² Como esta carta foi utilizada no interrogatório de Manoel Bernardino, os comentários e explicações feitos por ele, redigidos pelo escrivão, estão entre parênteses.

¹²³de 16 de junho proximo passado e veja que o espirita, mais do que ninguém, tem a restricta obrigação de offerer o sangue em defesa de seus pobres irmãos opprimidos pelos grandes da terra; não como fez Christo, porque muito orgulho é querer imita-lo. O novo papel é combater o mal por qualquer meio que estiver ao nosso alcance, até mesmo com o batismo de sangue. (Estas palavras explicam o seu pensamento em vistas da miséria do povo, dos boatos de intervenção da força no pleito eleitoral de setembro próximo, das extorsões e injustiças de José Lopes Pedra Sobrinho e de outros com elle; pensa que ou o governo remediará a pobreza por qualquer meio, ou será impotente para reprimir o estado de anarchia no interior, o que julga não está longe [...]).

O nosso infeliz governo vendeu o nosso torrão natal em proveito dos que não trabalham e dos estrangeiros egoistas, deixando as classes trabalhadoras do país na peor das miserias: sem transporte e sem instrução! [...] (segundo leu em jornaes, o Presidente da República contrahiu empréstimos e fez grandes gastos com festas para o rei Alberto¹²⁴ [...]). Está em nossas mãos sacudir tão monstruoso parasita que se alimenta do nosso sangue! Ruy Barbosa já está unido ao exército [...].

Fiquei surpreso de em sua ultima carta não fazer você a menor allusão ao movimento socialista que ha muito doutrina para levantar as baixas camadas, embora em segredo até poucos dias, porem hoje publicamente ([...]). Discutiui-se no Rio ser este o unico meio de salvar o Brasil [...]. E os governos são impotentes para reprimir as ondas de miseraveis que eles autocratas crearam! Nesta hora, para que chegue a vez do que é justo, o proletariado se levanta. [...].

Você não ignora que Jesus Christo foi o primeiro socialista sacrificado na terra, assim diz a História Universal em sua philosophia [...] somos os instrumentos de que a Providência se serve para o cumprimento de suas leis [...]¹²⁵

Em seus comentários sobre essa carta Manoel Bernardino sempre se reporta ao socialismo como meio de evitar as barbáries que poderiam ser cometidas pelos pobres do país “visto que a negra miséria não conhece lei [...] Nós e famintos, os pobres não querem voltar ao estado primitivo e naturalmente que lançarão mão do roubo e do assassinato”.¹²⁶ Parece bastante influenciado pelo poeta Guerra Junqueiro (1915, p.218),

¹²³ Esta revista ainda não foi encontrada mas, conforme ele disse no Diário de São Luís de 16 de agosto de 1921, este texto é de um autor chamado Angel Aguard. Encontramos um livro espírita cujo autor é Angel Aguarod (variação de Aguard) e este se mostra bastante conservador, exprimindo as mesmas idéias defendidas por outros espíritas como Alan Kardec e Leon Denis. Um exemplo é quando ele trata das desigualdades sociais: “Se as diferenças existem, como suprimi-las? Não se suprimem com revoluções nem com guerras; [...] suprimir-se-ão com o progresso moral da espécie humana”. (AGUAROD, 1983, p. 174).

¹²⁴ Visita da Família real Belga (rei Alberto I, rainha Elizabeth e o príncipe Leopoldo) ao Brasil em setembro de 1920.

¹²⁵ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921. p.8-9

¹²⁶ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921. p.8-9

quando este diz: “O perigo vem daí. Meio milhão de esfarrapados com este general – a fome, tornam-se invencíveis”.

Podemos observar nessa carta que Manoel Bernardino detinha um conhecimento bastante apurado da política regional e nacional fazendo referências a diversos acontecimentos em várias regiões do país. Trata de questões como a desvalorização do câmbio e faz uma pregação de um tipo de socialismo religioso. Demonstra um conhecimento bastante avançado para a época ou para sua situação de lavrador, diferente da definição de “caboclo inculto”, dada por João Batista Machado (1992, p. 83).

Dos jornais vêm as informações sobre a política nacional, mas é curioso que ele em nenhum momento (cartas, depoimento, entrevistas) mencione a Revolução Russa de 1917, talvez porque ele siga a mesma opinião de outros socialistas espíritas, como Leon Denis, que critica os rumos tomados pela Rússia revolucionária. O jornal Pacotilha (16 ago. 1921. p.1), depois de entrevistá-lo publicou que “em socialismo, a doutrina do homem não é a dinamiteira de Lenine, mas a pacífica de Tolstoi”.

Alguns depoimentos prestados nos inquéritos sobre os fuzilamentos dão conta que Manoel Bernardino saía pelos povoados gritando: “- Às armas!” e convocando o povo para irem armados à cidade de Codó no dia das eleições. Mas segundo Manoel Bernardino, em seu depoimento, esta revolução ocorreria por meio do voto instaurando um governo comprometido com o povo.

Nesse ponto, Manoel Bernardino parecia não ter uma clara concepção sobre as disputas oligárquicas que ocorriam no Brasil uma vez que os candidatos do Partido Republicano Maranhense e da Reação Republicana não visavam mudanças profundas na estrutura econômica do Maranhão e do Brasil respectivamente, da forma como ele acreditava, era mais um reordenamento de poder sobre o qual Bernardino lançava esperanças de reformas que ele cria serem revolucionárias.

Talvez ele não compreendesse a verdadeira luta política que estava sendo travada e visse as dissidências como revolucionárias enquanto, na verdade, não eram. Os grupos em disputa pelo poder (nacional ou local) não visavam distribuição de renda ou mudanças que viessem alterar a estrutura de poder desfrutada pela elite, era mais uma reorganização política do que uma revolução como Manoel Bernardino acreditava e queria.

Em depoimento prestado ao Delegado Geral do Estado do Maranhão, João da Costa Gomes, o coletor de impostos José Lopes Pedra Sobrinho, conta que recebera um convite de Manoel Bernardino para ir visitá-lo

e como nesse dia chegassem do Curador, da Barra do Corda, os senhores Manoel Bezerra de Mello Falcão [lavrador], [e os comerciantes] Raimundo Bezerra de Mello Falcão, Adelino Barros e Raimundo Freitas, indagando do que havia por ali, pois estavam todos aterrorizados com as notícias que corriam sobre a projectada revolução de Bernardino, - o declarante, aproveitando a oportunidade, seguiu com aqueles companheiros para o Centro. Durante a viagem, Raimundo Freitas ia aconselhando os moradores a que não dessem ouvidos a Manoel Bernardino, - homem revolucionário, que no Ceará¹²⁷, Mirador e ali mesmo na Matta, havia feito e projectado revoluções.¹²⁸

Ao chegarem ao destino seguiram direto à casa do “revolucionário” onde foram recebidos friamente. O comerciante Raimundo Freitas lhe disse que eles vieram saber dessa revolução pois, o pessoal está assombrado e disse: “Eu até já tenho aconselhado, pelos caminhos, a muita gente, que não se deixe levar pela sua cabeça pois o sr. é um revolucionário.” Ao que Manoel Bernardino respondeu:

- Prezo-me de ser um revolucionário [...] e o Sr. com isto não me agrava. O Sr. tem razão em procurar a calma, mas não pode encontrar pois o derramamento de sangue é inevitável. Nós temos que vingar o sangue de Jesus Christo. [...] - Estas roupas estão boas, mas este senhor ([...][José Lopes Pedra, que trajava casimira]) não está direito, pois está no luxo e nós devemos ser todos iguais.¹²⁹

O capitão Sebastião Gomes de Gouveia também prestou dois depoimentos, nos dias 12 e 16 de setembro de 1921. O primeiro foi mais extenso e ele reproduziu essa mesma conversa relatada por Lopes Pedra, tendo-la ouvido dos comerciantes. Quanto à roupa do coletor José Lopes Pedra Sobrinho, Manoel Bernardino teria dito:

- Esta desigualdade de roupas é que tem de desaparecer, bem como de recursos, pois tudo d’agora por diante vai ficar de um só tamanho; essa roupa de casimira, será vendida, para ser dividido o dinheiro com a pobreza; também o casamento é coisa que vai ser modificada; o individuo viverá com a mulher até o dia que lhe convier; e tendo a mulher do visinho, se esta lhe convem por amal-a, essa será delle...¹³⁰

¹²⁷ Manoel Bernardino disse que “nunca armou gente no Ceará, de onde se retirou com 18 annos de idade, tendo ali lutado somente contra a sêcca e a fome. Apenas teve gente armada no rio Fresco, afluente do Xingú, no anno de 1909, contra índios que estavam a matar seringueiros; em Mirador, no caso do Sr. Olympio; e na Matta, no caso do Sr. Arruda.” (Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921, p. 7).

¹²⁸ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 16 ago. 1921, p. 4.

¹²⁹ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 16 ago. 1921. p. 4.

¹³⁰ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921, p. 14.

Os comerciantes voltaram convencidos das idéias “bolchevistas e maximalistas” do revolucionário camponês que ainda disse ter em seu poder “mil homens ou mais e que pra fazer dois mil não lhe era difícil”¹³¹. Mais uma vez estava posta a idéia do socialismo como doutrina teórica e prática. Essa conversa agravou ainda mais as tensões na região, pois para os comerciantes, ficou clara a “lei comum” pregada na Matta e a iminência de uma “revolução”. Dez dias depois José Pedra foi expulso do povoado, uniu-se ao subdelegado de Curador, entraram em contato com o governador e as tropas foram enviadas para a Matta cometendo os fuzilamentos.

Também prestou depoimento Mathias Marcello Dias, que foi indicado por Sebastião Gomes para servir de guia às tropas que invadiram a Matta. Nesse depoimento, Mathias disse que Manoel Bernardino pedia para assinar um papel sobre o socialismo e que partiriam para Codó no dia das eleições em 1º de setembro. Relatou que no Pão de Ouro, povoado onde residia, visitou em princípio de junho “o sr. Aprigio Bayma convidando o povo para se assignar no papel do socialismo de Manoel Bernardino, explicando que o socialismo era de beneficio para a pobreza, pois acabaria com os impostos e outras coisas ruins.”¹³² Este papel que muitos depoentes se referem é justamente o alistamento eleitoral, necessário para o pleito.

A senhora Maria Pereira Ramos, vulgo Maria Paca, cujo filho, Francisco Gonçalves, foi um dos fuzilados, prestou depoimento em 30 de agosto de 1921 falando sobre os fuzilamentos, o saque feito pelos soldados em sua casa. Sobre o socialismo disse apenas que “Manoel Bernardino de Oliveira, pregava o socialismo na Matta, dizendo que era uma lei muito boa para os lavradores e para todos e que assim tudo ia ter valor”¹³³. Não entrou em mais detalhes, mas confirmou que Bernardino fazia campanha política na Matta.

Quando a força militar comandada por Henrique Dias chegou na Matta, no dia 5 de agosto de 1921, Manoel Bernardino havia saído em direção à cidade de Codó, cortando caminho para não encontrar os militares. De Codó, Bernardino seguiu para São Luís onde conferenciou com Urbano Santos e concedeu entrevistas aos jornais Diário de São Luís e Pacotilha.

¹³¹ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921, p. 14.

¹³² Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921, p. 18.

¹³³ Diário Oficial do Estado do Maranhão. 22 set. 1921, p. 11.

Ao primeiro, Manoel Bernardino explicou seus conflitos com o subdelegado de Curador, o capitão Sebastião Gomes, e com o coletor de impostos José Lopes Pedra Sobrinho, sua campanha política para a oposição, sua carta a Euclides Maranhão e a conferência com Urbano Santos na qual o governador ficou “convencido de que ele Manoel Bernardino era ali vítima das perseguições. Que quanto a ser socialista que elle Urbano Santos também o era e que a vitória do socialismo não estaria longe.”¹³⁴.

O fato do governador Urbano Santos admitir ser socialista provocou o sarcasmo do jornal Diário de São Luís que, sendo a voz da oposição, não perderia a oportunidade de criticar o governo e, no dia seguinte, publicou:

O socialismo do austero estadista maranhense age por efeitos contrários, enquanto o de Manoel Bernardino visa os resultados diretos.

[...] se Manoel Bernardino não compreende pontos como este da originalíssima doutrina de s. exa., que oprime as classes mas não quer ouvir o grito de dor dos aflitos, que conscientemente provoca a celeuma que se ergue em todo Estado por causa dos seus impostos [...] nós também declaramos que absolutamente não compreendemos essa excepcional doutrina democrática de que s. exa. é adepto [...].¹³⁵

Na Pacotilha a entrevista seguiu a mesma linha (desafetos, campanha política, boatos) e este periódico emitiu uma opinião, no mínimo irônica, sobre o Lavrador Revolucionário: “longe de ser algum chefe de rebeldia, é um homem amigo da legalidade, apenas um pouco transviado por espiritismo, de mistura com vagas influências de leituras de algum livro socialista [...] é um homem de boa índole, lá com suas caraminholas socialistas e espíritas.”¹³⁶.

Embora fizesse elogios à personalidade ordeira de Manoel Bernardino, esse jornal fez questão de ridicularizar as doutrinas das quais ele era adepto e ligá-lo aos políticos de Codó como no questionamento publicado no dia seguinte: “Será Manoel Bernardino uma simples vítima das leituras mal assimiladas de Tolstoi e Guerra Junqueiro e revistas de espiritismo ou um agente da politicagem que se oculta sob aquela capa?”¹³⁷.

Acalmados os ânimos, Manoel Bernardino voltou à Matta e teve que refazer sua vida, sua lavoura, sua biblioteca. As crises não acabaram, a diferença era que ele ficara conhecido em todo o estado, para uns como um cangaceiro, revolucionário, perturbador da ordem; para outros um intelectual, trabalhador, defensor dos pobres.

¹³⁴ Diário de São Luís. 16 ago. 1921. p.1.

¹³⁵ Diário de São Luís. 17 ago. 1921. p.1.

¹³⁶ Pacotilha, 16 ago., 1921, p.1.

¹³⁷ Pacotilha. 17 ago. 1921. p. 1.

A sua relação com políticos do PRM se estreitaram, principalmente com Tarquínio Lopes Filho (candidato a governador nas eleições de 1921), em São Luís, e Deoclides Mourão, em Codó, este já era seu amigo há muito tempo. Os estudos e os contatos com políticos da capital federal continuaram e quatro anos depois ele usou seu poder para engrossar as fileiras da Coluna Prestes.

4.2. O ingresso na Coluna Prestes e o retorno do Anjo

Quando a Coluna Prestes saiu de Goiás com destino ao Maranhão, o Partido Republicano Maranhense (PRM) já estava preparado para recebê-los.

Lourenço Moreira Lima relata que o tenente-coronel Paulo Kruger da Cunha Cruz fora enviado ao Maranhão, na frente da Coluna, com o objetivo de entender-se com alguns chefes políticos da oposição [PRM], bastante forte no Estado, contando com lideranças expressivas como o Dr. Tarquínio Lopes Filho e o Desembargador Deoclides Mourão. Lamentavelmente, com a prisão de Paulo Kruger, a missão falhara, mas as esperanças persistiam. (PRESTES, 1997, p. 224).

Embora esta primeira missão tenha falhado, quando a Coluna Prestes preparava-se para cruzar ao Maranhão, o PRM procurou dar todas as condições para a passagem da Coluna pelo estado enviando um ofício ao “Comando Geral das Forças Revolucionárias”, datado de 8 de novembro de 1925, dando garantia de apoio e disponibilizando um navio tripulado para a travessia do rio Manoel Alves, facilitando a logística das “tropas revolucionárias” (PRESTES, 1997, p. 446) e utilizando os jornais Folha do Povo, editado na capital, e A Mocidade, semanário editado na cidade de Carolina, para divulgarem as mensagens dos revolucionários.

No dia 11 de novembro de 1925, os revolucionários da Coluna entraram no Maranhão. Quanto à sua chegada nesse estado, o próprio Luiz Carlos Prestes disse que “Ao entrar no Maranhão fomos recebidos como heróis. Por quê? Por ter vindo do Rio Grande e chegar até o Maranhão... Era um grande feito. O povo todo era simpatizante,

porque havia no Maranhão uma grande oposição política ao governo.”¹³⁸ (PRESTES, 1997, p.225).

O Partido Republicano Maranhense (PRM) via na Coluna a possibilidade de tomada do poder, por isto foi grande o alvoroço, “se falava, inclusive, na deposição do presidente do Estado, o Sr. Godofredo Viana.”¹³⁹. Com os “heróis” na cidade de Carolina,

“Foi realizada missa por alma do bravo Capitão Joaquim Távora, morto heroicamente em combate na capital paulista [...] foi hasteada a bandeira nacional no edifício da Câmara Municipal, sendo queimados em seguida os executivos fiscais para cobrança dos impostos estaduais e municipais [...]. compareceu a essa festa quase toda a população desta cidade [...]” (jornal A Mocidade, Carolina, nº 160, 28/11/1925. Apud. PRESTES, 1997, p.228).

Estas práticas de queimar livros fiscais, soltar presos, destruir instrumentos de tortura, causava alegria na população e atraía a simpatia dos humildes e injustiçados, mas não era suficiente para atraí-los para uma ação direta e efetiva na luta (PRESTES, 1997, p.228).

Na passagem por esse estado a Coluna se dividiu em três partes. Segundo Luiz Carlos Prestes:

Foi uma verdadeira divisão estratégica. Uma parte da Coluna ficou comigo e tomamos a direção do rio das Balsas,[...]. Uma segunda coluna, comandada por Siqueira Campos para marchar mais ao norte [...]. E uma terceira coluna, que era comandada por João Alberto, para marchar mais pelo centro. Mais todas orientadas no sentido do rio Parnaíba¹⁴⁰ (PRESTES, 1997, p.232).

Na Matta, Manoel Bernardino se preparava para ingressar na Coluna. No dia 06 de novembro de 1925, 5 dias antes dos revoltosos entrarem no estado, Manoel Bernardino invadiu Curador com 65 homens armados de rifle e usando todos como distintivo uma fita vermelha¹⁴¹. Manoel Bernardino tratou todos com cortesia e solicitou, de alguns comerciantes, contribuição para a tropa. Não obtendo o resultado esperado, saiu da cidade no dia 08 de novembro e retornou no mesmo dia à meia-noite, desta vez mais

¹³⁸ Entrevista concedida por Luiz Carlos Prestes a Anita Leocádia Prestes e Marly de Almeida Gomes Vianna (gravadas em fita magnética e transcritas para o papel). Rio de Janeiro, 1981-1983, Fita 4(b), p.42.

¹³⁹ GOMES, João. Entrevista. O Jornal, Rio de Janeiro, 18/7/1926. (apud PRESTES, 1997, p.225)

¹⁴⁰ Entrevista concedida por Luiz Carlos Prestes a Anita Leocádia Prestes e Marly de Almeida Gomes Vianna (gravadas em fita magnética e transcritas para o papel). Rio de Janeiro, 1981-1983, Fita 5, p.1.

¹⁴¹ Todo este episódio da invasão de Curador é narrado pelo comerciante Raimundo Freitas que, tendo seu comércio saqueado, escreveu uma carta à Pacotilha que a publicou em 21 de novembro de 1925.

agressivo, invadiu as casas de alguns comerciantes e saqueou as mercadorias, distribuindo à população pobre o que não poderia ser levado.

Nesse saque o mais atingido foi o comerciante Raimundo Freitas¹⁴² que teve os comércio arrasado e sua casa invadida tendo o poço, que servia à casa, envenenado com querosene e soda cáustica. Depois destes saques o comerciante escreve uma carta à Pacotilha denunciando todos os detalhes da invasão.

Este saque é um dos episódios mais presentes e enraizados na memória popular dos moradores da cidade de Dom Pedro, é um fato descrito por muitos entrevistados e, com certeza, é uma das manchas que na cultura histórica da região diminuem a apologia feita a Manoel Bernardino.

Sobre este episódio, o escritor José Pedro de Araújo Filho colheu vários depoimentos de moradores de Presidente Dutra e diz que Manoel Bernardino ao entrar na cidade foi à casa do capitão Diolindo Barros e disse que “agia da forma que estava agindo por discordar da política agrária e fiscal dos governos estadual e federal”.

Enquanto esta conversa amigável acontecia, “parecendo querer contrariar o que o líder falava, seus homens saqueavam as três maiores lojas do povoado [...]. Fora do estabelecimento, o produto era repassado aos companheiros para que os redistribuísse às pessoas pobres da localidade”. O poço que servia à população foi envenenado com querosene e, segundo o autor, “Manoel Bernardino não ficou satisfeito com a ação de seus comandados e aplicando uma severa reprimenda pelo ato praticado”. Quando o capitão Sebastião Gomes chegou no povoado Curador (atual Presidente Dutra), “castigou severamente” as pessoas que receberam mercadorias saqueadas (FILHO, 2007, p.139-140).

A professora Maria Concebida Carvalho Holanda,¹⁴³ moradora de Dom Pedro, narrou este episódio de forma semelhante, afirmando que para se vingar do Freitas, Manoel Bernardino, “em conluio com seus capangas”,

pegaram as coisas de sua loja e, colocando no meio da rua, queimaram tudo por uma questão de rebeldia, de maldade mesmo, isso foi um inescrupuloso agir que foi um horror para todo mundo [...] o grupo de

¹⁴² O mesmo que fora à sua residência em 1921 chamando-o de revolucionário e dizendo ao povo para não ouvi-lo. Vemos aí uma, possível, desforra pois este comerciante era genro de Sebastião Gomes e também armou homens para combater o grupo de Manoel Bernardino em 1921.

¹⁴³ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor em Dom Pedro. 21/06/2009.

Bernardino era considerado de boas intenções, mas agia passando dos limites.

Manoel Bernardino parece ter tido importância relevante na passagem da Coluna pelo Maranhão, pois em uma carta enviada por Juarez Távora ao desembargador Dioclides Mourão dá a entender que Juarez Távora entendeu-se com Bernardino antes de contactar o desembargador.

Na carta há um pedido de auxílio para que fosse destruída via férrea que liga São Luís à cidade de Caxias e ele diz que “de acordo com Manoel Bernardino na Mata e Euclides Maranhão em Barra do Corda, podeis auxiliar consideravelmente a Revolução, criando sérios focos de reações locais, capazes de atrapalhar a marcha das forças governistas” (PRESTES, 1997, p. 447), como se Manoel Bernardino e Euclides Maranhão tivessem indicado o desembargador para auxiliar a Coluna.

Foi no destacamento comandado por João Alberto que Manoel Bernardino integrou a Coluna. Durante toda a marcha as adesões eram muito pequenas e, segundo Lourenço Moreira Lima:

a única incorporação à Coluna, de certa importância, foi a de Manoel Bernardino, um pequeno fazendeiro da Zona da Mata, que ali chegou a levantar 200 homens, aderindo ao destacamento de João Alberto, na companhia de Euclides Neiva, um jovem maranhense, que liderava mais outros 50 homens.¹⁴⁴ (*Apud*. PRESTES, Anita Leocádia, 1997, p. 231)

Quanto às ações diretas de Manoel Bernardino na Coluna, Lourenço Moreira Lima afirma que

Chegando ao nosso conhecimento a notícia de se haverem entrincheirado nas cidades piauienses de Floriano e Amarante as forças fugitivas de Uruçuí, o QG ordenou o assalto imediato daquela cidade, pelos destacamentos de João Alberto e Dutra, que transpuseram o Parnaíba em Nova York, ao mesmo tempo que a vila maranhense de Barão de Grajaú, que lhe fica fronteira, na margem esquerda desse rio, seria atacada pelo destacamento Cordeiro e tropas de Manoel Bernardino, enquanto o destacamento de Siqueira cortaria mais abaixo as comunicações entre as referidas cidades e Teresina (*Apud* FILHO, 2007, p. 147).

A discordância entre Manoel Bernardino e a Coluna era que ele queria que os revoltosos se estabelecessem e resistissem no Maranhão contrariando o caráter itinerante da Coluna (PRESTES, 1997, p.231). Este foi um dos motivos que o levou a

¹⁴⁴ MOREIRA LIMA, Lourenço. A Coluna Prestes (Marchas e Combates). 3ª ed., São Paulo, Alfa Omega, 1979. p. 203.

abandonar os tenentes. Anita Leocádia Prestes disse ter ouvido de Luiz Carlos Prestes que a deserção foi porque Manoel Bernardino queria lutar por reforma agrária e este ponto não estava na pauta dos tenentes.¹⁴⁵

Sobre a saída de Bernardino da Coluna Prestes, Lourenço Moreira Lima disse que “Manoel Bernardino – conhecido como o ‘Lênin da Mata’, porque defendia os direitos dos fracos e oprimidos - ainda acompanharia a Coluna até o Ceará, sua terra natal, onde viria a desertar, sendo expulso das hostes rebeldes, quanto a Euclides Neiva, seria preso no Piauí.” (*Apud* PRESTES, 1997, p.232) mas não fornece maiores detalhes desta deserção.

O certo é que ele abandonou os revoltosos em 1926 e ficou no Ceará até 1929 quando retornou ao Maranhão indo de Fortaleza - CE para São Luís e da capital maranhense para fixar-se em Carutapera, nas margens do rio Gurupi, no extremo oeste do estado, ali permanecendo por 3 anos até resolver voltar à Mata (BRAGA, s.d, p.54).

A volta de Manoel Bernardino à Mata é um dos fatos mais curiosos de sua trajetória, contam alguns entrevistados e o novelista Pedro Braga (s.d, p.53) que de Carutapera à Mata, Bernardino foi à pé, descalço, sozinho e, segundo o senhor Libânio Rocha, “carregando uma cruz” e esmolando¹⁴⁶.

Chegando à Mata, deixou os cabelos e a barba crescerem, fez um par de “asas de anjo” e foi à casa das pessoas, que ele acreditava ter prejudicado, pedir perdão pelos problemas que possa tê-las causado¹⁴⁷. Viveu assim e mendigou por mais ou menos 1 ano. Com estas asas de anjo e este comportamento penitencioso, ele vagou pela Mata e localidades vizinhas.

Foi nesta situação que ele encontrou, certo dia em Codó, o comerciante Raimundo Freitas, que teve seu comércio saqueado em 1925, seu poço inutilizado com querosene,

¹⁴⁵ Em uma palestra realizada na Universidade Federal da Paraíba em 04 de setembro de 2008.

¹⁴⁶ Sr. Libânio Fernandes Rocha em entrevista concedida ao autor (gravada em fita magnética). Dom Pedro, 30/03/2003, fita 01A.

¹⁴⁷ Esta narrativa das asas de anjo, da mendicância e dos pedidos de perdão foram confirmadas pelo Sr. Libânio Fernandes Rocha (em entrevista citada); Professora Maria Concebida C. Holanda (entrevista citada); Sra. Maria de Lourdes Macêdo (entrevista citada); Raimundo Ferreira Feitosa (entrevista citada); (BRAGA, p.54-57).

sua casa revirada. Manoel Bernardino ajoelhou-se aos seus pés implorou o perdão, que lhe foi negado, ficando o “anjo” em prantos.¹⁴⁸

Após esse período de penitência Manoel Bernardino voltou a dedicar-se à lavoura, à religião (espírita) e à leitura. Tornou-se vegetariano (confirmado por vários entrevistados e por BRAGA, s.d., p.56) comendo apenas o que produzia e vendendo o excedente na vila Pedro II (povoado de Dom Pedro). Seu vegetarianismo era a tal ponto que passou a plantar amendoim para extrair o óleo evitando, assim, o consumo da banha de porco, que era o “óleo” usado na época.¹⁴⁹

A partir daí sua vida se resumiu ao “labor e à leitura”. Defronte a sua casa construiu uma “casa de orações” e uma biblioteca na qual tinha vários livros de espiritismo, socialismo e literatura em geral. Continuou sendo procurado por todos que queriam ouvir suas palavras e seus conselhos, mas afastou-se de porfias, de política e conflitos de toda espécie.

Dona Antonia Pereira de Lucena Castro¹⁵⁰, de 82 anos, era sobrinha de Manoel Bernardino e se refere a ele como “tio Mané Bernardino” ou, carinhosamente, como “tio Manezim”. Quando indagada sobre o que ouvira falar de Manoel Bernardino ela diz: “ouvi falar não, do que eu vi”. Suas lembranças, entretanto, referem-se apenas ao período depois do retorno de Bernardino, quando este abandonou a Coluna Prestes e voltou à Matta.

Ela diz que “quando ele voltou da revolta, ele voltou um homem arrependido, tanto que não matava nem uma cobra”, não tirava nenhuma vida, “não comia bicho nenhum”, um vegetarianismo tão profundo que ela disse-nos que “via dizer que leite ele não tomava porque era o sangue da vaca”. Algo que ela se recorda bem era a alimentação dele, após o seu retorno, Manoel Bernardino não comia nada de origem animal, segundo sua sobrinha, ela também não consumia tempero, toda sua alimentação era preparada à base de leite de côco.

¹⁴⁸ Este episódio foi presenciado por um Sr. Chamado Virgulino, que contou a Felinto Ribeiro e este nos relatou em uma conversa (informal e não gravada) e foi confirmado por Eurípedes Bernardino (em entrevista citada) e pela Profa. Maria Concebida C. Holanda (entrevista citada).

¹⁴⁹ Dr. Gasparino Feitosa de Oliveira (em entrevista citada) e senhor Libânio Fernandes Rocha (em entrevista citada).

¹⁵⁰ Entrevista citada.

É forte também em José Rodrigues Ribeiro¹⁵¹, lavrador de 63 anos morador do Centro dos Bernardinos, a idéia de que “ele não matava um mosquito, uma muriçoca, nada”, descrevendo Bernardino como um homem inteligente que não tirava a vida nem de um inseto que o picasse. Alguns entrevistados dão o exemplo de que nem mesmo uma cobra ele matava nem autorizava ninguém a matar.

Assim, Manoel Bernardino de Oliveira continuou até o dia 17 de janeiro de 1942 quando em sua casa, de taipa e coberta de palha, expiou e “o ciclo se fechou”. Só fizera um pedido, para ser enterrado sem caixão, apenas coberto por um lençol (BRAGA, p.59). Este pedido é, talvez, a única lembrança que eu, enquanto morador daquela localidade, tenha das narrativas sobre Manoel Bernardino ouvidas em minha infância.

Na memória coletiva da região da cidade de Dom Pedro, várias são as versões sobre a vida e as ações deste Revolucionário Lavrador criando, para alguns, uma referência identitária de “povo valente e lutador” onde Manoel Bernardino assume uma dimensão mítica. Especialmente se aceitarmos, conforme Portelli (2006, p. 123), que “um mito não é uma narrativa unívoca, mas uma matriz de significados, uma trama de oposições: depende, em última análise, de o individual ser ou não percebido como representativo do todo, ou como uma alternativa para o todo” e se entendermos que:

um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada; é sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das auto-representações partilhadas por uma cultura.” (PORTELLI, 2006, p. 120-121).

Cabe ressaltar que “nenhum dos mitos políticos se desenvolve, sem dúvida, no exclusivo plano da fábula” (GIRARDET, 1987, p.51), existe, nestes casos, acontecimentos que muitas vezes são hiperbolizados, distorcidos, mas não totalmente inventados.

“o mito político, como o mito, consiste em narrações estruturadas simbolicamente e, portanto, segundo o sentido antes definido, ligadas, não em forma analítica mas emotiva, a determinadas situações reais e destinadas a instituir formas privilegiadas de ação, cuja ‘verdade’ a própria narração mítica fundamenta.” (BOBBIO, 2000, p. 759).

¹⁵¹ Em entrevista gravada (digital) concedida ao autor no Centro dos Bernardinos, povoado pertencente a Dom Pedro. 14/11/2009.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebi com este trabalho que o Brasil tem um campo fértil e quase infinito para os historiadores cultivarem. Peguei um pequeno grão, um acontecimento isolado, uns assassinatos que ouvia falar lá na minha infância em Dom Pedro, no interior de um dos estados mais pobres do mundo e, de repente, me deparei com um imbricado problema historiográfico que incluía revolta, fuzilamentos, candidatos, socialismo, espiritismo e toda uma teia de acontecimentos impossíveis de serem totalmente elucidados em uma vida de pesquisa.

A primeira coisa a se fazer foi pensar nas fontes e escolher os métodos e as técnicas de pesquisa para adentrar neste rio caudaloso. Sabia que teria que vasculhar alguns livros em busca de alguma citação sobre o tema, procurar nos jornais da época, no Diário Oficial do Estado do Maranhão e, principalmente, entrevistar algumas pessoas na região onde tinham ocorrido tais fuzilamentos.

Para a aplicação de entrevistas estudamos e utilizamos os métodos da história oral. Isto por si só já era um problema porque a história oral era questionada por vários historiadores que suspeitavam da cientificidade de depoimentos orais colhidos ao sabor do temperamento dos entrevistados e do entrevistador.

Pude verificar, entretanto, que a história oral é um método vivo e aplicável a qualquer campo da história sem dever nada nenhum outro método, porque se um historiador utilizar uma única fonte qualquer para sua pesquisa cairá, possivelmente, em várias contradições insolúveis. E com as fontes orais não seria diferente, além de ser necessária a utilização de várias entrevistas, é extremamente importante a comparação com outras fontes se estas puderem ser pesquisadas.

Encontramos discrepâncias entre as várias fontes pesquisadas. Algumas fontes orais não bateram com as fontes escritas, algumas entrevistas misturavam fatos com pessoas e tempos totalmente diversos aos acontecimentos. A novela de Pedro Braga, Batevento, narra a vida de Manoel Bernardino, o Manoel Batevento, com uma impressionante riqueza de detalhes demonstrando que o escritor fez uma grande pesquisa em documentos escritos e em fontes orais. Entretanto misturou, propositadamente claro, Bernardino com Bequimão, história com ficção, fuzilamentos

com bumba-meu-boi. Tudo isto serve para o historiador escrever suas narrativas verossímeis.

Assim, procuramos conhecer os diversos fatores que influenciaram o envio de militares para o interior do Maranhão e percebemos que, acima de tudo, havia um completo sentimento de poder, uma micromecânica do poder no dizer de Foucault, pois o tenente Antonio Henrique Dias se achava com “carta branca” para fazer o que lhe conviesse sem que nada lhe acontecesse, pois estaria agindo sob o comando do dirigente máximo do estado, o senhor governador Urbano Santos, e assim aconteceu. Na Matta ele torturou, fuzilou e foi absolvido unanimemente por todos os jurados. Como pena ele recebeu uma promoção e o comando geral da polícia do estado.

Os soldados que efetuaram os disparos não foram condenados porque seguiam ordens do sargento que comandou os fuzilamentos e o sargento não foi condenado porque seguia ordens do Tenente. O Tenente não foi condenado por que? Ora só pode ser porque este seguia ordens do governador. Então por que o governador, grande estadista, candidato à vice-presidência do Brasil, não foi nem mesmo indiciado? Ora, porque mesmo que o governador tivesse ordenado o massacre, esta ordem seria ilegal e quem segue uma ordem ilegal é que deve ser responsabilizado. Ou seja, um raciocínio circular ou uma falácia por petição de princípio.

Trocando em miúdos, ninguém foi devidamente condenado porque o poder em todas as suas instâncias mobilizou-se para que fossem punidos apenas quem deveriam ser punidos: os pobres lavradores assassinados que tinham o poder apenas para levantar seus instrumentos de lavoura. Adão, Francisco, Maurício e Avelino estes não tiveram poder nem mesmo para defender suas vidas.

Manoel Bernardino de Oliveira fugia à regra. Era um lavrador poderoso! Tinha o poder da palavra, para conquistar admiradores, seguidores, eleitores e inimigos. Tinha o poder da leitura para conquistar o imensurável poder do conhecimento: conhecimento dos jornais, dos livros, das revistas. Tinha o poder de ser socialista em um mundo conservador, de falar em Tolstói, de enfrentar autoridades, de defender meninas desvirginadas, de ser espírita em um mundo católico. Tinha o poder de convencer 200 homens a segui-lo e acompanharem uns loucos que vinham do sul do país lutando contra o governo. Além de tudo isto, tinha o poder de ser humilde, de se humilhar pedindo comida e perdão, de voltar a ser um simples e pacato lavrador, o poder de se

recusar a tirar a vida de um inseto que o picasse. Teve o poder de morrer em uma casa de taipa, de chão batido e teve o poder de ter seu nome registrado na memória coletiva de uma região e na historiografia.

6 REFERÊNCIAS

6.1 Fontes primárias do ano de 1921

Diário Oficial do Estado do Maranhão.

Jornal Arapuru.

Jornal Diário de São Luís.

Jornal O Sertão.

Jornal O Tocantins.

Jornal Pacotilha.

Revista O Garoto.

6.2 Bibliografia

AGUAROD, Angel. **Grandes e pequenos problemas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira – FEB, 1983.

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do Cpdoc**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Braisl, 1989.

_____. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2004.

_____. Tradição oral e história oral: proximidades e fronteiras. In: **História Oral**, v.8, n.1, jan.-jun. 2005, p.11-28.

_____. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**. São Paulo, n. 14, p. 125-136, 1995.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução de Andréa Dore. Bauru: EDUSC, 2006. p. 1-96.

BALANDIER, Georges. O Drama. In: **O poder em cena**. Brasília: Editora UNB, 1992, p. 05-21.

BARROS, José D' Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARROSO, Maria da Graças Saraiva. **A passagem da Coluna Prestes pelo Alto Itapecuru**. (monografia-UEMA), 1997.

BATALHA, Cláudio H. M. **Difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX**. P. 38. In MORAES, João Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil**. V. 2. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 145-158.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p.185-205.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e História da Cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 165-232 (Obras Escolhidas, v.1).

BÍBLIA: tradução ecumênica. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 53-95.

_____; MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G. Mito político. In: **Dicionário de política**. 5 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p.754-762.

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPHU/Marco Zero, vol. 12, nº 23/24, 1991/2, p. 7-18.

BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica, 2007.

BRAGA, Pedro. **Batevento** (novela). [s. L.]: Câmera Press Lettera Editora LTDA. [s.d].

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. Trad. Nilo Odalia – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. **Variedades de história cultural**. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000, p.69-89.

CALDEIRA, José de Ribamar C. **Origens da indústria no sistema agro-exportador maranhense 1875/1895**. Tese de Doutorado USP/Dep. De Sociologia, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Hector Perez: tradução de João Maia. **Os Métodos da História**. –3 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1983.

CARONE, Edgar. **A República Velha: II Evolução Política (1889-1930)**. São Paulo: DIFEL, 1977.

_____. **Classes Sociais e Movimento Operário**. São Paulo: Ática, 1989.

CARVALHO, André. **Poder**. – 7 ed. Belo Horizonte, MG: Ed. Lê, 1988.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.45-59.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Meneses. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p.65-119

COSTA, Ashley Silva. **Crise Intra-oligárquica no Maranhão: o período do (des) compromisso (1910-18)**. (Monografia-UFMA). São Luís, 2002.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. A dimensão política da história. In: OLIVEIRA, Cecília Helena; PRADO, Maria Lúcia; JANOTTI, Maria de Lourdes (orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006, p. 13-23.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. In: **História Oral**, n.6, 2003, p. 9-25.

DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da. (orgs.). **A Década de 1920 e as origens do Brasil Moderno**. São Paulo: UNESP, 1997.

DENIS, Leon. **Socialismo e Espiritismo**. Trad. Wallace Leal Rodrigues. 1982. Edição digital disponível em: <http://www.autoresespiritasclassicos.com/Leon%20Denis%20Livros/Socialismo%20e%20Espiritismo/Leon%20Denis%20Socialismo%20e%20Espiritismo.htm>. Sem paginação. Acessado em 12 de junho de 2009.

_____. **Joana D'Arc (médium)** –20 ed.- [trad. De Guilon Ribeiro]. RJ: Federação Espírita Brasileira, 2002.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político no Brasil**. Trad. Cecília R. Lopes. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 13ªed. São Paulo: Globo, 1998.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977, p.62-97.

_____. O Brasil e a economia mundial. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. V. 4. 2. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1986, p. 11-49.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERREIRA, Delcineida Maria da Conceição. **A classe Trabalhadora de São Luís**. 1996. 80 p. Monografia (Licenciatura Plena em História). Centro de Estudos Básicos, Universidade Federal do Maranhão.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 6, n.11, 1993, p. 9-23.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria, ALBERTI, Verena (orgs.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FILHO, José Pedro de Araújo. **Viajando de Curador a Presidente Dutra**. Teresina: Halley, 2007.

FLORES, Helio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. In: **Saeculum – Revista de História**. Ano 13, nº 16 (2007). João Pessoa: Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História/UFPB, jan./jun. 2007. P. 83-102. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/saeculum>>

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso**. 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FRISCH, Michael; THOMSON, Alistair; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GINZBURG, Carlo. “O extermínio dos judeus e o princípio da realidade”. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006, p.211-232.

_____. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d' Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 249-279.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GIUMBELLI, Emerson. Religião e (des) ordem social: Contestado, Juazeiro e Canudos nos estudos sociológicos sobre movimentos religiosos. **Revista de Dados**. Rios de Janeiro, vol. 40, n.2. Rio de Janeiro, 1997, p. 9-23.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p.489-558.

_____. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Culturas políticas**. Ensaio de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.

_____. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha, SOHET, Rachel et Gontijo, Rebeca. **Cultura política e leituras do passado**. Historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 43-63.

GRAHAM, Richard. Quem retinha o poder? e Eleições e clientelismo. In: **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 67-136.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, 224p.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**: ensaios. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. “O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo”. Tradução de Heloísa Buarque de Almeida. **Novos Estudos**, São Paulo, CEBRAP, n.43, nov. 1995, p. 103-112.

INCONTRI, Dora & BIGHETO, Alessandro Cesar. Socialismo e Espiritismo, aproximações dialéticas. In: **HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 16, p.1-9, dez. 2004. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art1_16.pdf

JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). **História: novas abordagens**. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976, p.180-196.

JUNQUEIRO, Guerra. **Pátria**. 3ª ed. Porto: Imprensa Moderna, 1915.

KARDEC, Allan. **O livro dos espíritos**. 176ª Ed. Trad. Salvador Gentile. Araras - SP: Instituto de Difusão Espírita, 2008.

KAREPOVS, Dainis. **A classe operária vai ao parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2006.

KONDER, Leandro. **História das idéias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão popular, 2003.

KRAUSE, Filemon. **Filemon Krause, o alfaiate: um exemplo de honestidade**. [S.L]: D. Gráfica, 2008.

KRISHNA, Senhor. **Bhagavad Gita**. Trad. Humberto Rohden. São Paulo: Martin Claret, 2000.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 13, nº 24, 1999, p. 227-250.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. -3ª ed.- Rio de Janeiro: editora Nova Fronteira, 1997.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

LE GOFFE, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão... [et al.]. -5ª ed.-Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEONIDIO, Adalmir. As idéias do socialismo utópico no Brasil. In: **Revista Eletrônica Cadernos de História**, vol. VIII, ano 4, n.º 2, dezembro de 2009. P. 98-117. Disponível em: www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria

LIMA, José Ignácio de Abreu e. **O Socialismo**. –2 ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MACHADO, João Batista. **Codó, histórias do fundo do baú**. Codó: FACT/UEMA, 1999.

MARSON, Izabel Andrade. A dimensão política da história: comentários e contrapontos. In: OLIVEIRA, Cecília Helena; PRADO, Maria Lígia; JANOTTI, Maria de Lourdes (orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006, p. 25-32.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Feuerbach: a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 3ª ed. atual. São Paulo: Siciliano, 2001.

MELO, Elomar Figueira. **Auto da Catingueira**. Vitória da Conquista - BA, Fazenda Casa dos Carneiros: Rio do Gavião, 1983. Disco duplo de vinil (5 faixas).

MELO, Maria Cristina Pereira de. **O bater dos panos; um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil no Maranhão (1940-1960)**. São Luís: SIOGE, 1990.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MORAES FILHO, Evaristo. **O Socialismo Brasileiro**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Tudo é história).

NEVES, Lucilia de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**, nº 3, junho de 2000, p. 109-116.

OLIVEIRA, Joaquim Washington Luiz de. **O jornal O Operário no Maranhão em fins do século XIX: o Brasil vive a república, a esquerda se organiza**. (monografia) UFMA. São Luís, 2002.

PAGLIARINI, Fernando. **Manoel Bernardino: o Lenine da Matta**. 2001. 82 p. Monografia (Licenciatura Plena em História). Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão.

PEREIRA, Jonas Oliveira. **Dom Pedro na História: “Mata do Nascimento”**. [s.L:s.d.].

PINHEIRO, Paulo Sérgio de M. S. **Política e trabalho no Brasil: dos anos vinte a 1930**. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 82-103.

PITTY. **Anacrônico**. Rio de Janeiro: Deckdisc, 2005. CD *stereo* (13 faixas).

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>.

_____. Memória e identidade social. Tradução de Monique Augras. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>> com paginação de 1-15.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de julho de 1944: mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos & abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PRADO, Maria Emília. Reconstituindo a vida. In: **Memorial das desigualdades**. Os impasses da cidadania no Brasil (1870-1902). Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 169-217.

PRESTES, Anita Leocádia. **Os militares e a Reação Republicana: as origens do tenentismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

_____. **A Coluna Prestes**. 4ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. Luiz Carlos Prestes e Luiz Inácio da Silva (Lula): duas grandes lideranças x duas opções políticas opostas **Revista de História & Luta de Classes**, Rio de Janeiro, ADIA, nº 2, fev/2006, p. 119-127.

PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 164-198.

REIS, Waldemiro E. dos. **Espiritismo e Medianismo no Maranhão**. [s.L, s.d].

REIS, Flávio Antonio de Moura. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão (1850/1930)**. 1992. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

REMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 13-36.

RESENDE, Antonio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. São Paulo: Ática, 1994, p. 9-33.

RIBEIRO NETO, Felinto da Silva. **Histórias contadas na praça João Lisboa e outras**. Brasília: abc BSB Gráfica e Editora Ltda, 2001.

_____. **Contos verídicos de Felinto Ribeiro e documento Elvira Pagã no Maranhão**. São Luís: C, 2009.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPHU/Contexto, vol. 15, nº 30, 1995, p.9-22.

ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 29-44.

RÜSSEN, Jörn. **Razão histórica**: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Resende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth C. L. (org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 39-67.

SERES, Michel. As ciências. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História**: novas abordagens. Trad. Henrique Mesquita. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 160-179.

SILVA, Antonio Ozai da. **História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas)**. 2ª ed. (ver. e ampl.). São Paulo: Dag Gráfica e Editorial, s.d.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1990.

SOUSA, Leônidas Gomes de (pesquisa.); CRUZ, José Ramos da (versificação). **Dom Pedro em Rima**. [s.L], 1983.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. História oral e contemporaneidade. Tradução de Andréa Zhouri e Lígia Maria Leite Pereira. **História Oral**, n. 5, jun. 2002, p. 9-28.

WEHLING, Arno. Fundamentos e virtualidades da Epistemologia da história: algumas questões. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 147-169.

_____. “Historiografia e epistemologia histórica”. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006, p.175-189.

WHITE, Haiden. As ficções da representação factual. In: **Trópicos do discurso**. Ensaio sobre a crítica da cultura. José Laurêncio (trad.). 2º edição, São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001, p.137-151.

_____. “Enredo e verdade na escrita da história”. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006, p.191-210.

WILDE, Oscar. **A alma do homem sob o socialismo**. Porto Alegre: L&PM, 2003.